**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**VAMOS CRIAR UM SENTIMENTO?!
UM OLHAR SOBRE A ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO
BRASIL**

Tatiana Costa Fernandes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dra. Fabíola Andréa Silva

Linha de Pesquisa: História da Arqueologia e Perspectivas Teóricas Contemporâneas

**São Paulo
2007**

Tatiana Costa Fernandes

VAMOS CRIAR UM SENTIMENTO?!
UM OLHAR SOBRE A ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Ass.: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Ass.: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Ass.: _____

São Paulo, 2007

DEDICATÓRIA

Aos amigos e inimigos

AGRADECIMENTOS

Tantos foram os acontecimentos e convivências durante o período de elaboração deste trabalho que chega ao fim nossa caminha, por isso é hora de agradecer as pessoas que muito contribuíram. Nestes agradecimentos certamente não será possível nomear todos aqueles que me foram solidários e companheiros.

Registro agora, os agradecimentos especiais a algumas pessoas e instituições que contribuíram decisivamente para a estruturação, continuidade e finalização desta pesquisa.

Gostaria de citar com destaque minha orientadora Prof^a. Dr^a Fabíola Andréa Silva pela compreensão e paciência nos momentos de indecisão e pelos questionamentos sempre “provocativos” que muito me instigaram e incentivaram.

O segundo reconhecimento e agradecimento direciona-se à Prof^a. Dr^a. Solange Bezerra Caldarelli que possibilitou e oportunizou muitas experiências refletidas nos capítulos desta dissertação. Agradeço também pelo incentivo dado a busca de uma formação formal em Arqueologia. Gostaria também de agradecer a Ms. Maria do Carmo M. M. dos Santos e a Eneida Malerbi pelas discussões e questionamentos sempre valiosos no período que convivemos na Scientia Consultoria Científica.

Aos meus pais, Catarina Costa Fernandes e Ricardo Corrêa Fernandes pelo seu amor e apoio incondicional em todos os momentos.

À Lúcia Juliani pelo apoio e incentivo profissional e pessoal recebido.

Aos amigos queridos que me acompanharam nesta trajetória nos momentos felizes e difíceis Samuel de Almeida Alves, Paula Toth, Rafael Pedott, Rucirene Miguel, Ricardo Momma, Adriana Teixeira, Fernando Livramento, Katianne Brunks, Fernando Ozório de Almeida e Lucas Pires à eles meu muito obrigada.

Agradeço com muita estima Luís Felipe Sprotte Costa, primo e grande amigo por tornar as várias noites cruzadas agradáveis e divertidas entre tantos “lunáticos”, como também pela dedicação e esforço para a revisão do texto em tempo hábil.

Ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, principalmente aos professores, pessoal da Secretaria Acadêmica, bibliotecárias e funcionários.

Um agradecimento especial à Laercio Loiola Brochier companheiro, colega de trabalho e incentivador de todas as horas.

Finalizo com o agradecimento aos auxiliares de campo que participaram da escavação do sítio Topo do Guararema pela amizade e pelo “sentimento criado”.

RESUMO

FERNANDES, TATIANA COSTA. Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. 2008. 212f. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Este trabalho tem por propósito principal fomentar o debate sobre as questões públicas ligadas à pesquisa científica e a profissionalização da Arqueologia no Brasil, posicionando as discussões em torno da caracterização e abrangência do campo da Arqueologia Pública. Desta forma, nos propósitos deste estudo compreende-se a Arqueologia Pública como um campo de pesquisa, debate e aplicação da Arqueologia, destinada a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina. O debate em torno das quatro temáticas públicas de interesse: legislação, gestão, ética e educação; almejou a definição do escopo de abrangência da Arqueologia Pública, tendo por enfoque as questões de proteção, preservação e gestão do patrimônio arqueológico, bem como, a defesa dos interesses profissionais, científicos e públicos da disciplina. Por sua vez, ao considerar o contexto específico da aplicação de uma proposta de educação não formal no sítio Topo do Guararema (Munic.Guararema, SP), foi possível vislumbrar alguns dos desmembramentos sócio-educativos da pesquisa científica, seja quando direcionada à percepção ampla das significâncias presentes no sítio ou; quando projetada a partir dos benefícios públicos e científicos por ela gerados.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia Pública – Educação Patrimonial – Ética e Profissionalização Gestão de Recursos Culturais – Sociedade, Ciência e Patrimônio

ABSTRACT

FERNANDES, TATIANA COSTA. Let's create a feeling?! A glance upon the Public Archaeology in Brazil, 2008. 212f Dissertation (Master's degree) – Archaeology and Ethnology Museum, São Paulo University, São Paulo, 2008.

This effort has as mainly purpose promote the discussion about the public questions linked to the scientific research and the professionalization of Archaeology in Brazil, locating the discussions around the characterization and reach of the Public Archaeology's Field. In this aspect, in the purposes of this application, is contained in the Public Archaeology as a field of research, debate and application of the Archaeology, destined to dialogue with the society about the public questions of the discipline. The debate around the public themes: legislation, management, ethics and education, aspiring guarantee the protection and preservation of the archaeological patrimony, as well defend the professional interests, scientifics and publics of the discipline

KEYWORDS

Public Archaeology – Patrimonial Education – Management of Cultural Resources –
Society, Science and Patrimony

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE FOTOS	X
LISTA DE QUADROS.....	XIV
LISTA DE FIGURAS.....	XV
INTRODUÇÃO.....	1
1. ARQUEOLOGIA PÚBLICA: UMA INDAGAÇÃO	6
2. ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: UM OLHAR	32
2.1 As questões públicas na Arqueologia brasileira	34
2.2 Arqueologia Pública brasileira.....	71
3. “VAMOS CRIAR UM SENTIMENTO ?” – O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO	
PATRIMONIAL DO SÍTIO TOPO DO GUARAREMA: UMA PROPOSTA DE ARQUEOLOGIA	
PÚBLICA NO CONTEXTO DA GESTÃO DE RECURSOS ARQUEOLÓGICOS	76

3.1	O Sítio Arqueológico Topo do Guararema: histórico do processo de Licenciamento Ambiental da LT Tijuco Preto –Cachoeira Paulista II, Vale do Paraíba - SP	83
3.2	Inserção Ambiental -Aspectos Geoarqueológicos Regionais	91
3.3	O Município de Guararema - SP	95
3.4	O contexto etno-histórico de Guararema	96
3.5	A Arqueologia do Vale do Paraíba e de Guararema.....	102
3.6	Estruturação do Programa de Educação Patrimonial: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de arqueologia pública.....	107
3.6.1	Apresentação da informação arqueológica e interpretação pública no curso da escavação .	112
3.6.2	O sítio em exposição	113
3.6.3	Oficina Preservacionista.....	123
3.7	A experiência etnográfica	124
4.	ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS ...	145
5.	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	148
6.	ANEXO 1: GIBI – PROGRAMA DE ÍNDIO (O QUE OS ARQUEÓLOGOS ESTÃO FAZENDO EM GUARAREMA?)	165
7.	ANEXO 2 – APOSTILA: OFICINA DE ARQUEOLOGIA PRESERVACIONISTA 1	

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Área de implantação do sítio arqueológico Topo do Guararema. Em primeiro plano (baixa encosta), terraço fluvial do rio Paraíba do Sul. No alto do morro (eucaliptos), pode-se visualizar o local das escavações e a disposição lateral da LT de Furnas (torres pré-existentes).....	84
Foto 2 – Vista do local de implantação do sítio arqueológico Topo do Guararema após a fase de limpeza e corte parcial de eucaliptos.....	84
Foto 3 – Abordagens de escavação com método de superfície ampla, área prioritária de resgate.....	89
Foto 4 - Escavação e exposição de vestígios e estruturas. Em primeiro plano, duas estruturas de fogueiras evidenciados.	89
Foto 5 - Atividades de evidenciação dos conjuntos cerâmicos e três estruturas de combustão na área do acesso à torre.....	89
Foto 6– Atividades de escavação e registro, com o apoio dos auxiliares de campo no processo de evidenciação da cultura material remanescente.....	90
Foto 7– Coleta de fragmentos de argila queimada para análises laboratoriais, efetuada por auxiliar de campo (Jovino).....	90
Foto 8: Paisagem associada à implantação do sítio Topo do Guararema (circulo amarelo) nas proximidades do rio Paraíba do Sul (setas azuis), na confluência entre morros cristalinos e a planície aluvial.	94
Foto 9 – Vista parcial da área urbana de Guararema. Em segundo plano, ponte da linha férrea.	96
Foto 10 – Igreja Freguesia da Escada. Sua arquitetura é tipicamente barroca, com suas paredes construídas em taipa de pilão.....	99
Foto 11 – Vista da área de implantação da Igreja Nossa Senhora d’Ajuda. (Fonte: PMG)	100
Foto 12 – Fachada da Igreja Nossa Senhora d’Ajuda. (Fonte: PMG)	101
Foto 13 – Igreja de São Benedito - matriz de Guararema	102
Foto 14 – Vista parcial das ruas no em torno da praça da Igreja Nossa Senhora da Escada citas pelos senhores Luciano de Souza Marins e Antonio Palaci Filho.....	106
Foto 15 – Pré-forma de lâmina de machado encontrada no terreno de propriedade do sr. Luciano de Souza Marins.	106
Foto 16 – Parede construída em taipa de pilão ainda preservada na esquina da rua Pedro Mauro, bairro Freguesia da Escada. Segundo a sra. Maria Santa a estrutura teria pertencido a edificação da antiga Cadeia da vila.	106
Foto 17 – A seta vermelha indica a área de refugo contendo fragmentos cerâmicos de diferentes dimensões, em contraponto à área indicada pela seta em preto que	

aponta para um conjunto de estruturas de combustão encontradas sob conjuntos cerâmicos fragmentados aparentemente no local. Estas evidências estavam localizadas na parte inferior do quadrante 4, setor A, como pode ser identificado na Figura 3 . O local foi escolhido para sua utilização no ponto 3 do roteiro, como pode ser visto na Figura 8 . Para detalhe das estruturas de combustão ver Foto 4	116
Foto 18– Manutenção de bloco com evidência de “buraco de esteio” no Setor A. Demonstração da evidência antes de sua escavação como foi exposta no ponto 4 (vide Figura 8).	116
Foto 19– Estrutura de combustão localizada no setor A, quadrante 1, associada a pequenos conjuntos cerâmicos. As quadras próximas desta estrutura (lateral direita da imagem) foram usadas para demonstrar a técnica de escavação por decapagem, no ponto 7 . Outras estruturas isoladas foram usadas nos pontos 11 e 12 e conjuntos no ponto 10 (vide Foto 5).	117
Foto 20 – Vista superior da laje de argila queima, utilizada no ponto 5 do roteiro (vide Quadro 11 e Figura 8)	118
Foto 21– Detalhe da estrutura de laje de argila queima.	118
Foto 22– Vista superior do setor B, área contendo bioturbações por buracos de tatus, em associação com fragmentos cerâmicos esparsos. Ponto de exposição 6.....	118
Foto 23– Registro das variações estratigráficas em perfil de escavação, junto a área com estrutura de combustão no Acesso Inferior. Esta área foi usada no ponto 11 do roteiro do sítio em exposição.	119
Foto 24– Vista aérea do acesso superior, área contendo conjunto de fragmentos cerâmicos, associados a material lítico e ósseo, utilizado no ponto 9	119
Foto 25 – Vista do início da trilha pronta.....	120
Foto 26– À direita, início da trilha. À esquerda, ponte feita com troncos de eucalipto.	120
Foto 27 – Construção do Portal.	120
Foto 28 – À direita, escada de acesso arquitetada na área de refugio de solo retirada da escavação.....	120
Foto 29 – Mini-anfiteatro, com bebedouro para os visitantes. Ao fundo portal do ‘tempo’, pronto com a porta aberta.	121
Fotos 30 – Preparação da Mini-exposição na área da barraca, fechada no lado esquerdo com folhas de bambu. Em segundo plano, ponte construída para minimizar o desnível na área escada e delimitação da trilha com fita zebraada.	121
Fotos 31 – Primeira mesa da Mini-exposição montada exemplares da cultura material retirada do sítio durante a escavação com aporte de figuras demonstrando o processo de produção dos artefatos, entre outros.	121
Fotos 32 – Segunda mesa da Mini-exposição montada com materiais usados em campo e laboratório para pesquisa e análise.....	121

Foto 33– Placa indicando o projeto.	122
Fotos 34 – A seta preta indica o auxiliar Francisco dando continuidade a raspagem com enxada com sorriso largo após a descoberta da lâmina de machado apontada pela em vermelho. O achado no início da escavação era motivo de destaque em a equipe “quem achou o que”.....	128
Foto 35, 36, 37, 38, 39 e 40 – Pelas datas impressas nas imagens podem se ver diferentes momentos e paisagens da escavação do sítio. A foto 40 mostra o cão de guarda do sítio “Vacinha” – chamada desta forma por que comia muito, semelhante ao “Vacão” Leandro que comia a marmita dele e geralmente mais 3 ou 4, de quem não estava com fome ou tinha deixa muita comida.....	129
Foto 41, 42 , 43– As paisagens e o cotidiano de trabalho	129
Foto 44– Leandro e “vacinha”, após receber tratamento e ser adotada.	129
Foto 45– Chegada da 5º série A ao portão da propriedade onde foram recepcionados pelos monitores.	131
Foto 46 – Acompanhamento dos monitores da turma de 5º série A da Escola Estadual Dr. Roberto Feijó após visita ao sítio.....	131
Fotos 47 e 48 – 9º ponto do roteiro – Momento lúdico – o refugio de solo foi utilizado como um mirante de observação da área visita nos pontos anteriores, para isso foi preciso a construção de uma escada. Para tornar mais a “visualização”, imaginação mais interessante, começávamos a estimular dizendo: Vamos tentar imaginar como era essa aldeia quando as pessoas moravam aqui (aí iniciava a música). Foram usados cantos que remetiam a vozes de homens, mulheres e crianças que buscavam estimular a pensar, como poderia ser o cotidiano daquelas pessoas naquele espaço, naquele tempo.....	132
Fotos 49 e 50 – Local do início da visita à esquerda vista do portal e à direita mini-anfiteatro, durante o momento de descanso.	133
Fotos 51 e 52 – Chegada ao segundo ponto, apresentação das informações sobre a pesquisa.	135
Foto 53 e 54– 3º ponto do roteiro. Explicação sobre o conjunto de estruturas de fogueira. Turma de 8º série Escola Estadual Dr. Roberto Feijó	136
Foto 55 e 56– Apresentação da estrutura de “buraco de esteio” fornecida pelos monitores Leandro e Marcelo para as respectivas turmas de 8º série da Escola Estadual Dr. Roberto Feijó e Ivan Brasil.	137
Foto 57– Evidência de Laje de Argila queima, suscitando interpretações pela turma de 5º série da Escola Estadual Dr. Roberto Feijó.....	137
Foto 58– Evidências de buracos de tatu.....	138
Foto 59 e 60 – 7º ponto do roteiro – apresentação da técnica de escavação “decapagem” fornecida pelos monitores Jovino e Marcelo.	139

Foto 61– Observação da paisagem do em torno do sítio pela turma de 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Prof. Ivan Brasil.....	139
Foto 62, 63, 64 e 65 – Discussão sobre as características dos conjuntos de fragmentos cerâmicos e sobre as demais evidência exposta na área.	140
Foto 66 – 11º ponto - Apresentação de outra evidência arqueológica e o perfil estratigráficos.	141
Foto 67 – 12º ponto do roteiro. Apresentação do método de datação absoluta por carbono 14. Turma de 1º ano Escola Estadual Prof. Ivan Brasil	142
Fotos 68, 69, 70, 71, 72 e 73 – Apresentação da informações contidas na mini-exposição e vista da área interna e externa.	143
Foto 74 – Entrega do gibi e agradecimento pela participação. Turma do 1º ano Escola Estadual Prof. Ivan Brasil..	144
Foto 75– Turma do 5º série da Escola Estadual Prof. Ivan Brasil lendo o gibi após visita ao sítio.	144
Foto 76 e 77 – Desenvolvimento de exercícios e aula expositiva.	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Significâncias arqueológicas (conforme JULIANI, 1996).....	14
Quadro 2: Código de Princípios Éticos da SAA (1996)	18
Quadro 3- Código de Conduta Profissional (1997).....	20
Quadro 4 – Normas de Desempenho de Pesquisa do Registro de Arqueólogos Profissionais – ROPA (1997)	22
Quadro 5– Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.....	41
Quadro 6– Carta de Goiânia – III Reunião Científica da SAB (1985).....	52
Quadro 7 Objetivos, etapas e recursos/atividades do método da Educação Patrimonial (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999)	62
Quadro 8- Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1997).....	66
Quadro 9- Portaria N 230, de 17 de Dezembro de 2002.....	68
Quadro 9 - Atributos de significação para a avaliação dos registros arqueológicos, com a indicação das possibilidades de soma de pontos que serão utilizados na definição da Significância Geral.	81
Quadro 11 - Atributos de significação para a avaliação do projeto e do sítio Topo do Guararema indicando as possibilidades de elementos que podem ser utilizados para a elaboração da proposta de educação não-formal.....	108
Quadro 12– Roteiro da proposta do “Sítio em exposição”.....	113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–Imagem com a localização do sítio Topo do Guararema, com destaque para a proximidade do Rio Paraíba do Sul e da área urbana do Município de Guararema.	83
Figura 2– Delimitação e topografia do sítio, com indicação da área da Torre, acessos e áreas escavadas (delimitadas em verde). fonte: Scientia, 2006a.	87
Figura 3 –Áreas escavadas e setorização dos elementos trabalhados no sítio Topo do Guararema.....	88
Figura 4: Modelagem aproximada do relevo nas proximidades do sitio Topo do Guararema (tratamento gerado a partir de imagens do google earth).	95
Figura 5: Mapa Etno-histórico apresentando os grupos identificados no Vale do Paraíba no período colonial. (NIMUENDAJU, 1981).	97
Figura 6: A seta indica a localização do Aldeamento Nossa Senhora da Escada, início do século XVII. (Fonte: (Petrone, 1995 <i>apud</i> Scientia, 2004).	98
Figura 7: Construções sobre os sítios arqueológicos. Fonte: Copeland (2004).	110
Figura 8: Figura mostrando o roteiro do “Sítio em Exposição” e seus respectivos pontos..	117
Figura 9– Gibi entregue a comunidade e alunos das escolas públicas que participaram da atividade.(Texto: Equipe Scientia Consultoria. Ilustração: Sérgio da Silveira).	122

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre as potencialidades e abrangências de uma Arqueologia Pública no Brasil. Mais do que um estudo delineado academicamente trata-se da possibilidade de reflexão sobre o papel dos profissionais e pesquisadores ligados à chamada “Gestão de Recursos Culturais”, mas também, ao campo de atuação do arqueólogo nas mais diferentes formas de interceptação do trinômio ciência-patrimônio-sociedade. Partimos do princípio que somente através da conscientização dos arqueólogos em relação à importância dos aspectos públicos da disciplina poderemos minimizar o problema da destruição dos sítios arqueológicos no país e ao mesmo tempo, democratizar o conhecimento gerado por este tipo de patrimônio cultural, contribuindo para que haja uma mudança social no que tange à valorização da diversidade da população brasileira no presente e no futuro.

A inquietação da autora em relação a esta problemática surgiu ainda de forma ampla e embrionária no curso de graduação em História, quando ao realizar o projeto de estágio supervisionado de licenciatura se propôs a trabalhar em sala de aula com a temática da pré-história regional em Joinville – SC¹. A percepção do potencial da informação arqueológica de Joinville e região advinda dos anos de estágio realizados no Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville foi confrontada naquele momento com a constatação do grande desconhecimento dos alunos e da professora de História em relação à história pré-colonial da região nordeste de Santa Catarina. A inserção minimizada do assunto no currículo formal do Estado nos fez pensar que o problema deveria ir além da falta de interdisciplinaridade entre História e Arqueologia no sistema de ensino.

Posteriormente, a partir da prestação de serviços para a empresa Scientia Consultoria Científica tivemos a oportunidade de retomarmos o interesse de forma específica em 2004 através do Projeto de Resgate Arqueológico do sítio Topo do Guararema, no município de Guararema – SP, realizado durante a fase de Licenciamento Ambiental do da Linha de Transmissão 500 Kv Tijuco Preto – Cachoeira Paulista, Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. A pesquisa e o desenvolvimento do programa de Educação Patrimonial nos

¹ Atividades com alunos do sistema de ensino particular do Colégio de Aplicação da Univille.

possibilitou refletir sobre a importância das questões públicas da Arqueologia e sobre os benefícios propiciados por ela, bem como sobre o que poderia ser a aplicação de uma perspectiva de arqueologia pública em ações de educação não-formal.

No entanto, percebeu-se também que as questões preservacionistas implicavam no reconhecimento do patrimônio arqueológico e de suas significâncias científicas e públicas para a sociedade e, além disso, na compreensão e no enquadramento da Arqueologia como Ciência Humana e Social.

A inquietude gerada por estas reflexões nos motivou a desenvolver o presente estudo, levando em consideração a conjuntura atual da arqueologia brasileira e a grande contribuição que a academia pode fornecer aos arqueólogos profissionais, educadores, gestores entre outros, visando estabelecer referenciais teórico-metodológicos para sua práxis. A partir deste ponto de vista foram traçados os seguintes objetivos para a pesquisa:

- ❖ Entender quais são as questões públicas da Arqueologia, onde elas residem, em que contextos de desenvolvimento da disciplina esta temática surge, e como foi e está sendo discutida.
- ❖ Compreender o conceito de arqueologia pública, suas abrangências e áreas de atuação dentro da disciplina;
- ❖ Entender como a arqueologia brasileira vem lidando com suas questões públicas e quais as implicações sobre a produção acadêmica e o repasse de conhecimentos à sociedade;
- ❖ Demonstrar o estágio atual de desenvolvimento das arqueologias públicas no Brasil;
- ❖ Compreender como a arqueologia pública seria capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade atual afim de que ambas alcancem o patamar necessário para se beneficiarem da troca de conhecimentos;
- ❖ Desenvolver uma perspectiva de arqueologia pública aplicada a projetos de educação não-formal;

A pesquisa foi efetuada através da experiência (empírica) de campo realizada no sítio Topo do Guararema e; a pesquisa bibliográfica, buscando um quadro de referências filosóficas e metodológicas contextualizado na visão de arqueólogos de diversos países e diferentes posturas teóricas da Arqueologia.

O entendimento do caráter multidisciplinar e interdisciplinar da Arqueologia vem se ampliando nos últimos 10 anos na Arqueologia Brasileira. Neste sentido, podemos verificar que a disciplina no Brasil vem passando por transformações significativas, alavancadas, sobretudo pela abertura do mercado de trabalho e pela injeção, circulação e certa reelaboração das informações advindas da literatura internacional.

A concepção da Arqueologia como uma Ciência Humana e Social dedicada ao estudo dos sistemas sociais, sua estrutura, funcionamento e transformação com decorrer do tempo, tendo por objeto de análise a cultura material existente no presente, (Funari, 1988) abre espaço para a conexão desta ciência com a sociedade. Isto significa que a Arqueologia, assim como qualquer Ciência Humana e Social, possui um comprometimento com a formação de sujeitos históricos ou atores sociais conscientes de seu papel na sociedade em que vivem. Este compromisso questiona a parcialidade da ciência e demonstra a necessidade do envolvimento da Arqueologia com questões em pauta na sociedade atual.

O conjunto de conhecimentos produzidos pela disciplina (teorias, métodos, evidências, interpretações, etc) possuem implicações na forma de projeção do olhar no presente e para o futuro. Por outro lado, conforme Almeida (2002:23) a própria concepção da Arqueologia por parte dos arqueólogos não representa um padrão, visto que as diferentes visões e posicionamentos teóricos trazem consigo conceitos que interferem nas questões de apropriação, uso e preservação do patrimônio arqueológico. No sentido do desenvolvimento histórico da disciplina, apesar da convergência de interesses preservacionistas por parte de histórico-culturalistas e processualistas, no entanto, tinha como pano de fundo, concepções diferentes a respeito da capacidade informativa e limitações do registro arqueológico. Para a arqueologia tradicional tendo em vista uma concepção normativa de cultura (que contrapunha cultura-material à espiritual ou não material) e de uma estratégia marcadamente indutiva, limitava as possibilidades de conhecimento do passado àquelas classes de dados que conseguiram sobreviver. Neste sentido, era necessário e crucial preservar o que restou. Para os defensores da *New Archaeology*, o registro representaria um fenômeno contemporâneo que preserva coisas do passado, e que teria a capacidade de se articular com um “sistema cultural total”, trazendo consigo informações sobre outros subsistemas. Contudo, tornava-se crucial a preservação dos aspectos contextuais e o controle da representatividade e significâncias atribuídas sobre esse registro. O discurso preservacionista desencadeou o despertar da Arqueologia Pública como um campo preocupado com as questões pautadas na interface da

ciência com a sociedade. Nesta interface pode existir: ensino, aprendizagem, tensões, pressões, negociações e, sobretudo diálogo, em uma relação dialética entre a Arqueologia e seus públicos. Embora a perspectiva mais ampla da Arqueologia Pública tenha ocorrido no âmbito do pós-processualismo, pode-se dizer que o desenvolvimento inicial do campo acompanhou o processo de profissionalização da arqueologia americana, onde, em um período de efervescência da *New Archaeology*, buscava-se, sobretudo, o reconhecimento acadêmico e público, a valoração científica e o desenvolvimento teórico da disciplina. O contexto histórico remete a uma ciência que busca dar visibilidade ao seu objeto de pesquisa perante a sociedade, como possibilidade de ‘reconstrução’ do passado. No entanto, como prioridade ao desenvolvimento dos aspectos metodológicos e modelos interpretativos, buscava-se o não desaparecimento das informações materiais do passado.

A fim de reportar ao princípio das questões que deram origem ao surgimento de uma Arqueologia Pública e seu desenvolvimento, no capítulo 1 indagamos o termo Arqueologia Pública, buscando através de uma contextualização histórica da bibliografia arqueológica americana entender as questões que alavancaram sua construção, possibilitando compreender o conceito, suas principais questões e abrangências, bem como, suas áreas de atuação no contexto atual da disciplina.

No segundo capítulo buscamos, em um momento inicial, olhar para a história da arqueologia brasileira buscando explicitar o desenvolvimento das questões públicas da disciplina e, em posteriormente, mostrar o estágio atual do campo através da bibliografia que se apropria ou remete à Arqueologia Pública.

Na sequência dos contextos e proposições que envolvem o tema, no terceiro capítulo, serão apresentadas algumas reflexões sobre uma experiência de arqueologia pública aplicada no contexto da execução de programas de mitigação atrelados ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos. Por sua vez, esta temática remete ainda a possibilidade de demonstrar algumas tendências e propostas para projetos de Educação não-formal ligadas à Gestão de Recursos Arqueológicos, desta vez focada na perspectiva envolvimento dos arqueólogos com aspectos de interpretação e apresentação pública.

No quarto capítulo apresentamos um balanço sobre as perspectivas e propostas para uma Arqueologia Pública no Brasil. Pretende-se neste sentido, que esta contribuição venha a se somar a inúmeros outros trabalhos em desenvolvimento no país, de modo a gerar

possibilidades, contrapontos e reflexões sobre o papel da arqueologia pública e suas possibilidades na geração de benefícios científicos e públicos.

1. ARQUEOLOGIA PÚBLICA: UMA INDAGAÇÃO

*“O passado pertence ao futuro, mas
somente o presente pode preservá-lo”*

Charles McGimsey III

Neste capítulo pretendemos indagar sobre o termo Arqueologia Pública buscando através de uma contextualização histórica da bibliografia arqueológica americana entender as questões que alavancaram sua construção, possibilitando ao final do capítulo compreender o conceito de Arqueologia Pública, suas principais questões e abrangências, bem como suas áreas de atuação no contexto atual da disciplina.

O termo foi empregado pela primeira vez como título da obra de Charles McGimsey III, na década de 1970 nos Estados Unidos. O livro *Public Archaeology* (1972) reflete sobre os problemas em torno do acelerado processo de destruição dos sítios arqueológicos por diferentes causas. Os Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, passavam por um processo crescente de urbanização e industrialização que ameaçava os recursos culturais do país. No Estado do Arkansas estimou-se que 25% dos conhecimentos que poderiam ser gerados através dos sítios arqueológicos foram perdidos dentro de um período de 10 anos. (McGimsey, 1972:3).

Entretanto, na opinião de McGimsey, a preservação estava comprometida também pelo vandalismo destinado ao comércio ilícito de artefatos e pela escavação de sítios por amadores, bem como pela baixa qualidade dos trabalhos desenvolvidos por arqueólogos profissionais. As questões apontadas se voltam para a administração pública dos recursos culturais e o compromisso social da disciplina. Para o autor, os arqueólogos deveriam rever seu papel profissional e envolver-se com o compromisso gerado por esta posição.

As preocupações sobre a administração pública estavam atreladas principalmente ao reconhecimento do papel social da pesquisa científica, que para além de gerar curiosidade, possibilitasse ‘reconstruir’ aspectos significantes da história da ocupação humana em território americano em benefício público. Assim, a responsabilidade social e profissional da Arqueologia remete à existência de questões dentro da mesma que vão além de problemas teóricos e metodológicos. Esses temas podem ser considerados questões públicas da Arqueologia, pois estariam situados na interface da Arqueologia com a Sociedade. Ambas

possuem interesses convergentes e divergentes, visto que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que estão agrupados ou podem ser reunidos em inúmeros segmentos específicos (ex. faixa etária, classe social, grupo profissional, local de moradia, etc). A partir desta compreensão, a disciplina dialoga não com a Sociedade como um todo, mas com diferentes públicos. É nesse diálogo que se explicitam os comprazeres de ambas as partes e a comunidade arqueológica, por sua vez, busca nessa intervenção alcançar seus interesses.

Os apontamentos de McGimsey partem da análise de dois pontos que envolvem a ética profissional e os interesses políticos da disciplina e da coletividade, à medida que as provisões da Lei de Antiguidades (*Antiquities Act*) de 1906, promulgada no segundo mandato do governo de Roosevelt, marcou o reconhecimento nacional da importância dos recursos arqueológicos. Este ato autorizou o presidente a reservar e estabelecer por ordem do executivo ou decreto nacional, monumentos contendo sítios e estruturas de valor histórico ou científico em terras públicas. Notavelmente, esta lei requeria permissões para examinar ou escavar ruínas históricas ou pré-históricas e limitou a emissão das licenças a instituições científicas reconhecidas, assim como, proibiu a remoção ou destruição de qualquer objeto de antiguidade em terras públicas e adotou penalidades ante as violações. (Jameson, 2004:25; Renfrew & Bahn, 1993).

Na esfera das relações privadas, as partes são detentoras da autonomia, ou seja, fazem aquilo que querem desde que não contrárias à lei. Diferentemente dos agentes da Administração Pública que não podem fazer aquilo que desejam, pois não possuem autonomia. Os agentes da administração pública fazem somente aquilo que a lei prescreve. Deste modo, o conceito de Administração Pública está indissociavelmente ligado à idéia de atividade desenvolvida pelo Estado, através de atos executórios concretos à consecução direta, ininterrupta e imediata dos interesses públicos. Trata-se, pois, da função administrativa de competência, predominantemente do poder Executivo. Entretanto, a administração pública compreende também a complexa máquina estatal, através da qual o Estado visa à realização dos seus fins. Assim sendo, também se integram à chamada Administração Pública não só o poder Executivo, mas também os poderes Legislativo e Judiciário.

Jameson (2004) atribuiu à promulgação da Lei Orgânica do Serviço de Parques Nacionais (*National Park Service Organic Act*) em 1916 as repercussões das influências de Roosevelt sobre seus sucessores. O presidente Roosevelt, com sua efervescência nacionalista, dramatizou a necessidade de conservar recursos naturais e culturais do país. Desse

posicionamento adveio suas políticas que contribuíram para a causa do Movimento de Conservação formado por diversos grupos. O ato de 1916 fundou o Serviço de Parques Nacionais (*National Park Service*) encarregado de proteger preciosidades naturais e culturais da nação. Este órgão federal protagonizou mais tarde diversas medidas baseadas na Lei de Sítios Históricos (*Historic Sites Act*), publicada em 1935. Esta legislação estabeleceu uma política nacional de preservação para o uso público de sítios históricos e arqueológicos, edificações históricas e objetos de importância nacional e inspiração para o benefício do povo dos Estados Unidos. (*Historic Sites Act*, 1935). O departamento do Interior através do Serviço de Parques Nacionais ficou responsável pela administração² e gerenciamento³ da política nacional. A lei também autorizou a criação de um conselho consultivo denominado *National Park System Advisory Board*⁴ para assessorar o Departamento do Interior nos assuntos relativos ao Sistema de Parques Nacionais (*National Park System*) e na administração da política nacional. O estabelecimento deste conselho na opinião de Jameson (2004) trouxe consequências pertinentes para a Arqueologia Pública, pois o Departamento do Interior autorizou o desenvolvimento de programas educacionais e pesquisas visando avaliar fatos e informações públicas pertinentes a significância de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos.

Embora houvesse neste período alardes sobre saques em sítios históricos no sudoeste dos Estados Unidos, entre outros eventos, a passagem da Lei de Sítios Históricos aumentou a causa pela preservação histórica e provocou interesses público, privado e profissional na Arqueologia americana. Tornaram-se acessíveis ao grande público o conjunto de sítios

² São funções e deveres da administração pública nos termos da lei: registrar, examinar e preservar documentação histórica, sítios arqueológicos, edificações e objetos; realizar levantamento e pesquisas de sítios históricos e arqueológicos para determinar quais possuem valor de comemoração ou ilustrem a história dos Estados Unidos; realizar contratos cooperativos com Estados, subdivisões, empresas, associações ou indivíduos a fim de proteger, preservar, manter ou utilizar quaisquer os bens descritos acima; restaurar, reconstruir, reabilitar, preservar e manter sítios históricos ou pré-históricos, edifícios, objetos e propriedades de significado histórico ou arqueológico nacional e sempre que se julgar conveniente estabelecer e manter museus em conexão com esta.

³ Operar e gerenciar locais adquiridos, a fim de incluir o poder de cobrar razoáveis taxas de visitação e conceder concessões, contratos, ou licenças para a utilização de terrenos, edifícios espaço, estradas, caminhos ou quando for necessário ou conveniente, quer para acomodar o público ou para facilitar a administração.

⁴ O conselho geral a ser conhecido como o *National Park System Advisory Board* foi estabelecido, e deve ser composto por dezesseis pessoas, cidadãos dos Estados Unidos, que têm demonstrado um compromisso com o *National Park System*, que incluem, mas não se limita a representantes competentes nos domínios da história, arqueologia, arquitetura, antropologia, biologia, geologia e disciplinas afins. Esse conselho deve igualmente proporcionar recomendações sobre a designação de marcos históricos nacionais e áreas naturais, bem como realizar consultas a principais acadêmicos e organizações profissionais nas disciplinas para elaboração e recomendações.

históricos, monumentos, parques nacionais e estaduais, assim como uma abundância de sítios e construções administradas pela iniciativa privada. Isto possibilitou que a sociedade se interessasse cada vez mais pelos vestígios materiais e suas representações históricas. Ao final das décadas de 1940 e 1950 uma nova história de preservação ética entrou na esfera da consciência pública, influenciada também pela magnitude e potencial informativo dos sítios arqueológicos resgatados em programas de salvamento realizados por todo o país (JAMESON, 2004).

A comunidade arqueológica americana no final da década de 1960 e durante a década de 1970 possuía preocupações gerais e específicas voltadas para problemas legais nas esferas federal, estadual e municipal, bem como com a ética de conservação e a responsabilidade social. Fowler (1982) expressa-as através de três pontos: 1) a constatação de que os recursos culturais, especialmente arqueológicos, estavam sendo rapidamente esgotados por atividades de suporte federal, pelo desenvolvimento em terras privadas e vandalismo; 2) que a pesquisa arqueológica e as demais tentativas para proteger e conservar os recursos arqueológicos deveriam ser largamente difundidas na esfera pública; 3) a necessidade da formulação de um código de ética para a profissão de arqueólogo.

A publicação da Lei de Preservação Histórica Nacional⁵ - NHPA (*National Historic Preservation Act*) em 1966, a Lei que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente⁶ (*National Environmental Policy Act*), em 1969, o Decreto-Lei 11593 – Proteção do Ambiente Cultural⁷ (*Protection of the Cultural Environment*) de 1971, e finalmente, a Lei de Preservação Histórica e Arqueológica⁸ (*Archaeological and Historic Preservation Act*) de

⁵ A Lei de Preservação Histórica (*Historic Preservation Act* (1966), complementada em 1976 e 1980, foi o ato legislativo que criou o Registro de Lugares Históricos (*National Register of Places Historic*), o cadastro de monumentos, espaços e sítios arqueológicos e criou o Conselho Consultivo Presidencial pela Preservação Histórica (*President's Advisory Council on Historic Preservation*) que estabeleceu os Marcos Históricos Nacionais (*National Historic Landmarks*) e estipulou um mecanismo para o desenvolvimento de programas de preservação histórica a nível estadual. (Renfrew & Bahn, 1993; Jameson, 2004).

⁶ A lei estabeleceu uma política firme para o uso de terras públicas, assim como exigiu a criação e organização de agências federais responsáveis por prevenir a destruição de recursos culturais da Nação de empreendimentos públicos de infra-estrutura realizados em terrenos públicos e/ou áreas privadas com investimento público. Esta administração visava avaliar os danos e impactos que poderiam ser causados aos recursos culturais através da produção do relatório de Avaliação de Impacto Ambiental que teria o caráter tanto de demonstrar os danos quanto prevenir e potencializar os impactos positivos.

⁷ A unificação da legislação existente em uma política nacional mais coerente aumentou significativamente o número de prospecções arqueológicas financiadas por órgãos federais (*Forest Service, National Park Service e Army Corps of Engineers*).

⁸ A Lei de 1974 ampliou as cláusulas da mais recente legislação que ordenara a preservação de dados arqueológicos históricos e pré-históricos, os quais por outro lado poderiam ser perdidos durante a construção de

1974, aplicaram um efeito transformador no papel da preservação e da pesquisa arqueológica, mudando radicalmente a maneira como a Arqueologia era administrativamente conduzida nos Estados Unidos (Jameson, 2004).

As leis proporcionaram uma ampla proteção dos recursos arqueológicos no país de bacias hidrográficas a empreendimentos federais. Estas promoveram a abertura de financiamentos para pesquisas arqueológicas mitigatórias no contexto do licenciamento de empreendimentos. O ajuste entre Lei de Preservação Histórica Nacional e o Decreto-Lei 11593 de 1971 inspirou o Serviço de Parques Nacionais a desenvolver regulamentações fortes e obrigatórias para a identificação, avaliação e proteção de sítios arqueológicos. Neste escopo, o Serviço de Parques Nacionais (*National Park Service*) implementou o uso do termo *recursos culturais* para se referir aos “aspectos físicos, naturais e artificiais, associados às atividades humanas, incluindo sítios, estruturas e objetos possuindo *significância*, individualmente ou em grupo, em história, arquitetura, arqueologia ou desenvolvimento (cultural) humano”(Fowler, 1982).

As prescrições da legislação e do Código de Regulamentações Federais (CFR) instigaram discussões de cunho acadêmico e profissional na esfera da comunidade arqueológica na metade da década de 1970, proporcionando o aperfeiçoamento e a expansão dos padrões desenvolvidos nas pesquisas de recursos culturais (Jameson, 2004; Juliani, 1996; Fowler, 1982).

Esta nova perspectiva se contrapunha a uma arqueologia tradicional descritiva e estritamente indutiva praticada na década de 1960, que tinha por base os pressupostos do relativismo cultural e do particularismo histórico. A abordagem histórico-cultural focava-se na observação das ‘normas’ e do desenvolvimento histórico das culturas nativas, sendo a variabilidade cultural entendida como produto de idéias transmitidas ou compartilhadas. Esta concepção normativa da cultura criava uma dicotomia entre cultura-material e cultura não-material, limitando as possibilidades de conhecimento do passado única e exclusivamente aos vestígios que conseguiram sobreviver. À semelhança das descrições etnográficas da época, as “culturas arqueológicas” poderiam ser definidas pela repetição de conjuntos de tipos singulares, cujas similitudes e diferenças eram organizadas espacialmente por áreas geográficas (áreas culturais) e temporalmente (cronologias), diferentemente de uma visão

reservas federais. A lei aplicou-se a todas as atividades de construção federal bem como as licenciadas de modo federal ou atividades assistidas que tinham o potencial de destruir dados arqueológicos.

pretensamente “mais científica” estabelecida pela Arqueologia Processual (Willey & Sabloff, 1993 *apud* Jameson, 2004:37). Estas discussões emergem em um momento de questionamentos pragmáticos e novos desenvolvimentos teóricos da disciplina, adquirindo condições favoráveis para novos direcionamentos e reflexões de uma consciência pública mais crítica no seio da Arqueologia.

Desde a Conferência sobre Gestão de Recursos Culturais⁹ em 1974, a CRM (*Cultural Resource Management*) tornou-se uma parte importante da Arqueologia nos Estados Unidos. Lipe & Lindsay (1974, *apud* Fowler, 1982:15) definiram a CRM como “a filosofia e metodologia requerida para gerenciar recursos culturais como uma herança cultural de valor a longo prazo” Para Fowler (1982) a CRM pode ser concebida como a pesquisa de locais com potencial arqueológico, a preservação e interpretação que se estendem de artefatos histórico-arqueológicos e a cultura de povos indígenas. A filosofia e metodologia foram galgadas na aplicação de práticas de gestão (planejamento, organização, direção, controle e avaliação) visando corresponder aos propósitos de preservar importantes aspectos da herança cultural, definidos pelo processo político em benefício do povo americano. (Wildesen, 1980:10 *apud* Fowler, 1982:1).

As bases da CRM foram calcadas na compreensão dos recursos culturais como ‘recipientes’ de informação, ou seja, remanescentes físicos com informações potenciais sobre atividades humanas do passado. Com base neste entendimento pode-se assegurar que a função principal da CRM está em determinar os significados completos que podem e devem ser extraídos dos dados retirados dos recursos – em outras palavras, trata-se de como a pesquisa será conduzida no manejo dos recursos. (Fowler, 1982:18).

Fowler (op.cit.) elencou os quatro principais princípios do manejo arqueológico: a conservação ética, a interação entre propósitos de pesquisa e gestão, a avaliação de significância e o controle de qualidade. A ‘Conservação Ética’ (Lipe, 1974) assegura que os recursos culturais não são renováveis, por esta razão uma parte dos recursos existentes deveria ser mantida e conservada para pesquisas futuras. O motivo para este pensamento baseia-se que no futuro, as estruturas de referência, métodos e técnicas da disciplina permitiriam que mais informações fossem extraídas dos recursos, em comparação à atualidade. Deste modo, um propósito do manejo seria decidir quais recursos deveriam ser conservados e quais

⁹A Conferência sobre Gestão de Recursos Culturais foi realizada em Denver e ocasionou a fundação da *Society for Conservation Archaeology*.

poderiam ser ‘usados’. A interação entre propósitos de pesquisa e gestão visa avaliar os dados gerados com objetivos voltados tanto para o planejamento de gestão, quanto para planificar pesquisas. O terceiro propósito relaciona-se ao termo ‘significância’ empregado nas leis e regulamentações federais que estruturam a prática da CRM. A quarta consideração reporta-se à necessidade de realizar uma avaliação do ‘controle de qualidade’, isto é, uma tentativa de certificar-se de que as informações geradas são adequadas para propósitos de manejo e pesquisa.

O terceiro propósito listado faz referência ao Decreto-Lei nº 11593, que determinou como uma função da administração pública realizar um inventário de recursos culturais nas terras dentro da jurisdição pública, avaliando o potencial de significância daqueles recursos para nomeação no Registro Nacional de Locais Históricos (*National Register of Historic Places*) (NRHP), podendo assim estar sob proteção do governo federal. Segundo Meighan (1974, *apud* Juliani, 1996) por um longo tempo a significância arqueológica foi medida a partir de perspectivas intuitivas dos arqueólogos. O sítio arqueológico, neste sentido, representava uma unidade de interesse comum e seu valor era freqüentemente medido em termos de extensão, profundidade, riqueza, idade, unicidade ou valor científico presumido.

O Código de Regulamentações Federais através dos documentos 36 CFR¹⁰ 66, 36 CFR 65¹¹, 36 CFR 64¹², bem como, o título 36 CFR 800¹³ emitido pelo *Advisory Council on Historic Preservation* definiram critérios de significância para dados significantes e estabeleceram as responsabilidades das agências federais, visando procedimentos para a identificação de bens significantes para a preservação através do NRHP. A regulamentação (36 CFR 800) também definiu critérios de significância empregada à elegibilidade de

¹⁰ Recuperação de dados científicos, pré-históricos, históricos e arqueológicos definiu os métodos, padrões e exigência de relatórios e estabeleceu padrões para a conduta nas atividades de recuperação de dados que atendem o *Archaeological and Historical Preservation Act (AHPA) de 1974*.

¹¹ Recuperação de dados científicos, pré-históricos, históricos e arqueológicos definiu procedimentos para coordenação e notificação.

¹² Critérios e procedimentos para identificação de bens históricos, que esclarece as responsabilidades das agências federais, formalizando procedimentos para a identificação de bens qualificados para o *National Register of Historic Places (NRHP)*. “Este título definiu recursos culturais (*cultural resources*) como todos os fenômenos de ‘valor cultural’ para a nação, o estado, uma localidade ou um grupo de pessoas, incluindo bens históricos, instituições sociais, tradições, culturas populares e bens que perderam sua integridade, mas ainda são julgados de valor pela sociedade ou por parte dela. Valores históricos são definidos como aqueles atributos que tornam um bem elegível ao NRHP. Este título sugere que medidas de significância sejam formuladas na avaliação dos recursos”. (JULIANI, 1996 baseada em MORATTO & KELLY, 1978).

¹³ Procedimentos para a proteção de bens históricos e culturais.

recursos arqueológicos destinados à inclusão no NRHP. Este ato foi o que trouxe maiores implicações para a CRM.

A qualidade de significância na história, arquitetura, arqueologia e cultura americanas está presente em distritos, sítios, edifícios, estruturas e objetos de importância estadual e local que possuam integridade de localização, desenho, ambiente, materiais, confecção, percepção e associação, e: (1) que estejam associados a eventos que deram significativa contribuição aos padrões gerais de nossa história; ou (2) que estejam associados à vida de personagens significantes ao nosso passado; ou (3) que personificam as características distintivas de um tipo, período ou método de construção, ou que representam o trabalho de um mestre, ou que possuem altos valores artísticos, ou que representem uma entidade significativa e distinguível cujos componentes podem necessitar distinção; ou (4) que têm produzido, ou têm probabilidade de produzir informação importante sobre a pré-história ou a história (36 CFR 800.10).

Durante a década de 1970 a comunidade arqueológica americana reconhece a importância do estabelecimento de significância para os recursos arqueológicos. Fowler (1982), corroborando da visão de Moratto & Kelly (1978, *apud* Juliani, 1996) afirma que a avaliação de significância deveria ser um ponto fundamental na pesquisa arqueológica, pois seus propósitos destinam-se a tomada de decisões de quais sítios pesquisar e que tipos de dados coletar. Portanto, deveriam ser considerados na elaboração de planos de manejo arqueológico, auxiliando nas decisões de preservar, alterar ou destruir recursos arqueológicos. A definição de significância dos recursos arqueológicos, para SCHIFFER & GUMERMAN (1977), trata dos problemas mais intrigantes da disciplina, pois envolvem a natureza dos dados arqueológicos e as relações entre arqueologia e sociedade.

Os critérios de significância geraram alterações nos objetivos empregados nas pesquisas arqueológicas, alterando também as prioridades e os interesses públicos. Segundo Juliani (op.cit, p. 20) “as medidas de significância podem engrandecer, cruzar ou mesmo contradizer umas às outras, tornando este conceito tanto dinâmico quanto relativo”. As categorias de significância mais utilizadas pela comunidade arqueológica no período foram enumeradas pela autora e são apresentadas no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Significâncias arqueológicas (conforme JULIANI, 1996).

Tipos de Significância	Descrição
Significância histórica	- um recurso cultural é historicamente significativo se puder ser associado com um evento ou aspecto individual específico da história ou, de maneira mais ampla, se ele pode fornecer informação a respeito dos padrões culturais durante o período histórico.
Significância científica	- a significância científica envolve o potencial do uso de recursos culturais para o estabelecimento de fatos e generalizações confiáveis sobre o passado. Como os vestígios arqueológicos permitem o estudo tanto de culturas como de ambientes antigos, a arqueologia pode ser significativa para o avanço tanto das ciências sociais quanto das naturais.
Significância real (explícita) (<i>substantive significance</i>)	- um recurso possui este tipo de significância quando seus dados sustentam questões sobre épocas e eventos específicos. A chave para medir o potencial real de pesquisa é o processo de unir questões e unidades analíticas (depósitos ou conjuntos de depósitos de materiais arqueológicos produzidos por processos de formação culturais e não culturais especificados).
Significância antropológica	- é definida como o grau no qual o estudo de certos recursos pode permitir o teste de princípios antropológicos, especialmente aqueles relacionados a mudanças culturais e adaptações ecológicas a longo prazo
Significância científica social	- o potencial dos recursos culturais para responder questões apropriadas às ciências sociais de uma maneira geral
Significância teórica, metodológica e técnica.	- se um bem possui potencial para avanços técnicos, metodológicos ou teóricos
Significância étnica	- uma entidade arqueológica que possui importância religiosa, mitológica, social ou outra, especial para uma população distinta é reconhecida como etnicamente significativa.
Significância pública	- A discussão de significância pública de sítios arqueológicos inclui as possibilidades de seu uso na educação sobre os padrões de comportamento no passado, sobre a maneira como eles podem ser estudados e sobre os benefícios derivados para o público no estudo e conservação de recursos arqueológicos. O objetivo é fazer a arqueologia tanto pública como publicamente relevante.

O contexto iniciado na década de 1970 com as discussões sobre preservação e conservação do patrimônio arqueológico inauguraram um novo panorama na arqueologia americana. Os desdobramentos desse processo refletiram na mudança de olhar da sociedade sobre a arqueologia e da disciplina sobre ela mesma, reforçando assim o seu papel científico e profissional. Com o incremento na profissionalização da Arqueologia, aumentava consideravelmente o número de arqueólogos necessários nos órgãos governamentais, em empresas especializadas, parques e instituições de ensino e pesquisa. Em contrapartida

também houve demandas na ampliação da formação de novos arqueólogos, debates e capacitação de profissionais ligados à Gestão de Recursos Culturais. Além dos aspectos profissionais, este contexto propiciou a abertura de fóruns de debates sobre metodologias de campo que dessem conta das novas problemáticas instauradas pela CRM (Plog, 1978; Jameson, 2004). Por outro lado, fomentou o início de discussões sobre as questões públicas, voltadas para a ampliação da proteção e preservação dos sítios arqueológicos. A partir daí surgem às primeiras reflexões sobre a necessidade da apresentação da arqueologia para o público.

Na apreciação de Fowler (1982), a CRM envolveria todas as questões relevantes à herança cultural, mas neste período esteve focada na preservação dos recursos arqueológicos pré-históricos e históricos visando seu estudo e administração. No sentido amplo, a Gestão de Recursos Culturais engloba os bens tangíveis e intangíveis abrangendo a cultura tradicional e atual, incluindo a cultura urbana. Entretanto, o uso do termo é relativamente recente e como consequência foi usado como sinônimo de gerência do patrimônio. Nos Estados Unidos, a gerência de recursos culturais não é dissociada geralmente do contexto do patrimônio cultural. Entretanto, o termo foi muito mais utilizado por arqueólogos, e raramente por historiadores e arquitetos, para referir-se ao manejo de sítios arqueológicos, edificações e lugares de interesse histórico (KING, 1998:6). Portanto, atualmente fazem parte da gestão dos recursos culturais: a arqueologia de salvamento (ou de contrato), o turismo cultural, programas e projetos de inventário cultural, valorização cultural, projetos de restauração de edificações históricas, entre outros.

Conforme Renfrew & Bahn (1993) a CRM pode ser considerada Arqueologia Pública porque se usa do financiamento público para as pesquisas arqueológicas. Deste modo é entendida pelos autores como a gestão pública do patrimônio arqueológico visando corresponder aos interesses da disciplina e da coletividade.

A partir da segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980, a grande demanda por arqueólogos no contexto da CRM gerou questionamentos sobre a atuação de profissionais sem a formação adequada, assim como, aspectos ligados ao próprio exercício da profissão por arqueólogos qualificados, tais como o uso de métodos e avaliações inadequadas, propriedade intelectual e a ética de conservação. Coloca-se assim em pauta outra questão pública da disciplina discutida por McGimsey (1972): a ética profissional. Os debates fortaleceram o papel das sociedades arqueológicas profissionais e proporcionaram assim a

inserção da responsabilidade profissional da Arqueologia em nome dos interesses públicos da disciplina e da coletividade.

A Sociedade de Arqueologia Americana - SAA (*Society for American Archaeology*)¹⁴ alcançou papel preponderante no debate sobre o tema. Já em 1960 criava o primeiro estatuto profissional e código de ética, 'As Quatro Regras para Arqueologia' (*Four Statements for Archaeology*) foram reconhecidas como política da sociedade e até hoje servem de referência como o primeiro estatuto profissional. A temática foi retomada no início da década de 1970, atrelado na opinião de McGimsey (1995) ao comunicado do Comitê de Recuperação de Restos Arqueológicos (*Committee for the Recovery of Archaeological Remains* - CRAR). Esta organização correspondia a uma das principais intermediárias entre arqueólogos e o governo federal, em geral e; entre o *National Park Service*, em particular. O comunicado informa a SAA, que como principal organização profissional do país, deveria desenvolver uma série de diretrizes para preparação de relatórios de pesquisas arqueológicas, estabelecendo regras mínimas de qualidade para os estudos arqueológicos dos recursos nacionais. Neste período a Sociedade de Arqueologia Americana buscou apoio da Sociedade de Arqueologia Histórica (*Society for Historical Archaeology* - SHA) apresentando em Washington (1974), um relatório contendo as principais reflexões sobre o assunto que podem ser resumidos em três pontos: a) o desenvolvimento de estatuto de desempenho profissional; b) diretrizes para avaliar esta atuação; c) a capacidade da sociedade de levar essas questões adiante. Por fim, foi consolidado o princípio da *certificação* de arqueólogos e de instituições arqueológicas. Mais tarde foi elaborado um relatório recomendando a criação do Registro Nacional de Arqueólogos Profissionais como um componente da sociedade.

Em 1975 a comunidade expressou preocupações e questionamentos pragmáticos sobre a validade legal do registro e a capacidade da instituição de mantê-lo atualizado, assim como a mudança do caráter da sociedade de uma *organização acadêmica* para um tipo de *organização classista*. No entanto, foi aprovada a criação de um registro nacional de arqueólogos baseado na cooperação dos membros para seu funcionamento. Posteriormente, uma consulta sobre a validade legal do registro decidiu que qualquer forma de inscrição deveria ser legalmente separada da SAA e aberta a toda comunidade arqueológica do país. Em

¹⁴ A *Society for American Archaeology* (SAA) foi fundada em 1934, colocou a questão da responsabilidade ética no ano de 1954 com o comitê formado por Frank H. Roberts Jr. e Waldo Wedel, que definiu níveis de atividades apropriadas e responsabilidades baseadas na formação e experiência. (McGimsey, 1995).

janeiro de 1976, uma comissão reunida no Estado do Arkansas definiu que o registro deveria ser levado a cabo por uma organização totalmente dissociada das já existentes, tendo em vista os contínuos problemas decorrentes do estatuto institucional da SAA definindo-a como sociedade científica e não profissional. Em maio do mesmo ano, foi fundada a Sociedade de Arqueólogos Profissionais (*Society of Professional Archaeologists* - SOPA), com o objetivo de criar um estatuto profissional que pudesse ser útil para a comunidade e para o governo federal. A formação da organização, na compreensão de Jelks (1995) ajudou a elevar o nível de reconhecimento da profissão, além de propiciar as agências governamentais à contratação de arqueólogos especializados. Proporcionou ainda, um *nível de excelência* nas pesquisas, o qual fundamentou a conservação ética fortalecendo a “*proteção dos recursos arqueológicos para o entendimento da pré-história e história humana*”(Jelks,1995:01).

A SAA contribuiu na elaboração e aprovação do Código de Ética e do Estatuto de Performance Profissional (*Code of Conduct and Standards of Research Performance*) da SOPA. Esta sociedade retomou os princípios de certificação, desenvolvendo listas anuais dos arqueólogos ‘certificados’, onde constavam, entre outros, o Estado de atuação e a especialização de cada membro. Para Jelks (op cit), a organização prestou um importante trabalho divulgando os profissionais competentes que conduzem estudos de impacto ambiental, além de apurar casos sobre a má conduta de conservação dos recursos arqueológicos. A certificação poderia ser fornecida através da análise do currículo, mediante confirmação da formação e experiência de trabalho, bem como a avaliação do efetivo cumprimento das quatro regras do Código Ético Profissional, Estatuto de Performance de Pesquisa e o Estatuto Institucional. A certificação poderia ser requerida por qualquer arqueólogo, mesmo que não fosse membro da Sociedade.

O código ético profissional, portanto, definiu as responsabilidades dos arqueólogos com o público, com os colegas, com os empregadores e clientes. Por sua vez, o estatuto de *performance* ofereceu diretrizes e regras mínimas para a preparação e execução de pesquisas de campo, procedimentos de curadoria e análise e, finalmente, a *divulgação de resultados de pesquisa*. Em 1976, a SOPA possuía uma estimativa de 147 associados, crescendo consideravelmente em 1988 com 550 membros. Entretanto, os debates sobre a ética e o registro de arqueólogos profissionais se estenderam pelas décadas de 1980 e 1990.

As crescentes preocupações das sociedades conduziram essas organizações a realizar na metade da década de 1990 uma força tarefa para analisar e examinar formas de cooperação

na promoção dos seus princípios, desempenho e responsabilidade profissional. Neste sentido, buscavam um registro profissional nacional capaz de engajar a participação de todas as sociedades arqueológicas, visando instituir de forma coerente normas e condutas éticas a ‘todos’ os arqueólogos profissionais. O debate desencadeou na extinção da SOPA e a criação do Registro de Arqueólogos Profissionais (*Register of Professional Archeologists* - ROPA). A ROPA entrou em funcionamento em janeiro de 1997, e teve como principal objetivo melhorar a imagem da Arqueologia como profissão. A organização manteve a estrutura institucional da SOPA, bem como o Código de Ética e Normas de Desempenho de Pesquisa (vide **Quadro 3 e 4**), o qual passou por avaliações dos membros das outras sociedades. A credibilidade profissional foi atingida à medida que os profissionais se comprometiam em responder publicamente por qualquer falta às normas ou ao código. O registro possibilitou unificar posições e administrar de forma efetiva os processos de quebra de conduta, o que contribuiu para a valorização e o reconhecimento da profissão. (McGimsey III, Lipe, & Seifert, 1995:13).

O resultado das principais questões profissionais consolidadas neste contexto podem ser vistas no **Quadro 2**, o *Código de princípios éticos da Society for American Archaeology* (SAA), no **Quadro 3** o *Código de conduta do Register of Professional Archeologists (ROPA)* e finalmente no **Quadro 4** as *Normas de Desempenho de Pesquisa ROPA*.

Quadro 2: Código de Princípios Éticos da SAA (1996)

Princípio nº 1: Gestão
O registro arqueológico, isto é, material arqueológico e sítios <i>in situ</i> [no lugar], coleções arqueológicas, registros e relatórios, são insubstituíveis. É responsabilidade de todos os arqueólogos trabalhar por uma conservação a longo-prazo e proteção do registro da arqueologia através da prática e promoção da gestão do registro arqueológico. Administradores são ao mesmo tempo guardiães e advogados do registro da arqueologia em benefício de todas as pessoas; assim como eles investigam e interpretam o registro, eles deveriam usar o conhecimento especializado, avançando na promoção de entendimento público e apoio à essa preservação a longo-prazo.
Princípio nº 2: Responsabilidade Social
Pesquisas arqueológicas responsáveis, incluindo todos os níveis de atividade profissional, requerem um conhecimento da responsabilidade pública e um comprometimento em fazer todo esforço razoável, em boa-fé, para trocar opiniões ativamente com o(s) grupo(s) afetado(s), com o objetivo de estabelecer uma relação ativa que possa ser benéfica a todas as partes envolvidas.
Princípio nº 3: Comercialização
A Sociedade Arqueológica Americana tem há muito reconhecido que a compra e a venda de objetos fora do contexto arqueológico está contribuindo para a destruição do registro arqueológico nos continentes americanos e ao redor do mundo. A comercialização de objetos arqueológicos – seu uso como

mercadorias exploradas em benefício pessoal – resulta na destruição de sítios arqueológicos e de uma informação contextual de que é essencial o entendimento do registro arqueológico. Arqueólogos deveriam, portanto, considerar cuidadosamente os benefícios de bolsas de estudo de um projeto contra os custos que acentuam potencialmente o valor comercial dos objetos arqueológicos. Sempre que possível, eles deveriam desencorajar, e deveriam eles mesmos evitar atividades que elevem o valor comercial dos objetos arqueológicos, especialmente objetos que não são tombados em instituições públicas, ou prontamente acessíveis para estudo científico, interpretação pública, e exibição.
Princípio nº 4: Educação Pública e Divulgação
Arqueólogos deveriam divulgar, e participar em esforços de cooperação com outros interessados no registro arqueológico, com o objetivo de tornar maior a preservação, proteção, e interpretação do registro. Em particular, arqueólogos deveriam comprometer-se com: 1) obter apoio popular para a gestão do registro arqueológico. 2) explicar e promover o uso de métodos arqueológicos e técnicas no entendimento do comportamento humano e cultura; e 3) comunicar interpretações arqueológicas do passado. Muitos públicos existem para a arqueologia, incluindo alunos e professores; nativos americanos e outras etnias, grupos culturais e religiosos que encontram no registro arqueológico importantes aspectos de sua herança cultural; legisladores e oficiais de governo; repórteres, jornalistas, e outros envolvidos na mídia; e o público em geral. Os Arqueólogos que são incapazes de comprometer-se com educação pública e divulgação direta, deveriam encorajar e apoiar os esforços de outros nessas atividades.
Princípios nº 5: Propriedade Intelectual
Propriedade intelectual, incluídas no conhecimento e documentos criados através do estudo de recursos arqueológicos, é parte do registro arqueológico. Isso deveria ser tratado de acordo com os princípios de gestão ao invés de posse pessoal. Se há uma razão relevante, e não há restrições legais ou fortes interesses compensatórios, um pesquisador pode ter acesso primário a materiais originais e documentos por um tempo limitado e razoável, depois cujos materiais e documentos devem tornar-se acessível a outros.
Princípio nº 6: Reportagem Pública e Publicação
Dentro de um período razoável, o conhecimento obtido por arqueólogos através da investigação do registro arqueológico, deve ser apresentado de forma acessível (através de publicação ou outras maneiras) à uma grande massa de interessados quanto o possível. Os documentos e materiais em cujas publicações ou outras formas de reportagem pública são baseados, deveriam ser depositados em um local adequado para uma custódia permanente. Um interesse em preservar e proteger sítios arqueológicos <i>in situ</i> deve ser considerado quando houver uma publicação e distribuição de informações sobre sua natureza e localização.
Princípio nº 7: Registros e Preservação
Arqueólogos deveriam trabalhar ativamente para a preservação de coleções arqueológicas, registros, e reportagens, todas acessíveis a longo-prazo. Para esse fim, eles deveriam encorajar colegas, estudantes, e outros a fazerem uso responsável de coleções, registros, e reportagens em suas pesquisas, como uma forma de preservar o registro arqueológico <i>in situ</i> , e de um crescente cuidado e atenção dados à essa parte do registro arqueológico, que tem sido removido e transformado em coleções, registros e reportagens.
Princípio nº 8: Ensino e Pesquisa
Dada a natureza destrutiva da maioria das investigações arqueológicas, arqueólogos deveriam garantir que eles têm qualificação adequada, formação e experiência, e outros suportes necessários para conduzir qualquer programa de pesquisa de maneira consistente com os princípios já mencionados e padrões contemporâneos de prática profissional.

Os princípios estabelecidos remetem a inúmeros aspectos importantes ligados a responsabilidade social e profissional dos arqueólogos. O primeiro ponto que pode ser destacado refere-se à ética de conservação (proteção-conservação) dos recursos arqueológicos, reforçados em vários itens no **Quadro 2**. Portanto, o arqueólogo é considerado o *principal* agente protetor e promotor da preservação-conservação do patrimônio arqueológico. Por isso deve estar ciente da responsabilidade para com os sítios arqueológicos e, as informações ou conhecimentos gerados por eles. O arqueólogo como profissional-pesquisador deve ser responsável por todos os processos e desmembramentos da pesquisa científica, e conseqüentemente pelos restos materiais formadas por elas, tais como: coleções, documentação primária de campo, relatórios de pesquisa, entre outros. Mas também para com os sítios arqueológicos, após serem realizados trabalhos de identificação, prospecção e escavação. Estes deveriam ser deixados em condições apropriadas para sua conservação *in situ* por longo prazo.

O segundo item importante remete à promoção da preservação do patrimônio arqueológico, cujo enfoque está na necessidade de apresentação dos conhecimentos produzidos para o público, ou seja, a operacionalização de programas educativos.

Outra questão que pode ser enfatizada é o respeito a outros grupos interessados nos recursos arqueológicos. O arqueólogo é o profissional responsável, não o “dono do bem”, por isso sua conduta, como expressa o código, deve ser de boa-fé e estímulo à valorização e preservação dos recursos por grupos tradicionais e pelo público em geral. Deste modo, o princípio 4 reforça a necessidade de cooperação de arqueólogos com outros profissionais da área de educação, cultura e meio ambiente na busca de aperfeiçoar projetos/programas que visem conscientizar a sociedade da significância pública e científica dos recursos arqueológicos, para minimizar e sanar problemas como a comercialização de artefatos e a destruição indiscriminada.

Quadro 3- Código de Conduta Profissional (1997)

Posturas / Condutas	
A Arqueologia é uma profissão e o privilégio da prática profissional requer moralidade e responsabilidade profissional, bem como competência profissional por parte de cada pesquisador.	
I - A responsabilidade do arqueólogo para com a sociedade	<p>1.1. Um arqueólogo deve:</p> <p>Reconhecer uma sociedade que o represente e publicar resultados de pesquisa para o público de maneira responsável;</p> <p>Apoiar ativamente a conservação da base de recursos arqueológicos;</p>

	<p>Ser sensível e respeitar as preocupações legítimas de grupos, cuja história cultural são objetos da investigação arqueológica;</p> <p>Evitar e desencorajar declarações exageradas, enganosas ou injustificadas sobre questões arqueológicas que induzam outros a envolver-se em atividades ilegais e antiéticas.</p> <p>Apoiar e cumprir os termos da Convenção da UNESCO sobre os meios de proibição e prevenção a importação, exportação e transferência de qualquer propriedade cultural, como adotado pela Conferência Geral de 14 de Novembro de 1970.</p> <p>1.2 Um arqueólogo não deve:</p> <p>Envolver-se em qualquer conduta antiética ou ilegal referente às questões arqueológicas ou permitir deliberadamente o uso de seu nome em qualquer questão que apoie atividades antiéticas ou ilegais;</p> <p>Dar a opinião profissional, fazer um relatório público, ou dar testemunho legal envolvendo questões arqueológicas sem que esteja inteiramente informado, ao contrário do esperado;</p> <p>Envolver-se em conduta desonesta, fraudolenta, enganosa ou declaração falsa sobre questões arqueológicas;</p> <p>Ocupar-se de qualquer pesquisa que afete a base de recursos arqueológicos sem ser qualificado para tal.</p>
<p>II - A responsabilidade do arqueólogo para com os colegas, empregados e estudantes.</p>	<p>2.1 Um arqueólogo deve:</p> <p>Dar crédito apropriado aos trabalhos feitos pelos outros;</p> <p>Conhecer e permanecer informado sobre o desenvolvimento de seu campo de trabalho e especialização;</p> <p>Ser pontual e sem demoras excessivas na preparação e encaminhamento de relatórios e resultados de pesquisa;</p> <p>Estabelecer comunicação e cooperação com colegas que têm interesses profissionais em comum;</p> <p>Respeitar de forma adequada os interesses dos colegas, e respeitar corretamente os objetivos e informações sobre sítios, áreas, coleções e outros dados onde há um mútuo interesse de pesquisa;</p> <p>Conhecer e contribuir com todas as leis, decretos e regulamentações federais, estaduais e locais aplicadas a pesquisa e atividades arqueológicas;</p> <p>Relatar violações deste código para as autoridades competentes;</p> <p>Respeitar e contribuir com entusiasmo a leitura dos Procedimentos Disciplinares do Registro de Arqueólogos Profissionais.</p> <p>2.2 Um arqueólogo não deve:</p> <p>Fazer comentários falsos e maliciosos sobre a reputação de outro arqueólogo;</p> <p>Fazer plágios de forma escrita e/ou verbal;</p> <p>Ocupar-se com pesquisas que afetam de forma inapropriada a base de recursos arqueológicos, bem como análises e relatórios;</p> <p>Recusar um pedido razoável de um colega qualificado para dados de pesquisa;</p> <p>Submeter-se à aplicação falsa e enganosa da certificação do Registro de Arqueólogos Profissionais.</p>
<p>III - Responsabilidade dos Arqueólogos para com os empregadores e clientes</p>	<p>3.1 Um arqueólogo deve:</p> <p>Respeitar os interesses de seus empregadores ou clientes, sem afetar o bem estar público e deste código e estatuto;</p>

	<p>Recusar ajudar com requerimentos ou demandas de um empregador ou cliente que esteja em conflito com o código e estatuto;</p> <p>Recomendar a empregadores e clientes a contratação de outro arqueólogo ou outro consultor especialista sobre problemas arqueológicos fora de sua própria competência.</p> <p>Exercer uma proteção razoável para prevenir seus empregados, colegas, sócios e outros, cujos serviços são utilizados por ele/ela em revelar ou usar informação confidencial. Informação confidencial significa informação de uma natureza não-arqueológica obtida durante o trabalho, e o qual o empregador ou o cliente pediu para ser mantido em segredo, ou a revelação de algo que poderia ser embaraçoso ou poderia provavelmente ser danoso para o empregador ou o cliente.</p> <p>3.2 Um arqueólogo não deve:</p> <p>Revelar informação confidencial, sem ser requerido por lei;</p> <p>Usar informação confidencial que resulte em prejuízo ao cliente ou empregador;</p> <p>Usar informação confidencial para obter vantagem sobre uma terceira pessoa, a menos que o cliente consinta depois de uma intensa divulgação.</p> <p>Aceitar compensação ou qualquer outra coisa de valor para recomendações de trabalho de outro arqueólogo ou outra pessoa, a menos que tal compensação ou algo de valor seja inteiramente divulgada a um empregador ou cliente em potencial.</p> <p>Recomendar ou participar de qualquer pesquisa que não seja compatível com os requisitos do código de desempenho profissional.</p>
--	--

O código de conduta profissional remete à responsabilidade dos arqueólogos com diversos segmentos/grupos sociais, bem como com a sociedade. Estas definições possibilitam delimitar as ações dos arqueólogos prevendo o que deve e o que não deve ser feito/realizado tendo por princípio uma conduta profissional coerente. A determinação de responsabilidades com clientes e empregadores e a inserção dos mesmos nas normas visa também proteger os profissionais da manipulação de mercado. Manter uma postura ética perante os clientes também pode ser visto como uma forma de proteção profissional diante de pressões e competições do mercado. A responsabilidade para com os recursos arqueológicos deveria ir além das próprias pesquisas. Por isso, não questionar ou não denunciar às autoridades competentes a falta de responsabilidade de outros arqueólogos e/ou profissionais de outras áreas, também pode ser entendido como a quebra de conduta ética.

Quadro 4 – Normas de Desempenho de Pesquisa do Registro de Arqueólogos Profissionais – ROPA (1997)

Normas Gerais / Especificidades
<p>O arqueólogo profissional tem como responsabilidade planejar e conduzir projetos que irão adicionar conhecimento de culturas passadas e/ou que irão ampliar e tornar melhor teorias, métodos, ou técnicas de interpretação do registro arqueológico, enquanto causa um desgaste mínimo ao dado de recurso arqueológico. Na condução de um projeto de pesquisa, os padrões mínimos devem ser seguidos:</p>

<p>I - O arqueólogo tem como responsabilidade preparar adequadamente qualquer projeto de pesquisa, estando ou não em campo.</p>	<p>O arqueólogo deve:</p> <p>1.1 - Avaliar e adequar sua qualificação para as demandas do projeto, e minimizar inadequações pela aquisição de perícia adicional, buscando associados com qualificações necessárias, ou pela modificação do campo de ação do projeto;</p> <p>1.2 – Informar-se previamente sobre pesquisas relevantes;</p> <p>1.3 - Desenvolver um plano científico de pesquisa que especifique os objetivos do projeto, levando em conta uma pesquisa prévia relevante, que empregue uma metodologia adequada, e busque uma economia dos recursos de base (se tal base for um sítio de escavação ou de materiais) consistente com os objetos do projeto;</p> <p>1.4 - Garantir a acessibilidade de uma equipe adequada e competente. Apoiar recursos que levem o projeto à sua finalização e de tombamento de materiais e registros;</p> <p>1.5 - Agir de acordo com todas as exigências legais, incluindo, sem limitação, a obtenção de todas as permissões necessárias do governo e as permissões necessárias dos donos de terra ou outras pessoas;</p> <p>1.6 - Determinar se o projeto provavelmente interfere com o programa ou projetos de outros pesquisadores e, se há probabilidade, iniciar negociações que minimizem tal interferência</p>
<p>II - Na condução da pesquisa, o arqueólogo deve seguir seu plano científico de pesquisa, exceto se houver circunstâncias inesperadas que justifiquem sua modificação.</p>	
<p>III - Ao proceder no levantamento de campo ou escavação, deve encontrar os seguintes padrões mínimos:</p>	<p>3.1 - Se materiais são coletados, um sistema de identificação e registro de procedência deve ser usado;</p> <p>3.2 - Entidades dispersas tais como traços de cultura e do meio-ambiente, estratos depositados, devem ser totalmente registrados com precisão por meios apropriados, e suas posição registrada.</p> <p>3.3 - Os métodos empregados nos dados coletados devem ser descritos inteiramente e com precisão. Estratigrafias significantes e/ou relações de associação entre artefatos, outros materiais, e características de cultura e do meio-ambiente devem também ser registrados totalmente e com precisão.</p> <p>3.4 - Todos os registros devem ser inteligíveis a outros arqueólogos. Se faltam explicações referentes a termos usados, eles devem claramente definidos.</p> <p>3.5 - Na medida do possível, interessados devem ser considerados. Por exemplo, níveis superiores de um sítio devem ser cientificamente escavados e registrados, onde quer que seja possível, mesmo se o foco do projeto está nos níveis mais baixos.</p>
<p>IV - Durante a curadoria, análise, armazenagem de materiais e análise de laboratório, o arqueólogo deve ter precauções para garantir que as correlações entre materiais e o registro de campo sejam usados, de modo que revelações de relações contextuais não sejam confundidas ou obscurecidas.</p>	
<p>V - Materiais e registros de pesquisa, resultantes de um projeto, devem ser depositados em uma instituição com facilidades de guarda permanente, a menos que de outro modo necessite-se da lei.</p>	

<p>VI - O arqueólogo tem responsabilidade pela disseminação apropriada dos resultados de sua pesquisa a distribuidores apropriados com boletim razoável</p>	<p>6.1 - Resultados revistos como contribuições significantes a conhecimentos substantivos do passado ou progressos em teoria, método ou técnicas devem ser disseminados a colegas e a outras pessoas interessadas por meios apropriados, tais como: publicações, apresentações em encontros profissionais, ou cartas a colegas.</p> <p>6.2 - Pedidos de colegas qualificados para informações de resultados de pesquisa devem ser prontamente atendidos, se é consistente com os direitos prioritários do pesquisador para a publicação e com suas outras responsabilidades profissionais</p> <p>6.3 - Falhas em completar um relatório profissional dentro de 10 anos, após o término do projeto de campo, devem ser interpretados como renúncia dos direitos de primazia do arqueólogo com respeito à análise e publicações de dados. Após a expiração de tal período ou de um período menor de tempo, o arqueólogo deve determinar a divulgação ou a não publicação de tais resultados, mas o dado deve estar plenamente acessível a outros arqueólogos para análise e publicação.</p> <p>6.4 - Ainda que obrigações contratuais devam ser respeitadas, arqueólogos não devem entrar em um novo contrato que proíba o arqueólogo de incluir suas próprias interpretações ou conclusões nos relatórios, ou de um direito contínuo para usar o dado após o término do projeto.</p> <p>6.5 Arqueólogos têm obrigação em consentir com pedidos razoáveis para interpretações de jornais midiáticos.</p>
--	---

O enquadramento de normas de desempenho de pesquisa visou estabelecer parâmetros adequados para a realização de trabalhos científicos e públicos, avaliando o desempenho de cada arqueólogo, pois se torna importante reafirmar que a pesquisa gera destruição parcial ou total dos sítios arqueológicos. Deste modo, controlar e conter profissionais desqualificados ou despreparados significa proteção ao patrimônio arqueológico. Os itens enumerados acima são requisitos mínimos para a realização de pesquisa de campo e laboratório. A apreensão com a cientificidade e com os resultados de pesquisa refletem no comprometimento com a disciplina e com o público.

Uma importante questão pública exposta nos três quadros acima trata da responsabilidade com a transmissão do conhecimento gerado pelas interpretações do registro arqueológico, ressaltada em diversos pontos. Os sítios arqueológicos, como citado anteriormente, são ‘recipientes de informação’, originam conhecimento sobre aspectos do passado. Deste modo, deveriam ser disponibilizados para o desenvolvimento cultural da sociedade.

Herscher & McManamon (1990) argumentam que atividades educativas em Arqueologia deveriam ser motivadas espontaneamente, muito mais do que uma prescrição de um princípio ético. Se os arqueólogos não compreenderem como a Arqueologia nos ajuda a entender o passado e o presente, outros poderão, quem sabe, definir sítios arqueológicos como “minas de ouro”. (HERSCHER & MCMANAMON, 1990:43)

A preocupação com a apresentação da Arqueologia para o público proporcionou a aproximação da disciplina com outras ciências, como, por exemplo: a Educação, a Museologia e a Comunicação Social. Entretanto, a intensa necessidade dessa interdisciplinaridade e de formas apropriadas de comunicação tornou a educação uma questão pública essencial na Arqueologia. Portanto, e no entender deste trabalho, reforça-se a posição de McGimsey sobre os três itens públicos ligados à Arqueologia (legislação, gestão e ética), acrescentando, no entanto, a *educação* como fator essencial à análise das características e abrangências da Arqueologia Pública enquanto um campo voltado a dialogar com a Sociedade.

Nas décadas de 1980 e 1990 novos direcionamentos teóricos, segundo Jameson (2004), enfatizaram aspectos políticos e públicos da Arqueologia. Os proponentes do pós-processualismo baseados na ‘teoria crítica’ argumentam que quando o passado é interpretado e torna-se história, também tende a transformar-se em ideologia. (LEONE *et. al.* 1987 *apud* JAMESON, 2004). Neste sentido, esta abordagem questiona a dualidade existente entre teoria e prática na arqueologia tradicional visualizando a necessidade de junção de ambos elementos, em um senso de prática social, cujo conjunto denomina-se de práxis. No ponto de vista de Hodder (1996), teoria e pensamento são construções sociais e não podem ser separados da prática da vida social, pois a teoria e a prática são indissociáveis. A visão proposta pelo autor visa desconstruir oposições, entre objeto e sujeito, baseada na teoria da práxis. Esta prega que a teoria é transformativa e potencialmente revolucionária, deste modo, a ciência não poderia estar afastada da sociedade. (HODDER, 1996:3).

A partir deste período, as reflexões no campo da Arqueologia Pública, principalmente em relação à interdisciplinaridade entre Arqueologia e Educação, foram desenvolvidas por esta corrente. A interdisciplinaridade entre Arqueologia e a Educação entre outras questões foram debatidas no *World Archaeological Congress* (1986), gerando a publicação *The excluded past: archaeology in education* (Stone & Mckenzie *et. al.*, 1994). O primeiro “Congresso Mundial de Arqueologia” (*World Archaeological Congress*) foi realizado em

1982. Entretanto, a edição do encontro que trouxe maiores contribuições foi realizada em Southampton, na Inglaterra, em setembro de 1986. O evento trouxe para o debate teórico a abordagem chamada de arqueologia mundial, que visa entender não somente como as pessoas viveram no passado, mas também como e por que mudanças acabaram resultando nas formas de sociedade e cultura que existem hoje (Ucko, 1994:1). Conforme Ucko (op.cit), a arqueologia mundial, neste sentido, é mais do que o mero registro de eventos específicos da história, já que envolve o estudo da mudança social e cultural dos grupos envolvidos.

Do ponto de vista das abordagens citadas, o interesse social da arqueologia é conseguir ultrapassar o caráter estático, sem implicações para o contexto histórico e social, conseguindo junto com outras disciplinas das ciências humanas e sociais, analisá-lo em toda a sua dimensão, dentro de um processo contínuo, onde o homem é o sujeito ativo, o qual pode mudar e transformar a sua dinâmica de contínua produção da realidade social. (Zamora, 1990). Os pressupostos discutidos nas abordagens teóricas apresentadas reforçam o papel social da Arqueologia e estabelecem assim a abertura necessária para o diálogo com outros profissionais, bem como com grupos sociais interessados no patrimônio arqueológico e suas interpretações.

O *World Archaeological Congress* de 1986 deu o primeiro passo para a abertura do diálogo da Arqueologia com profissionais de outras áreas acadêmicas e grupos tradicionais. O encontro reuniu mais de 850 pessoas, entre arqueólogos, antropólogos, educadores, historiadores, gestores e indígenas. Na visão de Ucko (1994), o grande incremento foi congregar em um mesmo espaço de debate, várias visões e interpretações do passado. Inclusive de grupos que sempre foram tratados como “sujeitos” da pesquisa arqueológica e antropológica. Grupos tradicionais como as populações indígenas participaram das discussões sobre sua própria cultura no passado e no presente. As reflexões desenroladas no congresso tiveram enorme impacto acadêmico, gerando uma série de publicações.

A publicação de Stone & McKenzie (1994) *The excluded past: archaeology in education* refletiu por que o passado é excluído do ensino formal, demonstrando como a pré-história e grupos tradicionais são vistos pelos currículos escolares. Na Europa, assim como em outros continentes, o início da história se dá a partir da ‘civilização’, ou seja, reproduzindo a história do ponto de vista de determinados grupos dominantes, interessados em propagar a visão de ‘progresso’. Conforme os autores citados, o perigo real nesse tipo de abordagem do ponto de vista educacional, é que as crianças estão sendo encorajadas a sentir desprezo pelo

passado pré-histórico como um período de tecnologia simples, e conseqüentemente por qualquer sociedade não industrializada. As três principais problemáticas levantadas pelos autores perante a dificuldade de acesso dos estudantes ao passado, em várias partes, foram relacionadas principalmente ao currículo, o despreparo dos professores e a falta de material didático adequado (Stone & McKenzie *et al*, op.cit:2).

Trabalhos de arqueologia pública têm constatado a ausência de conhecimento do passado no presente e avaliado sua importância para a atual geração e às futuras. A partir disso, esforços acadêmicos e profissionais buscaram desenvolver uma base de consciência, e, ao mesmo tempo, cultivar um discernimento em relação à herança cultural da Nação. (Jameson, 1997).

Diante desses direcionamentos, a arqueologia pública vem colaborando com historiadores, curadores de museu, museólogos e outros especialistas em recursos culturais na elaboração de estratégias para transmitir o valor da arqueologia. Como consequência, programas interpretativos e educacionais destinados à sociedade foram desenvolvidos. Este processo deu-se em conjunto com a organização e coordenação de simpósios acadêmicos, workshops e sessões de treinamento nos Estados Unidos e em outros países para a troca de idéias entre os diversos profissionais. (Jameson, 1997).

Uma especialidade fomentada foi a interpretação pública da informação arqueológica, a qual envolve um grande escopo que vai da educação formal e a elaboração de currículo até programas menos estruturados, tais como: visitas a sítios e exposições museológicas. O termo também abrange estratégias específicas de comunicação, tais como: publicação de histórias populares, cartazes e *folders* de conscientização pública e criação de apresentações de multimídia incluindo a rápida proliferação através dos recursos de Internet e criação de *sites*. (Jameson, 1997). Adotam-se nesta perspectiva programas de educação informal (*outreach*), como tentativas sistemáticas de fornecer serviços educacionais e conscientizadores, além das formas convencionais. A interpretação pública também engloba estratégias de comunicação entre arqueólogos e não especialistas como, por exemplo, monitores de parques, cujo trabalho é transmitir a “mensagem” da arqueologia a uma gama variada de públicos. Os especialistas e profissionais que coordenam essas atividades incluem arqueólogos, historiadores, (*on-site interpreters*), professores, escritores, artistas, curadores, museólogos e outros especialistas de recursos culturais. Eles são geralmente auxiliados por voluntários treinados que ajudam a diminuir a dificuldade de estruturar equipes, manter os recursos necessários à continuidade

dos programas. Os programas tornam-se mais eficazes quando os recursos permitem a elaboração e implementação por equipes interdisciplinares. Embora amarrado à ciência arqueológica, a interpretação pública difere do escopo de discussões mais técnico-acadêmicas sobre interpretação, pois tem como foco a tradução de conceitos e informações arqueológicas e sua comunicação simultânea a um público amplo. Por sua vez, a interpretação pública preocupa-se com o engajamento, entretenimento e informação de uma maneira eticamente consciente (Jameson, 1997).

Outras propostas de engajamento com o público em arqueologia pública são definidos por Merriman (2004) como incorporados aos modelos de *déficit* da ciência. O modelo de déficit se baseia em dois argumentos sobre a importância do melhor entendimento público. O primeiro está relacionado às vantagens econômicas de uma população familiarizada com ciência e tecnologia. O segundo refere-se à possibilidade de gerar cidadãos capazes de tomar decisões – em uma sociedade democrática com uma cultura relacionada à ciência (Merriman, 2004). No entanto, como aponta MacDonald (2002, *apud* Merriman, 2004:5), no contexto da Inglaterra havia uma distribuição de papéis implícita do público como deficiente e mal conduzido na compreensão da ciência. Esta visão de ‘modelo de déficit’ do público, cujas falhas têm sido reparadas por uma busca da ciência “fora” ou “através” da fronteira de um mundo relativamente limitado em direção a sociedade.

Esse modelo relacionado à arqueologia pública pode ser chamado, conforme Merriman (op. cit.), de *abordagem de interesse público*. Nessa abordagem, a *public education* é vista como uma tentativa de promover a mensagem de que a gestão de recursos culturais é importante no sentido de ‘corrigir’ equívocos propagados a respeito do passado. O engajamento com o público possibilitaria alcançar argumentos, para que mais pessoas possam entender o que os arqueólogos estão fazendo, e apoiar seus trabalhos. Sendo assim, a abordagem de interesse público considera a sociedade carente de uma educação que seja capaz de torná-las “apta” a apreciar o conhecimento gerado pela Arqueologia. O papel da arqueologia pública nesse sentido é ‘construir’ uma confiança no trabalho do arqueólogo profissional. Uma das problemáticas relacionadas a esta abordagem refere-se ao potencial de conflito e debate inerente às temáticas do patrimônio com as comunidades. Deste modo, a educação nesses contextos não pode ser um objeto que sugira formas apropriadas, mas ao invés disso possibilite prover às pessoas um conjunto de conceitos, com as quais avaliem as

diferentes formas da ‘verdade’ e permitam assimilá-las de forma a tomarem suas próprias decisões, estando conforme algumas formas externas da ‘verdade’ ou não.

Os primeiros trabalhos desenvolvidos nessa perspectiva partiram de uma abordagem positivista onde o público observava o que lhe era apresentado. Esta forma de apresentação tem ajudado no entendimento do público sobre o que os arqueólogos fazem, por que eles fazem e por que eles continuam a pesquisar a evidência material do passado. Esta visão queria convencer os formadores de opinião que é fundamental que arqueólogos considerem a têmpora da opinião pública, visando à promoção da causa de preservação do registro arqueológico para o uso e educação das futuras gerações. Entretanto, as motivações para a apresentação visavam somente fins arqueológicos, muito mais do que propostas de educação e entretenimento (Bowler, 1995 *apud* Copeland, 2004: 132-133). Ao mesmo tempo, foi constatada a existência de inúmeros públicos que têm diversas motivações para o usufruto da arqueologia através da educação e entretenimento. (Goulding, 1999 *apud* Copeland, 2004:133). Os resultados desse reconhecimento podem ser percebidos através de várias propostas de sucesso no Reino Unido. Entre essas podemos destacar as apresentações realizadas em parques temáticos como, por exemplo, o *The Jorvik Viking Centre* (Addyman, 1994) e *Flag Fen* (Pryor, 1989), que possibilita o aumento de interesse do público pela Arqueologia. Da mesma maneira que os programas de televisão *Time Team* e *Meet the Ancestors*, que têm alcançado sucesso parcial devido aos esforços em comunicar-se com o público usando linguagem coloquial e seguindo os processos arqueológicos desde a descoberta de sítios à interpretação das evidências. Sucessos similares, tais como o *Young Archaeologist Club* e o *English Heritage Education Service* têm demonstrado que há um desejo crescente do público em entender e fazer parte da disciplina, ainda mais em um período onde existem menos oportunidades para envolvimento em escavações. (Copeland, 2004: 133).

As sociedades de Arqueologia (SAA, SHA, AIA) têm desenvolvido grupos de trabalho sobre *public education*, além de programas para professores, feiras itinerantes de publicações didáticas arqueológicas, a construção de uma rede de profissionais interessados em *public education* e *outreach*, uma revista popular de arqueologia e apoiado o desenvolvimento de uma série da Learning Channel, *Archaeology* (Herscher & McManamon, 1990:42).

Finalmente, a apresentação da Arqueologia para o público também tem sido desenvolvida por empresas de consultoria em arqueologia ligadas à CRM. Muitas empresas de consultoria arqueológica sentem um forte compromisso com a educação pública. Os exemplos a seguir são projetos realizados na província canadense de Ontário. A *Archaeological Services Inc.* foi contratada pela Blythwood Group Inc. para efetuar uma escavação mitigatória (Stage 4) no sítio histórico Butler, datado do final do século XVIII e início do século XIX. A escavação do sítio foi conduzida em conjunto com um programa de arqueologia pública. Participaram do ‘sítio-escola’ aproximadamente 375 estudantes e 40 voluntários, no período de maio a junho de 1999. O segundo programa foi realizado pela *Archaeological Services Inc.* na região de Hamilton, em conjunto com a *Hamilton Region Indian Centre*, a *The Ontario Archaeological Society* e a Universidade de McCaster – Departamento de Antropologia. Foram organizadas através desse programa, uma série de leituras públicas, dias de identificação de artefatos, bem como programas educacionais ajustados aos alunos do Ensino Fundamental e Médio. O programa educacional inclui uma introdução à história do pré-contato na região através de treinamentos no sítio King’s Forest Park, uma vila iroquesa de 800 anos. (FROST, 2004: 78).

A partir das informações debatidas neste capítulo, vislumbramos que o desenvolvimento da Arqueologia Pública esteve atrelado à transformação da Arqueologia em profissão. Esta transformação também realçou as divergências e convergências da disciplina com o público gerando a necessidade de novos posicionamentos pelos arqueólogos. A Arqueologia Pública, neste sentido, foi construída a partir dos debates das questões públicas que no escopo deste trabalho se referem à legislação, gestão, ética e educação. Por outro lado, o desenvolvimento do termo para um campo de interesse acadêmico se deu a partir do direcionamento da Arqueologia para novas posições teóricas que realçam aspectos políticos e públicos. Neste sentido, corroboramos com a visão de Merriman (2004) no entendimento de que a Arqueologia Pública abre espaço para serem discutidos não apenas produtos e programas educacionais, exposições em museus e visita a sítios, mas os processos pelos quais os significados são criados pela sociedade a partir de materiais arqueológicos. Portanto, envolveria os debates entre os interesses científicos da Arqueologia e os interesses públicos sobre o significado e valores dos recursos arqueológicos. Da mesma forma também concordamos com Hester Davis (s/d *apud* Frost, 2004), de que CRM é arqueologia pública; sítios-escola são arqueologia pública (porque nem todos esses estudantes serão arqueólogos

profissionais); a consultoria realizada através da Lei de Proteção e Repatriação de Túmulos de Nativos Americanos (*NAGPRA*) é arqueologia pública. Também não se considera arqueologia educação, assim como todos os grandes projetos que a SAA, a SHA e a AIA, estão fazendo nesse setor, para ser a essência da arqueologia pública – estes são tão-somente uma pequena parte da Arqueologia Pública. Neste sentido, reconhece-se que é a mais visível no momento e certamente a mais visivelmente atuante. Mas todas as coisas que os arqueólogos fazem, de escavações à visitação pública, do preparo de relatórios até palestras a graduandos e congressos abertos, isso tudo faz parte da Arqueologia Pública.

Desta forma, nos propósitos deste estudo compreende-se a Arqueologia Pública como um campo de pesquisa, debate e aplicação da Arqueologia, destinado a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação), almejando garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem como, defender os interesses profissionais, científicos e públicos da Arqueologia.

2. ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: UM OLHAR

Como visto no capítulo anterior, a construção da Arqueologia Pública como campo de interesse acadêmico esteve atrelado ao reconhecimento da disciplina como profissão, envolvido em fatores históricos, políticos e sociais específicos do contexto anglo-americano, mas também movimentado pelo desenvolvimento contemporâneo do pensamento arqueológico e por novos posicionamentos teóricos da disciplina. Os debates atuais do campo podem ser considerados imersos na abordagem pós-processual através da reflexão da práxis arqueológica e na aproximação interdisciplinar da Arqueologia com as Ciências Humanas e Sociais. Neste sentido, a própria Arqueologia vem se enquadrando na perspectiva de uma Ciência Social, no sentido de que seu propósito estaria focado na compreensão das relações humanas do passado, e em busca de interpretações sobre os processos e significados das transformações sociais e culturais (TRIGGER, 1990; FUNARI, 1998; PATTERSON, 1990).

A Arqueologia, assim, assume de forma crescente, novas orientações históricas, ao mesmo tempo em que historiadores reconhecem que investigações antropológicas e arqueológicas tornaram-se importantes para o próprio desenvolvimento da História. Neste sentido, também há consenso entre as Ciências de que as disciplinas acadêmicas não podem ser separadas das realidades, conflitos sociais e intelectuais de seu tempo, sendo que estes devem ser vistos, de forma crítica em um contexto mais amplo da história mundial. Deste modo, há uma conscientização contínua de que o pesquisador não é um observador neutro que está acima e além das classes e dos conflitos sociais e, as disciplinas científicas, não estão livres de liames sociais e políticos (FUNARI, 1998). Embora, como demonstra Bourdieu (2004), a tradição notoriamente desenvolvida na França descreve o processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partenogênese, a ciência engendrando-se a si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social. Para escapar desta visão, Bourdieu (op cit: 20) desenvolve a noção de campo, “minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer em um universo intermediário chamado campo literário, artístico, jurídico ou científico”. Neste sentido, o campo estaria dentro de um universo no qual estão inseridos os

agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência, a partir do mundo social.

Por sua vez, como tem argumentado TRIGGER (2004), a ciência arqueológica enquanto ciência social possui um ‘diálogo externo’ com a sociedade, visto que seu objeto de interesse – o patrimônio arqueológico – também reflete a construção e a reelaboração de valores e interesses gerados pela própria sociedade. Neste sentido, levando em conta as reflexões de BOUDIEU (2004), FUNARI (1998) e TRIGGER (2004), podemos compreender a Arqueologia Pública como um campo científico da Arqueologia destinado a discutir, intervir e rever a relação dialética entre a ciência arqueológica e a sociedade.

Ao nos utilizarmos dos pressupostos da dialética expostos por GADOTTI (1983), o princípio da totalidade demonstra que objetos e fenômenos são ligados entre si, isto é, se condicionam reciprocamente. Desta forma, leva-se em conta a ação recíproca e examinam-se objetos e fenômenos buscando entendê-los numa totalidade concreta. Assim, em uma aproximação analógica, os interesses convergentes e divergentes entre a Arqueologia e a Sociedade estruturam uma ação recíproca e dinâmica estabelecida entre as partes. Por outro lado, nos apropriando do princípio do movimento, o qual é entendido como uma qualidade inerente de todas as coisas, podemos dizer que a sociedade e a arqueologia não são “entidades acabadas”, mas estão em contínua transformação. A transformação das coisas, por sua vez só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição. Neste sentido, a contradição existente entre o conhecimento científico da Arqueologia e o conhecimento popular da sociedade em relação à cultura material é que vão se estabelecer as bases dessa oposição.

Marconi e Lakatos (2004) expõem que o conhecimento popular não se distingue do conhecimento científico nem por sua veracidade nem pela natureza do objeto conhecido, o que os diferencia é a forma, o modo e os instrumentos do ‘conhecer’. Neste sentido, ambos os conhecimentos almejam ser racionais e objetivos, portanto são críticos e buscam a coerência (racionalidade) e procuram adaptar-se aos fatos em vez de permitir especulações de controle (objetividade). Entretanto, como afirmam os autores (MARCONI & LAKATOS, op cit:17), “o ideal de racionalidade, compreendido como uma sistematização coerente de enunciados fundamentados e passíveis de verificação é obtido muito mais por intermédio de teorias, que constituem no núcleo da Ciência, do que pelo conhecimento comum, entendido como acumulação de partes ou ‘peças’ frouxamente vinculadas”. Desta forma, o conhecimento

popular em relação à cultura material não consegue mais do que uma objetividade limitada resumida em sua percepção e ação. Caberia então dentro dos princípios da dialética o confronto entre esses dois conhecimentos para que ocorra a transformação. A Arqueologia Pública como um campo da ciência arqueológica e dentro da esfera do mundo social estaria apta a estabelecer o diálogo com a sociedade para emergir na transformação entre as partes, baseada no princípio da mudança qualitativa da dialética. Segundo Gadotti (1983), a transformação não se realiza num processo circular, mas em uma mudança qualitativa que se dá pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produz qualitativamente o novo.

É nessa busca que o campo da Arqueologia Pública associa-se com a Educação, com a Museologia, com a História dentre outras disciplinas para realizar uma reflexão crítica da produção do conhecimento sobre o passado; de sua interação com a sociedade e seus objetivos para com a ciência; com o seu objeto de estudo e por fim com a sociedade e suas contradições. Neste sentido, muito há ainda por se fazer e refletir para que alcancemos o patamar necessário para definição desses objetivos na arqueologia pública brasileira. Por isso, buscando contribuir com este processo traçamos o propósito, em um primeiro momento, de olhar para a história da arqueologia brasileira buscando explicitar o desenvolvimento das questões públicas da disciplina e, no segundo momento, mostrar o estágio atual do campo através da bibliografia que se apropria ou remete à Arqueologia Pública.

2.1 As questões públicas na Arqueologia brasileira

A Arqueologia existe no Brasil desde o século XIX, no entanto foi no início do século XX que surgem posturas explicitamente mais científicas e preocupadas com a preservação do patrimônio cultural, sobretudo o arqueológico. Entre a década de 1920 e a década de 1960, intelectuais de diferentes formações estavam envolvidos no contexto do início da industrialização no país, cujo período foi marcado por um amplo debate entre grupos comprometidos com a preservação do passado e seus “adversários”, interessados no progresso “a qualquer preço” (SOUZA, 1991). A perspectiva de uma política preservacionista preocupava certos grupos, que a consideravam um entrave ao desenvolvimento econômico, como no caso da exploração dos sambaquis. A busca pelo reconhecimento acadêmico e profissional da Arqueologia durante a década de 1950 geraria uma maior visibilidade da

disciplina nos meios intelectuais e políticos. Esta aproximação com a elite intelectual e os veículos de comunicação existentes permitiu a mobilização dos meios jurídicos de proteção e fiscalização do Estado contra a destruição indiscriminada para fins comerciais, o que vai se constituir um marco para a Arqueologia na década de 1960. (SOUZA, op. cit).

Ao observarmos a periodização histórica produzida por Prous (1992) e Barreto (1999-2000), verifica-se que as décadas de 1950 e 1960 foram consideradas como o período formativo da pesquisa moderna, onde a Arqueologia começou a se destacar no âmbito das universidades, com a criação de importantes centros de pesquisa. Conforme Cristiana Barreto, foi a partir de campanhas preservacionistas fomentadas por poucos intelectuais, que iniciou o período acadêmico da disciplina, surgindo praticamente à margem dos projetos científicos mais amplos das ciências sociais no Brasil (BARRETO, op cit: 41). Este período também foi caracterizado pela criação de leis estaduais em São Paulo e no Paraná, bem como uma Lei Federal específica para o patrimônio arqueológico abrindo margem à discussão da necessidade de profissionalização, ao mesmo tempo em que se formavam pesquisadores locais. Um ponto antagônico, mas não menos importante, refere-se à crescente coibição da atuação de arqueólogos amadores cuja atividade resultou, em muitos casos, em significativa contribuição à Arqueologia Brasileira.

Sob um ambiente marcado pela construção de uma ideologia nacional desenvolvimentista que, segundo Hayashi (2001), influenciou uma parcela da produção intelectual na década de 1950, destacam-se as atuações incisivas de Castro Faria, Paulo Duarte e Loureiro Fernandes, preocupados com o acelerado processo de destruição dos sítios arqueológicos, mas também em garantir os direitos à pesquisa científica. O ideário reformista, conforme Lima (1988) levou a um processo de entusiasmo com reflexos na produção cultural, e também gerou condições favoráveis para a entrada de investimentos externos e a vinda de missões arqueológicas estrangeiras de ensino e pesquisa no Brasil.

Quanto aos três personagens citados, ao trazerem para o campo acadêmico as questões sobre valorização e pesquisa, preservação e defesa de jazidas pré-históricas, criaram um movimento que pode ser considerado o início do debate das questões públicas da disciplina no Brasil.

Neste sentido, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, que absorveu o Centro de Estudos Arqueológicos fundado por Luiz de Castro Faria em 1935, serviu de modelo a outras instituições de pesquisa arqueológica, pois conferia um corpo de estudiosos de nível

acadêmico único no país (Barreto, 1999-2000:40). Sendo uma das personalidades mais enfáticas na defesa do patrimônio arqueológico, Castro Faria se empenhou em proteger o acervo arqueológico e promover a formação de pesquisadores especializados.

Por sua vez, as articulações políticas de Paulo Duarte em prol da preservação dos sambaquis levaram a criação por decreto-lei da Comissão de Pré-História em 1952, que subordinada ao governador do Estado de São Paulo, tinha entre outros poderes o de fiscalização e vigilância das jazidas situadas no litoral sul. No entanto, é com o surgimento do Instituto de Pré-História (IPH), em 1959, inicialmente vinculado ao Museu Paulista, que foi possível congregar vários cientistas, intelectuais e políticos da época para as questões preservacionistas no seio acadêmico, como sempre foi o desejo de Paulo Duarte. Conforme Hayashi (2001:125), antes mesmo da concretização do IPH, Paulo Duarte considerava uma injustiça que um empreendimento daquele porte não estivesse ligado à Universidade de São Paulo, visto a carência desta (ou seja, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP) em constituir um corpo de pesquisadores competentes na área. Sendo um incansável divulgador e defensor das questões científicas ligadas à Pré-História, trabalhou em duas vertentes: a primeira buscando comunicar e conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação dos sítios arqueológicos para fins científicos através das páginas da revista *Anhembi*; e batalhou pelo desenvolvimento do ensino formal de Arqueologia no país. Neste sentido, ministrou na década de 1960 o curso de “Introdução à Pré-História” (realizado no auditório do Jornal Folha de S. Paulo) que em seguida foi incorporado pela USP como de extensão universitária. O sucesso alcançado pelo curso gerou um novo apelo pela incorporação do IPH a USP (desta vez assinado por mais de cinquenta professores). Finalmente, a anexação do Instituto foi assinada em 1962, pelo então governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto, cujo decreto extinguiu a Comissão de Pré-História, conferindo seu acervo e atividades ao IPH.

No mesmo período, José Loureiro Fernandes da Universidade Federal do Paraná, empenhou-se na criação de bases para a execução de pesquisas, formação de pessoal especializado e paralelamente, na adoção de medidas protetoras do patrimônio arqueológico. (CHMYZ, 2006). A atuação ativa de Loureiro Fernandes, a partir do final da década de 1930 culminou no final da década de 1940 na criação da Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, ligado a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná. Através da divisão a articulação de Loureiro conseguiu em 1951 a promulgação do Decreto Estadual nº 1.346 que destinava para fins científicos os sítios conchíferos existentes no litoral do Paraná. A

promulgação da lei estava relacionada à intensa exploração comercial de sambaquis no litoral paranaense desde o início do século XX. A regulamentação do decreto ocorreu em 1952 estabelecendo que a licença de exploração de sambaquis deveria ser requerida à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, a qual caberia a determinação de seu valor científico (CHMYZ, 2006:52). Mais tarde, Loureiro Fernandes foi indicado para o acompanhamento do ‘desmonte’ de vários sambaquis.

Conjuntamente com a luta incisiva pela proteção e preservação dos sítios arqueológicos paranaenses, Loureiro Fernandes também se preocupou com a estruturação da disciplina, a formação de arqueólogos e a disseminação do conhecimento sobre o passado pré-colonial para a sociedade. Neste sentido, valorizava o cinema educativo e promoveu, a partir deste instrumento, a valorização de documentações arqueológicas, etnográficas e folclóricas durante a reorganização do Museu Paranaense entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. Suas preocupações com o aspecto educacional fizeram com que aproveitasse em várias ocasiões o potencial dos dados e acervos acumulados pelas pesquisas. Organizou por vários anos exposições temáticas que foram montadas em espaço próprio no Departamento de Antropologia criado em 1958, pelo mesmo, na Universidade do Paraná. Conforme Chmyz (2006), todas as oportunidades abertas pela mídia eram aproveitadas para que o grande público se beneficiasse dos conhecimentos gerados pela Universidade. Nessas atividades procurava envolver a comunidade na discussão sobre a preservação do patrimônio arqueológico e a proteção do espaço territorial de grupos indígenas ameaçados de extinção. Sobre essa questão, a luta pela criação do Parque Nacional da Serra dos Dourados que possibilitaria a sobrevivência dos índios Xetá teve repercussão inclusive no exterior.

O reconhecimento das iniciativas educacionais de Loureiro Fernandes pela Sociedade de Arqueologia Brasileira na década de 1980 foi efetivado através de um prêmio institucional em seu nome destinado a premiar projetos educativos. Em decorrência desta atuação incisiva, cabe ressaltar aqui outros pontos importantes pertinentes ao seu histórico.

Ainda no aspecto educacional, a formação de arqueólogos através do ensino formal de Arqueologia foi uma das principais preocupações de Loureiro Fernandes manifestado desde 1953 junto ao Conselho Técnico-Administrativo da Universidade, como também no Primeiro Congresso de Reitores das Universidades Brasileiras, realizado no mesmo ano, em Curitiba. Neste evento, apelou aos reitores que fosse votada uma moção em defesa dos sítios arqueológicos e argumentou sobre a necessidade da mudança de alguns cursos no âmbito das

faculdades de filosofia, apontando para a necessidade de uma reestruturação que permitisse a especialização e a investigação científica. Ressaltou também a necessidade do funcionamento da cátedra de Arqueologia Pré-Histórica, como ocorria naquele período nas universidades européias e de outros países da América. Em relação às universidades brasileiras enfatizava que prestariam através do *“estudo científico do nosso passado um serviço da mais alta relevância, pois, a par da citada Cátedra surgirão os organismos técnicos e forma-se-ão os cientistas que irão criar a verdadeira pré-história brasileira”*.(CHMYZ, 2006:72). No ano seguinte foi redigida uma monção durante 31º Congresso Internacional de Americanistas, encaminhada aos órgãos competentes defendendo a importância da cadeira de arqueologia pré-histórica nas faculdades de filosofia das universidades brasileiras. O documento ressaltava a necessidade da pesquisa imediata dos sítios arqueológicos ameaçados de destruição, cujo estudo deveria ser feito por pesquisadores adequadamente preparados e treinados nas modernas técnicas de escavação.

Na Universidade do Paraná, os esforços para o reconhecimento da Arqueologia como disciplina acadêmica começaram em 1950 após a federalização e anexação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Posteriormente à anexação, foi criado o Instituto de Pesquisas, o qual deu condições para a realização das pesquisas arqueológicas.

Visando criar uma base operacional no litoral paranaense para o estudo não só dos sítios arqueológicos, mas também da população cabocla, Loureiro Fernandes aplicou-se na restauração do antigo Colégio dos Jesuítas na cidade de Paranaguá, onde conseguiu, em 1963, que fosse instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares. Antes disso, conseguiu a transformação do Instituto de Pesquisas no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) em 1956, e dois anos depois fundou o Departamento de Antropologia. Desde a criação do CEPA, Loureiro Fernandes demonstrava preocupação com a estruturação de uma sólida formação profissional. Este interesse foi manifestado em correspondência manuscrita enviada a Joseph Emperaire em 1957 dizendo:

“[...] o Conselho Científico do CEPA planejou o rodízio anual de arqueólogos para que os bolsistas possam ter contatos amplos com homens de ciência e principalmente, com suas técnicas e seus métodos a possibilitar a formação, das nossas novas gerações, de indivíduos qualificados para os múltiplos sectores da investigação científica.” (Chmyz, 2006:72)

O Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas desenvolveu em conjunto com pesquisadores estrangeiros vindos de vários países diversas campanhas de escavação e cursos de aperfeiçoamento para estudantes durante as décadas subseqüentes.

Um aspecto marcante que ligou definitivamente as três personalidades citadas (Castro Faria, Paulo Duarte e Loureiro Fernandes) à história da Arqueologia brasileira, refere-se ao processo de tramitação do projeto de lei nº 3924. A solicitação de uma lei em âmbito nacional foi precedida no Paraná e São Paulo por leis estaduais de proteção a jazidas arqueológicas. As pressões impetradas pela Comissão de Pré-História, que incluíram entre outros, a necessidade de uma regulamentação sobre a exploração de jazidas de sambaquis junto ao Ministério da Agricultura, levou este órgão a criar uma comissão especial em 1957 para se debruçar sobre assunto. Além de Paulo Duarte e Loureiro Fernandes, juntou-se Rodrigo Mello Franco, então diretor do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN), para elaborar o anteprojeto de lei. No entanto, somente seis anos depois, em 1961, a Lei Federal 3924 foi sancionada pelo Congresso, e não sem o empenho pessoal de Jânio Quadros, o que veio a demonstrar a grande proximidade de Paulo Duarte com o então Presidente (HAYASHI, 2001:139). Após a publicação no Diário Oficial da União que ocorreu no dia seguinte a lei, deveria ser regulamentada no prazo de 180 dias, dentro dos aspectos que fossem julgados necessários, para sua fiel execução. Por sua vez, uma tentativa para regulamentação partiu da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1963. Na correspondência GMB-6203/63, o Ministério da Educação e Cultura determinava a adoção de três providências urgentes “[...] *afim de que o nosso país não continue dando ao mundo civilizado essa prova de atraso e relaxação cultural com a indiferença e o desleixo por um assunto que vem merecendo o máximo amparo e atenção de todos os países que sabem oferecer a pesquisa científica a atenção e o apoio que merece.*” (CHMYZ, 2006:56)

A primeira determinação compunha a nomeação de uma comissão para a apresentação do regulamento da lei no prazo de 30 dias. A comissão seria composta pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (presidente), os demais representantes: do Museu Nacional, Luiz Castro Faria; da Universidade de São Paulo, Paulo Duarte; da Universidade do Paraná, José Loureiro Fernandes; da Universidade de Brasília, Eduardo Galvão e; finalmente do Serviço de Proteção aos Índios, o diretor. A segunda medida seria a celebração de convênios com São Paulo e Paraná para a delegação de atribuições conferidas ao Ministério da Educação e Cultura para o cumprimento da Lei 3924, justificando-se que seriam os únicos

Estados do Brasil cujas universidades estavam aparelhadas para realizar tais trabalhos. Deste modo, reconhecendo a falta de estrutura e pessoal do órgão, foi proposta a terceira diligência: a criação de uma comissão de pré-história e etnologia que melhor cumpria a incumbência. A comissão seria formada além dos membros citados para a comissão de regulamentação por um representante do Ministério de Minas e Energia.

A minuta do decreto de regulamentação ficou pronta em setembro de 1964. No entanto, apesar de a primeira minuta ter sido encaminhada aos membros, a mesma não ocorreu como planejada. Igor Chmyz, ao comentar as possíveis razões do desinteresse de Loureiro Fernandes pela regulamentação da Lei 3924, levanta a hipótese que este tenha se originado na correspondência GMB-6203/63, enviada pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Segundo o mesmo autor, a correspondência contém vários pontos de interrogação do punho de Loureiro Fernandes naquilo que se refere ao alegado descaso inicial da regulamentação e à instituição da Comissão de Pré-História e Etnologia, além do destaque secundário dado pelo documento ao papel desempenhado pelo Estado do Paraná no processo (CHMYZ, 2006:58). No final de 1964, o CEPA passou a colaborar com o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em função da lei 3.924/61. Loureiro Fernandes foi designado por meio de portaria como delegado do DPHAN para assuntos de Arqueologia no Estado do Paraná.

A promulgação da Lei representou um marco na arqueologia brasileira em aspectos públicos ligados às questões conservacionistas e preservacionistas do patrimônio arqueológico nacional. Esta atendeu as reivindicações e preocupações da pequena comunidade arqueológica da época, principalmente quanto à administração e gestão desses recursos pelo poder público. O **Quadro 5** apresenta o ato legislativo que constituiu a principal lei de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, a Lei 3924/61.

Quadro 5– Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

DISPÕE SOBRE OS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ-HISTÓRICOS.	
Artigo 1º	Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.
Parágrafo único - A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados na forma do art. 161 da mesma Constituição.	
Artigo 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:	<p>a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;</p> <p>b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;</p> <p>c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;</p> <p>d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.</p>
Artigo 3º	São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b , c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.
Artigo 4º -	Toda pessoa, natural ou jurídica, que, na data da publicação desta Lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros), o exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência.
Artigo 5º	Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta Lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.
Artigo 6º	As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4º e registradas na forma do artigo 27 desta Lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.
Artigo 7	As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4º e 6º desta Lei, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União.
CAPÍTULO II - Das Escavações Arqueológicas realizadas por particulares	<p>Artigo 8º - O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.</p> <p>Artigo 9º - O pedido de permissão deve ser dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos.</p> <p>Parágrafo único - Estando em condomínio a área em que se localiza a jazida, somente poderá requerer a permissão o administrador ou cabecel, eleito na forma do Código Civil.</p>

	<p>Artigo 10º - A permissão terá por título uma portaria do Ministro da Educação e Cultura, que será transcrita em livro próprio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos.</p> <p>Artigo 11º - Desde que as escavações e estudos devam ser realizados em terreno que não pertença ao requerente, deverá ser anexado ao seu pedido o consentimento escrito do proprietário do terreno ou de quem esteja em uso e gozo desse direito.</p> <p>Parágrafo 1º - As escavações devem ser necessariamente executadas sob orientação do permissionário, que responderá civil, penal e administrativamente pelos prejuízos que causar ao Patrimônio Nacional ou a terceiros.</p> <p>Parágrafo 2º - As escavações devem ser realizadas de acordo com as condições estipuladas no instrumento de permissão, não podendo o responsável, sob nenhum pretexto, impedir a inspeção dos trabalhos por delegado especialmente designado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for julgado conveniente.</p> <p>Parágrafo 3º - O permissionário fica obrigado a informar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, trimestralmente, sobre o andamento das escavações, salvo a ocorrência de fato excepcional, cuja notificação deverá ser feita imediatamente, para as providências cabíveis.</p> <p>Artigo 12º - O Ministério da Educação e Cultura poderá cassar a permissão concedida, uma vez que:</p> <p>a) não sejam cumpridas as prescrições da presente Lei e do instrumento de concessão da licença;</p> <p>b) sejam suspensos os trabalhos de campo por prazo superior a doze (12) meses, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;</p> <p>c) no caso de não cumprimento do parágrafo 3º do artigo anterior local e, posteriormente, uma súmula dos resultados obtidos e do destino do material coletado.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV Das Descobertas Fortuitas</p>	<p>Artigo 17º - A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado.</p> <p>Artigo 18º - A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.</p> <p>Parágrafo único - O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até o pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p> <p>Artigo 19º - A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V – Da remessa, para o exterior, de objetos de interesse Arqueológico ou Pré-histórico, Histórico, Numismático ou Artístico.</p>	<p>Artigo 20º - Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico poderá ser transferido para o exterior, sem licença expressa da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constante de uma "guia" de liberação na qual serão devidamente especificados os objetos a serem transferidos.</p> <p>Artigo 21º - A inobservância da prescrição do artigo anterior implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.</p> <p>Parágrafo único - O objeto apreendido, razão deste artigo, será entregue à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p>
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI Disposições Gerais</p>	<p>Artigo 22º - O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta Lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez</p>

	<p>concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado.</p> <p>Parágrafo único - De todas as jazidas será preservada, sempre que possível ou conveniente, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes, como blocos testemunhos.</p> <p>Artigo 23º - O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas encaminhará Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional qualquer pedido de cientista estrangeiro, para realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas no país.</p> <p>Artigo 24º - Nenhuma autorização de pesquisa ou de lavra para jazidas de calcário de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, poderá ser concedida sem audiência prévia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p> <p>Artigo 25º - A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta Lei, dará lugar à multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), sem prejuízo de sumária apreensão e conseqüente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existente no local.</p> <p>Artigo 26º - Para melhor execução da presente Lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham entre seus objetivos específicos o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.</p> <p>Artigo 27º - A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional manterá um Cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil, no qual serão registrados todas as jazidas manifestadas, de acordo com o disposto nesta Lei, bem como das que se tornarem conhecidas por qualquer via.</p> <p>Artigo 28º - As atribuições conferidas ao Ministério da Educação e Cultura, para o cumprimento desta Lei, poderão ser delegadas a qualquer unidade da Federação, que disponha de serviços técnico-administrativos especialmente organizados para a guarda, preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas, bem como de recursos suficientes para o custeio e bom andamento dos trabalhos.</p> <p>Parágrafo único - No caso deste artigo, o produto das multas aplicadas e apreensões de material legalmente feitas reverterá em benefício do serviço estadual, organizado para a preservação e estudo desses monumentos.</p> <p>Artigo 29º - Aos infratores desta Lei serão aplicadas as sanções dos artigos 163 a 167 do Código Penal, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.</p> <p>Artigo 30º - O poder Executivo baixará, no prazo de 120 dias, a partir da vigência desta Lei, a regulamentação que for julgada necessária à sua fiel execução.</p> <p>Artigo 31º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p>
--	--

Conforme Chmyz (1986), a lei foi muito importante para a criação de alguns projetos de salvamento, embora representasse um papel secundário, ou nem tivesse sido utilizada em outros. De fato, nos projetos mais antigos ela exerceu seu papel, gerando o precedente que tornou os novos mais fáceis, a ponto de empresas solicitarem a execução da pesquisa.

A partir das prescrições dadas à administração pública, a Lei 3924 representou o início de um novo período, ou seja, o processo de profissionalização da arqueologia brasileira (SOUZA, 1991; HAYASHI, 2001). A licença profissional neste período passa a ser baseada

nos requisitos educacionais ligados a formação formal (CALDARELLI, 1997). O arqueólogo profissional passa neste momento a ser o único responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, criando uma contraposição entre *amadores* x *profissionais*. Embora esta dicotomia tenha demonstrado uma preocupação ética da comunidade arqueológica em relação ao patrimônio, o contexto da disciplina na época, sem formação universitária específica, proporcionou que ela fosse usada como um instrumento de poder para determinar quem era realmente arqueólogo, coibindo a possibilidade da realização de pesquisas por arqueólogos independentes ou de instituições privadas, mesmo que já houvessem prestado significativas contribuições (SOUZA, 1991:109). Ainda conforme Souza, esta luta não esteve dissociada dos interesses financeiros, pois buscava reforçar a importância dos grandes museus a obtenções de maiores dotações orçamentárias. Entretanto, é difícil supor que a partir do quadro histórico da arqueologia na época, não houvesse, mesmo considerando conflitos pessoais, o reconhecimento das pesquisas enquadradas nas modernas formas de escavação. Além disso, toda primeira geração de arqueólogos do país foi formada por intelectuais ligados a ciências naturais e da terra e em menor número das ciências humanas e sociais (BARRETO, 1999-2000), já que não existiam cursos específicos de educação formal em arqueologia. Por sua vez, “a solução para os arqueólogos que não dispunham do suporte de grandes instituições, seria, obviamente, buscar titulações compatíveis com as novas exigências”. (SOUZA, 1991:110).

A comunidade arqueológica cresce nas décadas de 1960 e 1970 com a proliferação de centros de pesquisa, ligados a instituições públicas e privadas, em diferentes Estados do país. Ao mesmo tempo se instituem os primeiros cursos de ensino formal de Arqueologia através de estágios em dois níveis e cursos de extensão universitária, aos quais era requerido ao candidato possuir graduação ou experiência de 5 anos em arqueologia. A Universidade do Paraná, em 1962, acabaria por dar à arqueologia status universitário, com o curso ministrado por Annette Laming-Emperaire, sobre métodos de campo e laboratório aplicáveis aos sambaquis. E ainda neste mesmo período surgem os primeiros simpósios e seminários de Arqueologia, que congregavam os debates e trocas entre a pequena comunidade arqueológica (Souza, 1991). Posteriormente, a disciplina de arqueologia pré-histórica passaria a integrar o departamento de antropologia da Universidade do Paraná, constando no currículo regular do curso de história e geografia. (CHMYZ, 1976 *apud* SOUZA, 1991).

A partir do contexto histórico exposto, podemos inferir que a Arqueologia nasce como disciplina no Brasil imbricada nas questões públicas envolvendo a legislação, os primeiros dispositivos de gestão e importantes iniciativas educativas que abarcaram os aspectos do ensino formal da disciplina quanto o direcionamento para a sociedade em geral.

Castro Faria, Paulo Duarte e Loureiro Fernandes despenharam um papel fundamental na luta pela proteção e reconhecimento público do patrimônio arqueológico nacional. Sua atuação, como pesquisadores e articuladores, críticos com o seu papel social na academia, os remete no entender deste trabalho, a verdadeiros precursores de uma Arqueologia Pública no Brasil. Há de se ressaltar neste sentido que as questões públicas diretamente ligadas à proteção foram enfatizadas pelos três pesquisadores. As questões educacionais tiveram papel preponderante na atuação de Loureiro Fernandes, principalmente por sua preocupação e iniciativa de disseminar o conhecimento sobre o passado pré-colonial brasileiro para a sociedade através de propostas voltadas tanto para o ensino formal quanto para o informal.

A segunda metade da década de 1960 e início da década de 1970 foram marcados por um grande projeto nacional de mapeamento de sítios arqueológicos. O Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) foi montado em colaboração com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Smithsonian Institution visando elaborar rapidamente um quadro das culturas arqueológicas em território brasileiro. (Prous, 1992). O projeto teve duração de seis anos e desenvolveu pesquisas na região sul, sudeste, nordeste e Amazônia. O Pronapa se insere no contexto da vinda de especialistas estrangeiros através dos centros de pesquisas ligados às universidades e museus, os quais foram responsáveis pela formação da primeira geração de arqueólogos brasileiros. Conforme Barreto (1999-2000) tratava-se de uma formação bastante técnica voltada às práticas de pesquisa de campo e a classificação de materiais arqueológicos. Ao avaliar o desenvolvimento teórico da disciplina neste período, a autora relaciona a ausência de um projeto teórico para arqueologia nacional ao tipo de formação proporcionada pelos arqueólogos estrangeiros (notadamente àqueles ligados ao Pronapa). Outro aspecto refere-se à especialidade dos profissionais envolvidos nas pesquisas arqueológicas, em geral advindos das áreas de história ou história natural, biologia e geociências, sendo que apenas uma pequena parcela decorria das ciências sociais e antropologia. No entanto, apesar de problemas relacionados à formação de profissionais e a intenção de gerar um conhecimento sobre o potencial arqueológico, o programa não promoveu e nem se envolveu em debates mais profícuos sobre as questões

públicas da disciplina. No entanto, o PRONAPA pode ser enquadrado no processo iniciado no início da década de 1960 de disseminação de centros de pesquisa, formação de pesquisadores e estruturação do ensino formal de arqueologia.

Na continuidade da década de 1970 seguiu-se certo crescimento da comunidade arqueológica com a inauguração de novos centros de pesquisa e museus e a criação de mais fóruns de debate sobre a disciplina, acompanhado pelo fortalecimento do ensino formal de arqueologia, criando assim uma demanda para a criação de um curso de graduação. Em 1972 o Centro de Informação Arqueológica (RJ) inicia suas sugestões junto ao Conselho Federal de Educação para a fixação de um currículo mínimo de arqueologia. Um amplo levantamento desenvolvido nesta ocasião demonstrou, que da amostra de 89 pesquisadores em atividade na área de arqueologia, a maioria possuía formação em outras áreas das ciências de modo geral e somente 2,24% continham algum tipo de educação formal específica. O mesmo levantamento também mediu a distribuição de arqueólogos por região, os resultados apresentaram uma distribuição desproporcional onde a maioria concentrava-se no sul e sudeste e apenas 20,88 % no restante do país. (Souza, 1991).

Neste mesmo período foram publicados livros sobre arqueologia brasileira por Josué Camargo Mendes (paleontólogo) e Renato Castelo Brando – somando-se, portanto, à obra de José Anthero Pereira Jr. publicada em 1967. Os livros foram compostos por sínteses didáticas voltadas à sociedade em geral, algumas explorando lendas e teorias atualmente superadas. Segundo Souza (1991), estes livros foram as únicas sínteses publicadas neste formato com maior acesso da sociedade em geral, demonstrando que as preocupações dos arqueólogos profissionais voltavam-se, na época, para outras questões. (SOUZA, op cit:119). Ainda em relação aos aspectos educacionais, em 1976 surge a primeira experiência para introduzir noções de arqueologia no conteúdo curricular do 1º grau realizada por Armino Sérgio de Oliveira no Estado do Pará. No ano anterior, 1975 foi autorizado o funcionamento do primeiro curso de graduação em arqueologia no país na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (Parecer CFE 1.591/75), o qual gerou grande polêmica e pressões contrárias originadas em instituições e para pesquisadores que viam ameaçadas a estrutura “sistólica” então vigente. (SOUZA, op cit:125). O número de vagas¹⁵ oferecido no primeiro vestibular foi insuficiente para atender a demanda de procura. Posteriormente,

¹⁵ O curso ofereceu 60 vagas.

devido a problemas com a mantenedora do curso, o mesmo foi transferido para as Faculdades Integradas Estácio de Sá.

A crise na Faculdade de Arqueologia reacenderia no final da década 1977 o debate sobre a regulamentação da lei 3924, no entanto, a idéia desapareceu por não ser considerada praticável já que se pensava em exigir dos arqueólogos responsáveis pelas pesquisas de campo, títulos de mestre ou doutor. A proposição não foi adotada, pois existiam cursos insuficientes nestes níveis de ensino no país (Ibdem).

Na década 1970 um novo campo de atuação profissional foi criado, denominando-se de arqueologia de salvamento, pois se referia ao ato de “salvar”, em caráter emergencial, os sítios arqueológicos localizados em áreas com projetos de empreendimentos lesivos ao patrimônio natural e cultural, na época, principalmente, hidrelétricos (CALDARELLI & SANTOS, 1999-2000; CALDARELLI, 1999). Os primeiros projetos de salvamento foram realizados graças a pesquisadores engajados na proteção dos bens arqueológicos, pois este trabalho era realizado sem nenhum subsídio financeiro por parte dos responsáveis pela destruição. Entre os pesquisadores que efetuavam este trabalho, podemos destacar o Padre João Alfredo Rohr. O Padre Rohr foi considerado o fundador da arqueologia em Santa Catarina e desenvolveu importantes trabalhos de pesquisa (ver ROHR 1966, 1973, 1977, 1983 e 1984) e fiscalização dos sítios arqueológicos mapeados. (CALDARELLI & SANTOS, op. cit). Conforme Chmyz (1986) mesmo antes da Lei, pesquisas que podem ser consideradas de salvamento já tinham sido efetivadas por iniciativa e dedicação de estudiosos conscientes da importância científica dos sítios ameaçados.

O setor hidrelétrico foi o primeiro a utilizar a arqueologia de salvamento em seus empreendimentos. Assim, no último quartel da década de 1970 foram estabelecidos convênios entre os centros de pesquisa arqueológica e os empreendedores, os quais ofereciam somente infra-estrutura logística e financiavam as pesquisas de campo e, em alguns casos, a datação dos materiais e a publicação dos resultados dos estudos. No entanto, não remuneravam os pesquisadores (CALDARELLI & SANTOS, 1999-2000). Os primeiros projetos foram realizados pelo CEPA na UHE Itaipu, PR (CHMYZ, 1976;1977;1978;1979); por Silvia Maranca na UHE Ilha Solteira, SP (MARANCA, 1978); por Valentim Calderón na UHE Sobradinho, BA (CÁLDERON *et. al.* 1977).

A I Jornada Brasileira de Arqueologia realizada em 1978 no Rio de Janeiro iniciava o debate para a criação de uma sociedade de arqueólogos brasileiros voltada à regulamentação

profissional. O fórum teve duração de uma semana e contou com duas comissões, uma destinada à elaboração de propostas de melhoria do ensino e a outra voltada para a ampliação do mercado de trabalho. A criação da sociedade, no entanto, foi adiada por um ano para consulta de toda a comunidade, sendo constituída uma comissão de 5 membros para preparar a minuta de estatutos. No ano seguinte, na II Jornada, funcionaram duas comissões: sobre terminologia arqueológica e mercado de trabalho. Porém o assunto principal foi à criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB. O evento contou com a participação de 52 arqueólogos. Entretanto, reconhecendo dificuldades e imprevistos da comissão eleita na I Jornada, foi aceito o adiamento da criação para o ano seguinte e estabelecido um calendário de discussões. Por fim, após avaliar que a criação da SAB no Rio de Janeiro – estado que com sua ampla tradição de ensino da arqueologia poderia, segundo alguns pesquisadores, levar a um relaxamento dos critérios de seleção com o aumento “artificial” da comunidade – foi realizada a fundação no III Seminário Goiano de Arqueologia Brasileira. Neste evento estiveram presentes 48 pesquisadores. Entretanto, no primeiro mês de funcionamento da sociedade mais de 72 arqueólogos se juntaram a ela. No ponto de vista de Souza (1991), integrante da primeira diretoria da sociedade, sua fundação representou um marco importante na consolidação da arqueologia brasileira, levando arqueólogos a superar tradicionais divergências e aprender a conviver com teorias e metodologias distintas. O autor também explica que a Sociedade deveria ser uma associação profissional e por fim tornou-se uma sociedade científica, nos moldes da Associação Brasileira de Antropologia, dificultando consideravelmente o ingresso de novos sócios, principalmente bacharéis em arqueologia (SOUZA, op.cit:129).

A década de 1970 também movimentou debates em torno de temas educacionais da disciplina, tanto nos aspectos informais de ensino quanto, sobretudo, na educação formal de Arqueologia no país. Os debates foram possíveis pela expansão e fortalecimento de centros de pesquisa e museus decorridos neste período, ao mesmo tempo em que se deu continuidade ao processo de profissionalização da disciplina. Antes mesmo do firme estabelecimento acadêmico, a arqueologia brasileira já demandava questões em torno do profissional-arqueólogo. Os debates e as soluções encontradas em curto prazo pela comunidade arqueológica para o assunto, seus desmembramentos e implicações ficariam refletidas na historiografia arqueológica a partir do final da década de 1970 e 1980. A Arqueologia brasileira caminha na década de 1980 abrindo novos horizontes, revendo posições e criando

espaços e fóruns dentro da comunidade arqueológica para debater questões emergentes, bem como buscar soluções para problemas antigos.

A formação de arqueólogos ganha força e no início da década de 1980 dá-se a abertura de dois cursos de pós-graduação. O primeiro em nível de especialização, no Museu Nacional, e o segundo de mestrado em História com concentração na área de Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco. Em 1981, o Centro Brasileiro de Arqueologia do Rio de Janeiro ministrou o curso de especialização em arqueologia pré-histórica, o qual, no entanto, duraria somente um ano. Mais tarde, em 1985, a Faculdade de Arqueologia e Museologia Estácio de Sá implantaria o curso de pós-graduação (especialização) em arqueologia histórica (SOUZA, 1991:129).

Até a metade da década de 1980, grande parte do ensino formal de arqueologia estava situado no eixo Rio-São Paulo, adquirindo particular importância a Universidade de São Paulo. Neste período foram defendidas na instituição sete dissertações de mestrado e seis teses de doutorado. A avaliação realizada pelo CNPq em 1982 inventariou a existência de 32 doutores ou livre-docentes, 19 mestres e 68 pesquisadores em geral. No levantamento foram elencadas nove instituições de ensino, sete alunos de doutorado, 32 de mestrado, 26 de especialização e 125 de graduação, bem como 23 instituições dedicadas à pesquisa (SOUZA, op cit:129).

Com relação às propostas de apresentação da Arqueologia para público, o estreitamento de laços entre a Museologia e a Arqueologia no Instituto de Pré-História da USP proporcionou experiências de divulgação de pesquisas de campo, seja durante o andamento dos trabalhos, ou através de exposições itinerantes, palestras e reuniões. Segundo Caldarelli & Bruno (1982:1), as atividades tiveram “o objetivo de atingir um público que não é alcançado pelos artigos científicos, nem pelos museus universitários”. As autoras ressaltaram que a idéia de criar uma programação integrada pesquisa/exposição provém do entendimento corroborado por Tixier (1978), de que todo trabalho científico deve ser divulgado, pois ele não pode representar um círculo de iniciados, de uma ‘elite’ sob pena do desaparecimento da ética científica. Enfatiza-se que se a pesquisa não pode ser conduzida por todos, e o conhecimento deve ser divulgado a todos, pois a estes pertence sendo que parte da profissão passa pela comunicação, pela transmissão ao maior público possível. A partir desta compreensão, concluem que o diálogo com um não especialista é estimulante, impedindo a esclerose por isolamento categorial. Deste modo, a confrontação permitiria analisar a si

mesmo, possibilitando contínua re-estruturação do próprio pensamento, nem que seja pela tomada de consciência da diferença que existe entre um ato cumprido só ou em público (CALDARELLI & BRUNO, op cit:1). Deste modo, ressaltam que a apresentação da Arqueologia para o público é uma questão de princípios, pois os sítios arqueológicos são destruídos diariamente, e cabe aos arqueólogos e a sociedade “salvar o que for possível”. As apresentações foram realizadas nas áreas dos programas de pesquisas no Vale do Rio Tietê e Vale do Rio Pardo, de 1979 a 1983.

As experiências positivas desencadeadas no interior de São Paulo demonstraram que existem muitos públicos interessados em Arqueologia, mas cabe ainda buscar uma adequação da linguagem técnica da disciplina para uma linguagem coloquial, mais acessível ao público, e que não reduza ou distorça conceitos básicos da disciplina. Ainda as apresentações possibilitaram uma aproximação dos pesquisadores e a população local, diminuindo a desconfiança e promovendo ganhos mútuos para ambos.

Também neste período, ocorreu um acontecimento que traria diversas implicações para a Arqueologia e deste modo, a retomada e o desenvolvimento de questões públicas ligadas à preservação e ética. No início da década de 1980 a publicação da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981¹⁶ definiu os mecanismos de formulação e aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente. Essa política teve por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando, deste modo, assegurar à sociedade condições para o desenvolvimento sócio-econômico, para os interesses relacionados à segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

A lei designou no Art. 9 os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, a saber:

- I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II - o zoneamento ambiental;
- III - a avaliação de impactos ambientais;
- IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V - os incentivos a produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;
- VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;
- VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;
- VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa

¹⁶ Constituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o qual por sua vez criou o Conselho Superior de Meio Ambiente (CSMA), o qual instituiu o Cadastro de Defesa Ambiental

Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

Segundo Caldarelli (1999) os instrumentos empregados no planejamento ambiental que interessam a Arqueologia são aqueles que envolvem o uso do solo tanto rural quanto urbano. Neste sentido as ferramentas definidas pela Política de Meio Ambiente que se referem ao uso do solo e recorrem à Arqueologia são: Zoneamento, Avaliação de Impactos Ambientais e a Criação de Espaços Territoriais Protegidos pelo Poder Público.

Os instrumentos de planejamento ambiental estabelecidos pela Lei 6.938 reafirmaram a necessidade de proteção ao patrimônio arqueológico inseridos na Lei 3.924, pois se considera no conceito de meio de ambiente, também os bens culturais. Como inserido na Política Nacional de Meio Ambiente, no Art. 3, inciso I e II, entende-se por meio ambiente “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, e por recursos ambientais “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera, a fauna e a flora”.

Para fins protecionais, conforme Custódio (1997), a noção de meio ambiente é muito ampla, abrange todos os bens naturais e culturais de valor juridicamente protegido, que envolve desde o solo, as águas, o ar, a flora, a fauna, as belezas naturais e artificiais, o ser humano, patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico, monumental, arqueológico, até as variadas disciplinas urbanísticas contemporâneas.

As pesquisas desenvolvidas no contexto do planejamento ambiental na primeira metade da década de 1980 abrangeram em sua maioria a Avaliação de Impacto Ambiental de alguns tipos de empreendimentos, sobretudo hidrelétricos e em menor parte a criação de Espaços Territoriais Protegidos (CALDARELLI, 1999).

Neste mesmo período, a Sociedade de Arqueologia Brasileira começa a equacionar questões estruturais pendentes e a debater a regulamentação da profissão. Conforme Souza (1991), a III Reunião Científica realizada em Goiânia em 1985 acabou assumindo um importante papel político. Segundo o autor, essa reunião caracteriza o momento em que a

comunidade se afirma como tal e reconhece a própria existência, propondo-se pela primeira vez a discutir, de modo abrangente, o próprio destino, o papel da arqueologia e do arqueólogo, as deficiências da legislação em vigor e, a interferência do Poder Público na atividade científica. As discussões resultaram na Carta de Goiânia (vide **Quadro 6**), propondo uma orientação ética comum a todos os arqueólogos. Após a publicação da carta, a comunidade arqueológica começa a atuar coletivamente na busca de soluções para seus problemas atribuindo à SAB competência para dirimir dúvidas e pendências entre seus membros e entre estes e os órgãos governamentais de pesquisa e fomento, atuando deste modo, como um órgão de classe mesmo que informal. (SOUZA, op cit:135).

Quadro 6– Carta de Goiânia – III Reunião Científica da SAB (1985).

Posição dos arqueólogos brasileiros frente à política do Patrimônio Arqueológico Nacional
<p>Os arqueólogos brasileiros, reunidos em Goiânia, por ocasião da III Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), tornam público seu posicionamento relacionado à preservação do patrimônio cultural arqueológico nacional e sua preocupação com a preservação dos valores éticos e morais dos arqueólogos.</p> <p>A Arqueologia é uma ciência que tem como objetivo a reconstituição do cotidiano e dos modos de vida do passado, a partir do estudo dos documentos materiais, oportunizando à sociedade atual o conhecimento de sua própria identidade sócio-cultural.</p> <p>O novo conhecimento, que emerge da documentação arqueológica pesquisada, estabelece, para a comunidade local, bases de referência, que possibilitam os nexos para a compreensão do seu presente. Destaca-se aí a importância social da arqueologia e sua dimensão política.</p> <p>Pertence pois à sociedade o patrimônio cultural recuperado do passado pelo arqueólogo. Tanto os proprietários locais, como os órgãos municipais, estaduais e federais devem velar e ser responsáveis por este patrimônio que pertence ao conjunto da sociedade brasileira.</p> <p>Se é bem verdade que o patrimônio arqueológico, por ser parte integrante do patrimônio cultural da nação, deva estar sob a guarda permanente do poder público, em todos os seus níveis, não é menos verdade que a informação arqueológica, o conjunto dos conhecimentos gerado a partir do estudo deste patrimônio, não é, nem pode ser, o monopólio estatal. É o arqueólogo, o profissional, que, utilizando-se de métodos e técnicas especiais, irá resgatar o sentido ou significado dos testemunhos materiais, integrando-os ao restante do patrimônio cultural.</p> <p>A recuperação e os estudos do patrimônio cultural devem ser multidisciplinares, admitindo-se a colaboração de historiadores, sociólogos, arquitetos, antropólogos, arqueólogos, geógrafos etc. O patrimônio cultural deve ser pesquisado por arqueólogos. Critérios arqueológicos devem ser levados em conta, não apenas na decisão do uso atual dos bens culturais arqueológicos recuperados, mas igualmente na política que vise decidir o que, para quem e como preservar.</p> <p>A própria caracterização do que vem a ser bens culturais arqueológicos típicos mostra igualmente a complexidade do que é genericamente denominado de patrimônio cultural. Os arqueólogos reconhecem como tais bens abrigos e cavernas ocupados pelo homem pré-histórico, inscrições rupestres, esculturas e pinturas, acampamentos e aldeias, restos de edificações históricas e quaisquer elementos incluídos nesses contextos, bem como os vestígios arqueológicos encontrados e colecionados por amadores.</p> <p>Os arqueólogos, tanto como indivíduos, quanto em associações como a Sociedade de Arqueologia Brasileira, têm importante papel político a desempenhar, tendo em vista a necessidade de valorização dos bens culturais arqueológicos, os quais – mesmo que protegidos por legislação específica – não possuem ainda uma valorização equivalente à dos bens arquitetônicos. A SAB deve atuar junto às associações de engenharia, arquitetura, geologia, geografia e agronomia, buscando esclarecer seus técnicos para a importância social da pesquisa arqueológica e sensibilizando-os para a proteção dos bens do patrimônio cultural arqueológico.</p> <p>É uma importante tarefa e um dever da SAB e de todos os arqueólogos brasileiros a recuperação do patrimônio</p>

cultural dos sítios arqueológicos, bem como a colocação da sociedade atual face ao novo conhecimento produzido sobre seu passado. E, face à documentação resgatada, deve igualmente sugerir aos órgãos governamentais as políticas a serem desenvolvidas e as prioridades a serem estabelecidas e estratégias recomendadas em função da competência dos arqueólogos brasileiros, alicerçada em sua experiência no campo de pesquisa. A política de pesquisa arqueológica deve continuar a ser estruturada em torno de seus elementos institucionais básicos, arqueólogos, instituições e centros de pesquisa, organizados tanto nas universidades públicas e privadas, como fora delas, e as instituições financiadoras.

A política científica governamental se estrutura a partir de órgãos tais como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a FINEP e as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, correlacionadas com as instituições de pesquisa que congregam os arqueólogos. É pois importante que estas relações institucionais se reforcem, visando um fomento à pesquisa que possa ter como resultante uma melhora quantitativa de nosso patrimônio cultural.

Cabe igualmente a toda comunidade dos arqueólogos brasileiros a importante tarefa de difusão e popularização do conhecimento científico do passado. Por outro lado, somente a comunidade dos arqueólogos brasileiros tem condições de desenvolver um conjunto de ações visando uma melhor integração ao nível teórico-metodológico entre os arqueólogos e as instituições voltadas para a pesquisa, com o objetivo de valorização do patrimônio cultural arqueológico.

A comunidade dos arqueólogos brasileiros, para atingir uma política viável sobre o patrimônio, deverá gradualmente transformar-se em estimuladora da formação de recursos humanos e de capacitação profissional, favorecer a ampliação do mercado de trabalho e, portanto, somar às suas características de comunidade científica as de uma comunidade profissional formada por técnicos de gabarito, auto-regulamentada pelas decisões democráticas de seus membros.

É importante que a SAB em todos os encaminhamentos, que der a questões tão importantes como as acima referidas, entre em contato e ouça igualmente os demais arqueólogos brasileiros.

A nível legal, a lei 3924/61 deve ser revista oportunamente, assim como, regulamentada a profissão de arqueólogo, sempre de forma democrática, e com amplas consultas aos arqueólogos e à SAB, de modo a refletir corretamente o estágio atual de seu desenvolvimento sócio-cultural.

Os serviços de proteção devem permanecer com suas estruturas atuais, com a SPHAN (Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mantendo-se como órgão central de referência, normativo e de preservação, voltando-se principalmente para a fiscalização das atividades que impliquem em grandes perturbações ambientais, além de outras atividades produtivas e comerciais, o turismo e o tráfico de bens arqueológicos, bem como para a fiscalização da própria relação estatal. Suas relações com os arqueólogos devem ser de cooperação e fomento, sem, no entanto, chegar a extremos tais como pretender comprovar-lhes a competência (Já reafirmada na comunidade científica arqueológica e em associações como a SAB) ou interferir na opção metodológica e na liberdade de cátedra.

Quanto à Fundação Pró-Memória, por concentrar toda a parte operacional da SPHAN, deve buscar concretizar a organização do catálogo dos sítios cadastrados, gerando um banco de dados e um centro de documentação, assegurando a transferência e a disseminação da informação em todos os níveis mas, principalmente para a sociedade brasileira como um todo, enfatizando a ação educacional preferencialmente às medidas punitivas e coercitivas.

Os órgãos governamentais, em comum acordo com os arqueólogos, deverão desenvolver ações junto às populações visando a proteção do patrimônio arqueológico pelas próprias comunidades locais.

Partindo-se da premissa de que quem fiscaliza não executa ou o fará em causa própria, tanto a SPHAN, como a FNPM, devem se limitar a levantamentos locais, de ambiência, com vistas à preservação, para a pesquisa científica, de sítios arqueológicos brasileiros e nunca à pesquisa científica, que deve ser atribuição dos institutos especializados. A atividade de pesquisa dos arqueólogos brasileiros se desenvolve nas diversas instituições públicas e privadas. É nestes centros especializados que se produz o conhecimento destinado a enriquecer a sociedade na compreensão de sua própria identidade.

A SPHAN deve ter todo o apoio possível dos arqueólogos brasileiros na realização de seus objetivos preservacionistas.

Também é de fundamental importância chamar Estados e Municípios a suplementar estas atividades, evitando-se desnecessárias duplicações de esforços em unidades da federação que já disponham de recursos para uma efetiva proteção ao patrimônio arqueológico, sempre sob a coordenação da SPHAN, mas respeitando-se os interesses das comunidades e da história local, esta unidade mínima, espaço de minorias empiricamente diferenciadas.

É evidente, no que diz respeito à fiscalização para impedir a depredação dos sítios arqueológicos e a comercialização clandestina de peças arqueológicas, que todo e qualquer cidadão está plenamente habilitado

para tal tarefa. No que diz respeito à fiscalização da profissão de arqueólogo, no entanto, torna-se evidente que somente a comunidade dos arqueólogos brasileiros, pela soma dos conhecimentos acumulados por seus membros, está plenamente capacitada a exercer tal mister. A SPHAN deve abster-se, portanto, da fiscalização profissional; por outro lado seria muito importante que a SPHAN incorporasse a seus quadros, como consultores ou assessores, arqueólogos, para esse mister, suficientemente experientes e qualificados e cujas fidedignidades tenham sido consensualizadas pelo conjunto dos arqueólogos brasileiros.

A SPHAN poderia ainda assumir a responsabilidade de notificar automaticamente, todos os proprietários de terras, sobre a descoberta e cadastramento de sítios arqueológicos em seus terrenos, conscientizando-os de sua responsabilidade na preservação de tais bens.

A acelerada destruição do patrimônio cultural arqueológico pelas intensas ações antrópicas do atual estágio de nossa sociedade, exige uma concentração de esforços que deve reunir os órgãos governamentais e os arqueólogos.

Cabe a uma associação como a SAB o importante dever de estimular seus sócios a aceitar a responsabilidade desta tarefa. Deverá igualmente reunir seus esforços aos de todos os outros arqueólogos brasileiros, visando atingir os objetivos aqui propostos.

Eventuais diferenças institucionais ou de orientação teórica-metodológica entre os órgãos governamentais como a SPHAN, associações profissionais como a SAB, instituições de pesquisa e arqueólogos que atuam individualmente, não poderão ser escusas para se furtar a esta responsabilidade social.

Esta destruição aponta para a necessidade urgente de tornar obrigatória a realização de pesquisas prévias de salvamento arqueológico em todas as obras que impliquem em extensa perturbação ambiental. Isto deve ser acompanhado pela capacitação dos arqueólogos envolvidos. O financiamento de tais projetos deve sempre possibilitar o engajamento de equipes proporcionalmente às áreas atingidas e ao espaço tempo disponível, desde o início do planejamento até o término da obra. Uma comissão composta por pesquisadores de comprovada experiência em trabalho de salvamento arqueológico deve ser designada pela SPHAN para exercer função fiscalizadora junto aos projetos de salvamento em execução. Recomenda-se ainda a ação supletiva da SPHAN na conscientização quanto à importância e necessidade deste resgate dos bens arqueológicos junto aos responsáveis pela obra.

A comunidade dos arqueólogos brasileiros, reunidos por ocasião da IIIª Reunião Científica da SAB, assume, pelo presente documento, a responsabilidade social de continuar empregando o seu esforço e a sua competência na preservação do patrimônio cultural arqueológico. Propõe-se igualmente a desenvolver todos os esforços para evitar a degradação do patrimônio nacional pelas ações antrópicas provocadas pela insensibilidade de alguns e pela falta de conhecimentos de outros.

A presente carta de Goiânia é um compromisso dos arqueólogos com a sociedade brasileira e com o seu patrimônio cultural.

O presente documento foi elaborado, discutido, aprovado e assinado pela comunidade arqueológica brasileira em reunião de 27 de setembro de 1985, na cidade de Goiânia, GO. O documento original vem acompanhado da assinatura de todos os presentes.

Foi homologado na Assembléia Geral Ordinária da Sociedade de Arqueologia Brasileira, no dia 28 de setembro de 1985, no mesmo local e cidade.

Em 1986, uma das reivindicações da comunidade arqueológica seria atendida a partir da publicação da Resolução CONAMA 001/86. A Resolução prescreveu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. A resolução em seu Art. 6, parágrafo I, alínea c, reintera os sítios arqueológicos como elementos do meio ambiente que devem ser avaliados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Desta vez o patrimônio arqueológico foi descrito como componente que deve ser avaliado no Diagnóstico Ambiental, inseridos no componente sócio-econômico, como exposto abaixo:

“[...] destacando os sítios e os monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e o potencial utilização futura desses recursos” (CONAMA, 1986).

Conforme Caldarelli e Santos (1999-2000), a partir da publicação da resolução, trabalhos arqueológicos que estavam em andamento no país foram aproveitados para compor os EIAs dos diversos empreendimentos e passaram posteriormente a serem paulatinamente contratados, já para fins de diagnóstico e avaliação dos impactos dos empreendimentos. Também foram elaborados projetos de salvamento como parte de medidas mitigadoras dos impactos negativos dos empreendimentos sobre os bens arqueológicos. Desta forma, como enfatiza a autora, a Arqueologia passou a contribuir para a tomada de decisões públicas sobre a conveniência ou não da implantação de empreendimentos.

Após a publicação da resolução, os projetos de salvamento arqueológico passaram a ter remuneração das equipes, talvez nesse período que o termo arqueologia de contrato tenha sido inserido na Arqueologia Brasileira. Segundo Caldarelli e Santos (1999-2000), o termo foi introduzido como decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha para o arqueólogo a existência de patrões ou de clientes. Um determinado serviço realizado por uma remuneração negociada entre as partes (MEIGHAN, 1986 *apud* CALDARELLI & SANTOS, op cit). Neste momento surge a figura do arqueólogo autônomo, profissional sem vínculo empregatício com instituições acadêmicas.

Assim, a resolução CONAMA 001/86 foi considerada uma espécie de “divisor de águas” no que se refere ao desenvolvimento mais abrangente de estudos arqueológicos no país, pois passaram a ocorrer pesquisas em locais anteriormente não abrangidas por museus e universidades. Desta vez, no entanto, as pesquisas se dão dentro de uma perspectiva conservacionista, o que acaba por ampliar o rol de ações dos profissionais em termos da aplicação de medidas mais efetivas de proteção, prevenção, mitigação ou compensação de danos aos bens arqueológicos.

No final da década de 1980 a Sociedade de Arqueologia Brasileira, com o apoio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), realizou ‘O Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica’. O evento contou com a participação de um número expressivo de arqueólogos e outros interessados de todo o país, inclusive de empresas responsáveis por empreendimentos. As discussões foram divididas em quatro temáticas: documentação, salvamento, divulgação e legislação.

Schmitz (1988), ao apresentar os resultados dos debates do Seminário, representando assim a comunidade arqueológica, segmenta as discussões em cinco pontos, a saber: a) o conceito de patrimônio ou herança cultural; b) a administração desse patrimônio, compreendendo documentação, estudo e avaliação, proteção e salvamento; c) aplicação e valorização, usos e usufruto; d) legislação e, finalmente; e) a posição do arqueólogo frente a esse patrimônio. O autor alerta que o tratamento isolado de um ou mais desses itens pode levantar facilmente a becos sem saída.

Sobre o conceito de patrimônio, Schmitz (1988) expõe que este é a parcela de uma herança maior, deixada pelas gerações passadas, administrada, usada e usufruída pela geração presente, mas com transmissão obrigatória às gerações futuras. Segundo o autor, o conceito de patrimônio induz a pensar em bens sobre os quais o proprietário tem exclusividade de uso e manejo. Neste sentido, argumenta que o uso do termo herança parece acentuar-se sobre o de patrimônio, pois trata de bens passados de geração em geração. Deste modo a última geração os detém não lhe podendo ser subtraídos, nem lhe podendo ser negado o uso e usufruto, mesmo se administrados por uma corporação qualquer, como pode acontecer quando exclusivamente, na mão de funcionários do Estado. Recentemente, parcelas de nossa herança vêm sendo tratadas junto com o patrimônio ambiental. Tratando sobre a valorização da herança, explica que a maior ou menor parcela de valoração depende naturalmente da ideologia do Estado que o administra; do entendimento que a população faz de sua própria história; do bloco econômico no qual se incorpora e além destes; a própria noção de patrimônio. O autor finaliza dizendo que os bens arqueológicos devem ser valorizados não somente como curiosidade ou como objeto de estudo científico.

Em relação à herança administrada, Schmitz (op cit) aponta que um patrimônio não administrado, além de não render frutos para o detentor, tem uma possibilidade imensa de se perder. O primeiro passo da administração seria o levantamento dos bens e o cadastro, contendo a identificação de cada unidade, sua delimitação, descrição e avaliação. Administração do patrimônio arqueológico compete ao poder público através da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a qual deve proceder a organização e a manutenção do cadastro da herança arqueológica. Cabe citar, que partir de 1965, o SPHAN dispunha de um pequeno recurso a arqueólogos para a execução de levantamentos de sítios, objetivando seu cadastro. Essa atividade foi repassada a representantes honorários indicados por Estado ou

região. A maior parte dos sítios, no entanto, tem sido cadastrada por levantamentos realizados por projetos acadêmicos ou por atividades de salvamento.

Para Schmitz, a situação atual da Arqueologia brasileira e as circunstâncias em que a mesma se desenvolveu oferecem algumas considerações. Em relação ao SPHAN, este órgão possui a responsabilidade principal pela organização e direcionamento de manejo através do cadastro, acompanhamento e definição de prioridade. O autor sugere que se não puder executá-las com sua estrutura atual, deve aumentá-las através do número de pessoal próprio ou com colaboração de outras instituições, como órgãos do governo ou da academia, pois à última também cabe prioritariamente a obrigação de fiscalizar, proteger e defender o patrimônio arqueológico. Quanto às universidades e institutos de pesquisa, compete a criação de conhecimento científico, e, à comunidade arqueológica, por sua vez, a orientação quanto às prioridades nesta criação, se o conhecimento deve ser gerado na academia ou em projetos de salvamento arqueológico.

Sobre projetos de salvamento arqueológico o autor pondera que, em relação à produção de conhecimento e valorização do patrimônio, estes possuem resultados iguais aos projetos acadêmicos. Entretanto, problematiza a absorção de arqueólogos acadêmicos nos projetos de salvamento sugerindo que frente à escassez de mão-de-obra se não seria oportuno deixar os doutores na academia e especializar pessoas para estes projetos, bem como para a formação de muitas coleções. Neste aspecto, reflete que a maior parte das coleções formadas possui pouco valor museológico, pois muitos foram reunidos através de uma metodologia de um projeto específico e após serem estudados em laboratório, “para pouca coisa servem”. O autor constata que os institutos de pesquisa estão abarrotados, ressaltando que propostas alternativas de criar em cada obra um museu, ou dar a guarda das coleções a museus estaduais ou municipais também apresentam limitações, principalmente a conservação e administração desses acervos. Dentre as questões citadas acima, o autor considera mais delicada a administração das informações produzidas – que em geral raramente chegam aos profissionais – muito menos ao cidadão que é o destinatário obrigatório. Esta falha tem sido sentida especialmente nos projetos de salvamento arqueológico, onde, tanto por imposição da empresa ou excessiva ocupação dos arqueólogos encarregados, muitas vezes os resultados permanecem inacessíveis. O autor enfatiza que “sítios são destruídos ou descaracterizados com o rótulo de salvamento ou ciência, sem resultar em qualquer utilidade para alguém”. (SCHMITZ,1988:16).

Com respeito ao tema da aplicação e valorização, uso e usufruto Schmitz enfoca a questão do “devolver à Nação”, ou seja, as maneiras de fazer com que o conhecimento produzido chegue ao seu destinatário, o que incluiria os próprios arqueólogos atuais e futuros. As estratégias apontadas compõem desde publicações especializadas, sínteses regionais e divulgação em vários níveis e formas, mas também a aproximação com instituições “mais duradouras e freqüentadas pelas massas” como museus e parques. No caso dos parques, considera que os mesmos por manterem os sítios no seu ambiente, teriam a possibilidade de oferecer “uma visão mais integrada e um contato mais lúdico”. Finalmente cita dois instrumentos importantes capazes de “instruir e conscientizar o povo”, ou ainda, de “colocar este conhecimento à disposição dos jovens”. O primeiro refere-se ao próprio trabalho de campo, devido à proximidade e contato direto dos arqueólogos com as comunidades e moradores locais “detentores reais dos sítios e os mais aptos a valorizá-los e defendê-los”. O segundo, pela formação de professores como “multiplicadores” ou ainda, “reunindo nossos conhecimentos e práticas em cartilhas de fácil absorção”.

No item legislação, para o autor, apesar das leis e demais textos normativos constituírem importantes instrumentos de ação, sozinhos mostram-se pouco eficientes. As problemáticas passam de infração consciente e inconsciente das leis e cujas sanções por vezes mostram-se inócuas principalmente frente aos grandes destruidores. Considera, neste sentido, que o manejo de patrimônio arqueológico “tanto do ponto de vista de sua conservação, como de sua utilização” surge como uma alternativa a ser seguida, não havendo a necessidade de uma nova legislação específica a ser criada. No entanto, “em vista disso será necessário criar uma jurisprudência relativa ao uso desses sítios, declarados bens da União e aos direitos e deveres das pessoas em cuja propriedade se encontram enclavados”.

Por fim, quanto aos arqueólogos e sua posição frente ao patrimônio destaca a falta de corpo técnico e acadêmico especializado e a fragilidade dos cerca de 20 centros de pesquisas então existentes,

“Por isso a certeza de sua insuficiência está cada vez mais aguda. Sem terem condições de parar as atividades, precisam refletir, planejar, avaliar e repartir as tarefas. Os doutores precisam assumir as atividades acadêmicas de criar teoria e treinar novos profissionais, quer seja em programas tradicionais, quer em curso de emergência. Localizar, descrever e avaliar sítios é trabalho que não tem necessidade de pesquisador sênior. O salvamento arqueológico em áreas cada vez maiores está mal servido pelo arqueólogo-docente preso à

aula, semana por semana, semestre após semestre. O cadastro dos sítios, a informação dos seus proprietários, as medidas práticas e legais para seu manejo é ocupação para ainda outros arqueólogos. (...) A empreitada é grande demais para ser executada dentro de trâmites conservadores”(SCHIMITZ, 1988:18)

No mês seguinte ao Seminário, em dezembro de 1988, ocorreu a regulamentação da Lei 3924/61 através da Portaria 007 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Portaria prescreveu os procedimentos necessários à comunicação previa, as permissões e autorizações para pesquisa arqueológica visando resguardar o valor científico e cultural das mesmas. A regulamentação possibilitou corrigir problemas explicitados anteriormente em relação ao ‘livre arbítrio’ das instituições públicas para a realização de pesquisas arqueológicas, diminuindo assim os problemas políticos relatados por Souza (1991) durante as décadas de 1960 e 1970. Desta forma, o setor de Arqueologia do IPHAN estabeleceu igualdade, e os mesmos requisitos para qualquer arqueólogo do país, mesmo que os critérios de avaliação da idoneidade científica, através da indicação do nome, endereço, nacionalidade e cópia do currículo com as publicações científicas não sejam necessariamente suficientes para diferenciar arqueólogos competentes e incompetentes dentro de critérios de responsabilidade ética com a pesquisa e a sociedade. Entretanto, neste aspecto não cabe precisamente ao IPHAN conduzir e avaliar a conduta ética desempenhada pelos arqueólogos, mas sim uma sociedade profissional que busca estabelecer esses critérios entre seus membros. E esta sociedade através de processo interno avalie e comunique ao órgão os problemas constatados, pedindo auxílio do mesmo para não liberar autorizações de pesquisas. Para tanto, concorda-se com Schmitz (1988) ao expressar seu discernimento que a Sociedade de Arqueologia Brasileira e a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desempenham atividades diferentes ligadas ao patrimônio arqueológico e por isso devem ser mantidas separadas para não perderem sua eficiência. As instituições devem desta forma, manter sua autonomia uma frente à outra, o que não quer dizer que não devam trabalhar em perfeita sintonia, procurando somar esforços em prol do bem comum.

A Portaria trouxe um incremento aos pedidos de autorização quanto a questões de socialização de conhecimento gerado nas pesquisas. Este incremento está exposto no art. 5, item IV quanto ao plano de trabalho científico, especificando nos pontos cinco e seis a exigência de “proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais” e descrição dos “meios de divulgação das informações

científicas obtidas”. Neste sentido, a portaria visa cobrar da comunidade a sua responsabilidade social.

A regulamentação da Lei 3924, vinte e sete anos depois de sua promulgação, representa provavelmente a tomada de consciência explicitada por Souza (1991) em relação à comunidade arqueológica em 1985, bem como as pautas discutidas no Seminário de Política de Preservação ocorrido no mesmo ano pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, debatendo os direcionamentos necessários à preservação do patrimônio arqueológico em conjunto com o órgão federal responsável pela organização e administração desses bens.

A década de 1980 representou o início de uma avaliação crítica da comunidade arqueológica sobre o papel da disciplina no Brasil perante a sociedade, demonstrado nos fóruns de debates promovidos pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, nos artigos discutindo Arqueologia e Educação - a apresentação da arqueologia para o público; bem como o envolvimento nas questões sobre a gestão de recursos ambientais e culturais. Deste modo, pode-se afirmar, corroborando com Barreto (1999-2000) e Souza (1991), que a disciplina nesta década abre-se e busca formas de diálogo interno e externo sobre as questões públicas da Arqueologia envolvidas na teoria, mas principalmente na prática arqueológica. Esta preocupação da comunidade prossegue na década seguinte com outras avaliações críticas sobre o papel do arqueólogo, sua responsabilidade social e científica. Este ambiente favorável vai possibilitar no final da década de 1990 e início do século XXI o desenvolvimento da Arqueologia Pública no Brasil, influenciada pelos debates da comunidade arqueológica internacional, sobretudo a norte-americana.

A partir do final da década de 1980 os diálogos interdisciplinares entre Arqueologia, Educação e Museologia geraram diversas reflexões sobre o papel da educação na arqueologia através de projetos experimentais de inserção da disciplina de arqueologia no ensino formal (LUTUFO, 1989; SIQUEIRA, 1994; LUTUFO, 1994; DIAS, 1994), entre a interação museu arqueológico x escola (ÁLVARES, 1991; BRUNO, 1994), sobre interação entre Museu x comunidade x pesquisa (BRUNO, GUEDES, ALVES, AFONSO, 1991), a contribuição da cultura material arqueológica no desenvolvimento cognitivo em atividades educativas no museu (HIRATA; DEMARTINI; PEIXOTO & ELAZARI, 1989; MARQUES, 1994), musealização *in situ* e programa de valorização com a comunidade em Museus municipais (SCATAMACCHIA; CERVEDO & DEMARTINI, 1992), análise da história pré-colonial em

livros didáticos (VASCONCELLOS; ALONSO & LUSTOSA, 1999; VASCONCELLOS, 1994), o papel do Museu Arqueológico para a educação (TAMANNI, 1999).

A ponderação dos profissionais: educadores, historiadores e arqueólogos, dentro e fora dos museus vislumbraram a necessidade efetiva do diálogo para transmitir a ‘mensagem’ da importância do passado pré-colonial e do patrimônio arqueológico para a sociedade atual. O grande interesse desses profissionais era minimizar o processo acentuado de destruição dos sítios arqueológicos em todo país conscientizando a sociedade sobre a importância da preservação, bem como propiciando o crescimento e desenvolvimento humano. As reflexões foram baseadas na crítica que a preservação do patrimônio cultural no Brasil não deveria priorizar ações voltadas a remediar os danos causados aos bens, “como caso de polícia”, mas sim prevenir sua destruição através do trabalho educacional (LUTUFO, 1989).

Os Museus tiveram uma função preponderante em abrir espaço ao desenvolvimento de ações educativas ligadas à Arqueologia. Os museus arqueológicos foram durante muito tempo os únicos veículos que proporcionavam o diálogo entre o público e a disciplina. Os diversificados trabalhos realizados por instituições como o Museu Nacional, Museu do Sambaqui de Joinville, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e Museu Paulista foram responsáveis pela ‘desmistificação’ do conhecimento arqueológico para o público através da interpretação pública dos vestígios arqueológicos musealizados e demais projetos e ações realizadas junto ao poder público e às comunidades circunvizinhas aos sítios arqueológicos. Assim foi através dos profissionais de museus preocupados com a extroversão do conhecimento que a arqueologia era conhecida pelo público.

O principal debate sobre o tema ocorreu em 1994 no Seminário para Implantação da Temática da Pré-história Brasileira em todos os níveis de ensino. A constatação dos profissionais ligados à disciplina de que o conhecimento gerado em diversos anos de pesquisa arqueológica no Brasil estavam restritos ao meio acadêmico e profissional, gerando assim um desconhecimento da disciplina por parte da sociedade, movimentou esforços da comunidade arqueológica para a busca de soluções para minimizar tal quadro. As reflexões concluíram que existem públicos, como professores que demandam do desenvolvimento de publicações apropriadas e a necessidade de melhor interação entre os meios de comunicação e os arqueólogos, afim de que as informações de pesquisa não sejam deturpadas ou fragmentadas ao serem transmitidas para o público. Ainda concluiu-se da necessidade de sistematização dos dados arqueológicos a partir da abordagem do pré-historiador considerada de maior eficácia

para atender o público ‘leigo’ e evitando também a confusão entre arqueologia e pré-história. O seminário produziu uma proposta de programa curricular para implantação da temática de pré-história no ensino formal apresentada ao ministro da Educação. As discussões motivadas neste período germinaram outros interesses na comunidade arqueológica envolvendo inclusive o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que ao final da década de 1990 apresenta uma proposta de trabalho educativo a ser inserido em suas unidades.

A Educação Patrimonial foi implantada em maio de 1997 pela Coordenação de Intercâmbio do Departamento de Promoção (Deprom). No entanto, a educação patrimonial foi desenvolvida a partir do setor educativo do Museu Imperial. A metodologia provinha do contexto dos museus, introduzida em termos conceituais e práticos no 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, denominado *Heritage Education* (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999:5). A metodologia foi criada para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais, baseada na experiência direta com bens e fenômenos culturais para propiciar a compreensão, internalização e valorização. Neste sentido a Educação Patrimonial pode ser entendida como “um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural, como instrumento de afirmação da cidadania”.

A apropriação da cultura material propicia segundo Horta, Grunberg & Monteiro (op cit:6) o desenvolvimento do “conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio [os quais] são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

O método criado baseia-se no entendimento de que “a análise de um objeto ou fenômeno cultural pode ser feita através de uma série de perguntas e reflexões”(ibdem:10). Os procedimentos demonstrados no **Quadro 7** apresentam as etapas, objetivos e atividades propostas para o desenvolvimento do método educativo da educação patrimonial.

Quadro 7 Objetivos, etapas e recursos/atividades do método da Educação Patrimonial (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999)

Objetivos	Etapas	Recursos/Atividades
Identificação do objeto/função/significado; Desenvolvimento da percepção visual e simbólica;	Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, mediação, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...

Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional;	Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, plantas baixas.
Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.	Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.
Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.	Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.

As publicações voltadas à comunidade científica e ao grande público, trazendo conteúdos sobre a disciplina de Arqueologia, pesquisas arqueológicas realizadas no país e pré-história brasileira entre outros assuntos restabelecem-se a partir do final da década de 1980 (PROUS, 1992; FUNARI, 1988, TENÓRIO, 1999) ganhando força na primeira década do século XXI com publicações sobre Arte Rupestre (GASPAR, 2003), Sambaquis (GASPAR, 2000), Palmares (FUNARI & CARVALHO, 2005), Arqueologia da Amazônia (NEVES, 2005), Cerâmica Amazônica (GOMES, 2002), Pré-história do Mato Grosso (VIALOU, 2005).

Após a regulamentação da Lei 3924 e a implantação da Política Nacional de Meio Ambiente, aumentaram notadamente o número de estudos arqueológicos realizados no contexto da Gestão de Recursos Culturais no Brasil, principalmente inseridos na Avaliação de Impacto Ambiental. As repercussões e mudanças ocasionadas na Arqueologia Brasileira nos primeiros 10 anos da publicação da resolução CONAMA 001/86 foram discutidas no Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural organizado em Goiânia em 1996. As atas do simpósio demonstram as perspectivas, encaminhamentos e questionamentos sobre os novos rumos da Arqueologia, tanto em relação a procedimentos metodológicos, quanto ao aperfeiçoamento de normas prescritas pelo IPHAN. O evento promoveu, segundo CALDARELLI (1997:11), “uma reflexão crítica sobre o modo como a questão cultural vem sendo tratada, os problemas enfrentados pelos profissionais chamados a atuar em Estudos de Impacto Ambiental, as deficiências detectadas, as dificuldades enfrentadas, os sucessos alcançados e os problemas jurídico-legais decorrentes de uma legislação elaborada décadas antes da questão ambiental ser colocada institucionalmente”. O simpósio reuniu diversos profissionais (acadêmicos e não acadêmicos) ligados ao planejamento ambiental, bem como representantes do Ministério Público, entre outros. As

temáticas discutidas foram divididas em mesas-redondas sobre Diagnósticos Culturais em Estudos de Impacto Ambiental, MELLO, SOUZA, OLIVEIRA e KIPNIS (1997) apresentaram resultados dos diagnósticos desenvolvidos em diferentes tipos de empreendimentos, bem como questões metodológicas envolvendo modelos preditivos desenvolvidos neste contexto. No que se refere à Avaliação de impactos culturais em estudos ambientais, CALDARELLI, MARTINS e JULIANI (1997) apresentaram uma avaliação sobre os impactos dos empreendimentos sobre a base de recursos culturais¹⁷ brasileiro em empreendimentos regionais e urbanísticos, bem como as medidas mitigadoras aplicáveis. As demais mesas discutiram sobre questões metodológicas de programas arqueológicos em diferentes fases dos estudos de impacto, assim com os problemas jurídicos envolvidos na interpretação e aplicação dos atos legislativos e demais legislações correspondentes (Constituição Federal). Ao final dos debates o evento gerou uma carta síntese expondo as principais recomendações sobre o tratamento da questão arqueológica em projetos mencionados na resolução Conama 01/1986 enfatizando necessidades a serem implementadas por parte de empreendedores, principalmente referindo-se a planejamento e documentação; sobre os direcionamentos ações, metodologias e documentações necessárias para o desenvolvimento dos estudos arqueológicos neste escopo e finalmente a necessidade por parte do IPHAN de publicação de uma portaria visando à equivalência dos instrumentos da política ambiental para a política cultural, principalmente em relação à definição dos procedimentos de pesquisa a serem realizados em cada fase do levantamento. O ponto intrigante da carta síntese relaciona-se a ausência de recomendações de atividades educativas ligadas aos estudos arqueológicos realizados neste espoco, apesar do tema ter sido amplamente discutido.

A Sociedade de Arqueologia Brasileira preocupada “com o crescimento vertiginoso e desordenado da arqueologia de contrato” promoveu no ano 2000, o Simpósio A Arqueologia no Meio Empresarial realizado em Goiânia. (LIMA, 2002:01). Conforme Lima, o objetivo do fórum foi colocar em pauta algumas questões “mais espinhosas que afligem os profissionais de arqueologia” atualmente. Os estudos arqueológicos ligados a Gestão de Recursos Culturais denominada correntemente de Arqueologia de Contrato redirecionou o foco das pesquisas arqueológicas no país e fomentou novas questões para a disciplina. O evento discutiu demandas profissionais, éticas e legais gerando uma reflexão sobre os rumos da disciplina no

¹⁷ Este foi o primeiro evento no qual utilizou-se o termo recursos culturais, provavelmente advindo da influência da Arqueologia americana nas discussões sobre Gestão de Recursos Culturais.

início do século XXI. As questões profissionais foram direcionadas para a participação das universidades públicas em projetos de contrato (amplamente questionado por acadêmicos e profissionais), o cenário criado com o crescimento e a afirmação de arqueólogos autônomos e as especificidades dos estudos realizados nos meios urbanos e por fim a avaliação crítica sobre a necessidade de divulgação dos resultados de pesquisa para a comunidade arqueológica e a sociedade em geral. Os problemas éticos debatidos consideraram as condutas e responsabilidades introduzidas à disciplina pela arqueologia de contrato frente ao patrimônio e as relações entendidas como delicadas entre arqueólogos, estes e contratantes e arqueólogos versus o setor de arqueologia do IPHAN. As discussões voltaram-se para a elaboração de um código de condutas éticas para a Arqueologia, colocado também em pauta na reunião da SAB realizada em 2001 no Rio de Janeiro. Por sua vez, as questões legais estavam dirigidas, a compatibilização das etapas do licenciamento ambiental e os procedimentos de permissão e de pesquisa adotados pelo Iphan, assim como a necessidade de fixar prazos e responsabilidades aos arqueólogos que desenvolvem projetos e programas contratados. Os resultados do simpósio geraram uma carta denominada Carta de Goiânia 2000 encaminhada a coordenação do Iphan reivindicando providências sobre a administração pública dos bens arqueológicos nacionais, visando alinhar as posturas e atividades do órgão com as necessidades de proteção, preservação e manejo dos sítios arqueológicos no Brasil. Mais uma vez nenhuma menção sobre democratização do conhecimento foi inserido no documento. Neste sentido, parece-nos que na opinião da comunidade arqueológica o órgão federal responsável pela gestão pública do patrimônio não tem nenhuma responsabilidade sobre este tema, mesmo que as principais críticas proferidas tenham advindo de profissionais ligados ao mesmo.

As questões éticas vêm sendo discutidas pela Sociedade de Arqueologia Brasileira desde a década de 1980 (CARTA DE GOIÂNIA, 1988) e revistas posteriormente no encontro realizado em Porto Alegre em 1995, a comissão montada aprovou o Código de Ética da sociedade em 1997 no encontro do Rio de Janeiro. Desde então nenhuma modificação foi efetuada no documento. O **Quadro 8** apresenta os direitos e deveres da comunidade arqueológica brasileira.

Quadro 8- Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1997)

Direitos / Deveres	
I 1 - SÃO DIREITOS DOS ARQUEÓLOGOS:	<p>1.1 - O direito ao pleno exercício da pesquisa e acesso às fontes de dados, bem como à liberdade no que se refere à temática, à metodologia e ao objeto de investigação.</p> <p>1.2 - O direito de autoria sobre os projetos e resultados de suas pesquisas, mesmo quando executados a serviço de órgãos públicos ou privados.</p> <p>1.3 - O direito à proteção contra a utilização indevida de projetos e resultados de pesquisas, sem a necessária autorização ou citação.</p> <p>1.4 - O direito de se recusar a participar de trabalhos que contrariem seus princípios morais, éticos, religiosos ou científicos.</p>
2 - SÃO COMPROMISSOS DOS ARQUEÓLOGOS:	
2.1 - Com o seu objeto de estudo:	<p>2.2.1 - Reconhecer como legítimos os direitos dos grupos étnicos investigados à herança cultural de seus antepassados, bem como aos seus restos funerários, e atendê-los em suas reivindicações, uma vez comprovada sua ancestralidade.</p> <p>2.2.2 - Colocar o conhecimento produzido à disposição das comunidades locais, dos colegas e do público em geral.</p> <p>2.2.3 - Respeitar o interesse e os direitos das comunidades sobre o patrimônio arqueológico, atuando, sempre que possível, para a permanência dos acervos em seus locais de origem.</p>
2.3 - Com os colegas de profissão:	<p>2.3.1 - Dar os devidos créditos de autoria ao utilizar dados e/ou idéias de outros profissionais, quer publicados, quer transmitidos em confiança, como informação pessoal.</p> <p>2.3.2 - Não omitir informações relevantes para a produção do conhecimento científico.</p> <p>2.3.3 - Facilitar o acesso às coleções e respectiva documentação sob seus cuidados, ressalvados os interesses da própria pesquisa em andamento e os casos previstos anteriormente.</p> <p>2.3.4 - Não atingir, falsa ou maliciosamente, a reputação de outro arqueólogo.</p> <p>2.3.5 - Notificar as violações a este código às autoridades competentes.</p>

No simpósio sobre Arqueologia no Meio Empresarial foram realizados debates com a intenção de criar um código de ética para a arqueologia de contrato, no entanto, o documento não foi concluído no evento. Embora, a comunidade arqueológica venha manifestando a preocupação com o tema, não foram encontradas referências à produção do documento. O contexto profissional da disciplina na primeira década do século XXI demonstra a intensa necessidade de retomada de discussões sobre a ética profissional, bem como a ética de conservação. Desde os primeiros trabalhos envolvendo a Gestão de Recursos Arqueológicos na década de 1960 até hoje, o campo profissional da arqueologia cresceu grandemente em número de arqueólogos e outros profissionais envolvidos, entretanto problemas surgidos naquela época ainda não foram resolvidos, assim como novos problemas foram criados. Neste

sentido, podemos apontar a formação de arqueólogos que prestam serviços tanto a empresas de consultoria em arqueologia, quanto aos que prestam serviço diretamente à consultorias ambientais ou empresas. A grande maioria destes profissionais possuiu uma formação deficiente na disciplina podendo assim infringir a responsabilidade que devemos ter sobre os recursos arqueológicos. Embora aparentemente essa preocupação não tenha sido demonstrada na bibliografia arqueológica, pelo contrário, artigos e comentários (SCHMITZ, 1998; ATAS DO SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA NO MEIO EMPRESARIAL, 2002) de arqueólogos respeitados no Brasil demonstram um aparente descaso com a questão, enfatizando que para tal serviço demandaria a formação rápida baseada ainda somente em métodos e técnicas de identificação e escavação. Os melhores profissionais, na opinião de Schmitz (1988), por exemplo, deveriam estar na academia. Segundo o contexto da gestão de recursos arqueológicos demanda de grande experiência e conhecimento em qualquer fase de trabalho (levantamento, monitoramento, resgate e educação patrimonial) principalmente porque é necessária a tomada de decisão do que deve ou não ser preservado (CALDARELLI, 1999), além de estar em um ambiente onde é necessário muitas vezes justificar o porquê que deste trabalho estar sendo realizado. Neste sentido, percebe-se que muitos dos profissionais que estão desenvolvendo trabalhos de campo no Brasil não demandam da formação e experiência exigida para tal função. Muitos problemas e conflitos são ocasionados em função do modo e de quem desenvolve essas pesquisas. O trabalho de campo deveria ser o espaço de aproximação da comunidade e não como muitas vezes acontece gerarem mais conflitos e falta de confiança da população. O número de arqueólogos autônomos cresceu grandemente nas últimas décadas, o que se torna um aspecto positivo para a disciplina, no entanto, grande parte desses profissionais trabalham em condições que os impossibilitam de buscarem uma formação adequada à função, pois o regime de trabalho exige muitas vezes dedicação exclusiva, sem remuneração compatível, tornando-os apenas ‘especialistas de campo’.

Outro fator que deveríamos levar também em consideração sobre a ética profissional e de conservação refere-se à conduta das consultorias em arqueologia no país. Estas ao abarcarem um grande “filão” de trabalho arqueológico, ao mesmo tempo criam um ‘clima’ acirrado de competição de mercado, focados no menor preço, aos moldes de grandes empresas dentro do capitalismo moderno. Essa situação vem ocasionando um “sucateamento” de pessoal especializado, onde muitos arqueólogos com formação superior, principalmente mestrado e doutorado não são requeridos no quadro de profissionais que prestam serviço

devido às remunerações. Deste modo, as empresas contratam profissionais com remunerações mais baixas para competir na esfera do mercado, sem dar a devida formação nem a esses profissionais nem à estagiários. Estes últimos vêm servindo muitas vezes, de mão-de-obra barata, mesmo no seio das universidades que participam das licitações e trabalhos de contrato. Aí podemos nos perguntar: É esse o futuro que queremos para a nossa disciplina? Será que bastam os diretores, gerentes e donos de empresas serem profissionais de mais alto gabarito na área, se os mesmos enviam para campo técnicos em arqueologia? Desta forma, acreditamos que a questão sobre ética deveria ser revista pela comunidade arqueológica pensando em todas as implicações de nossas atitudes frente à responsabilidade que profissionais devem ter com sua profissão e com a sociedade, afinal nosso trabalho é baseado nos interesses públicos e não de indivíduos isolados.

Retomando as questões públicas da disciplina sobre legislação e administração pública, após anos de debate da comunidade arqueológica e IPHAN foi publicada em dezembro de 2002 a Portaria 230 visando compatibilizar e atualizar normas para a realização de pesquisas arqueológicas no licenciamento ambiental de empreendimentos. Esta Portaria procurou compatibilizar as diferentes fases do licenciamento de empreendimentos com as atividades arqueológicas requeridas nos termos do DEPROT/IPHAN (Departamento de Proteção do IPHAN). O **Quadro 9** apresenta as principais prescrições da Portaria.

Quadro 9- Portaria N 230, de 17 de Dezembro de 2002

PORTARIA N 230, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002	
Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, faz saber que são necessários os procedimentos abaixo para obtenção das licenças ambientais em urgência ou não, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país, resolve:	
Fase de obtenção de licença prévia (EIA/RIMA)	<p>Artº 1 - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.</p> <p>Artº 2 - No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção de empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência direta. Este levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície.</p> <p>I - O resultado final esperado é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, sob a rubrica Diagnóstico.</p> <p>Artº 3 - A avaliação dos impactos do empreendimento do patrimônio arqueológico regional será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas</p>

	<p>ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras.</p> <p>Artº 4 - A partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.</p>
Fase de obtenção de licença de instalação (LI)	<p>Artº 5- Nesta fase, dever-se-á implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, o qual deverá prever prospecções intensivas (aprimorando a fase anterior de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infra-estrutura.</p> <p>§ 1º - Os objetivos, nesta fase, são estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e a extensão. Profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico proposto pelo EIA, o qual deverá ser implantado na próxima fase.</p> <p>§ 2º - O resultado final esperado é um Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros, e a metodologia a ser empregada nos estudos.</p>
Fase de obtenção da licença de operação (LO)	<p>Artº 6- Nesta fase, que corresponde ao período de implantação do empreendimento, quando ocorrem as obras de engenharia, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase anterior.</p> <p>§ 1º - É nesta fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.</p> <p>§ 2º - O resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.</p> <p>Artº 7º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado de material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.</p> <p>Artº 8º - No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.</p>

A publicação da portaria em 2002 possibilitou um aumento significativo de pesquisas arqueológicas atreladas ao licenciamento ambiental de empreendimentos de dimensões e extensões variadas em todas as fases, bem com na renovação de licenças de operação. A partir

do documento efetivaram-se ações educativas no escopo de projetos de Arqueologia, assim como a necessidade de informar o apoio institucional e destinar ao mesmo verbas para ampliação ou melhoria de reservas técnicas para a guarda de materiais arqueológicos.

O artigo 7 que trata da necessidade de realização de Educação Patrimonial conjuntamente com as pesquisas, promove até hoje interpretações dúbias quanto à fase ou as fases que devem ser realizados os programas de Educação Patrimonial. Em geral os programas de Educação Patrimonial desenvolvidos ocorrem na fase de resgate arqueológico, muitas vezes devido a tempo disponibilizado para a realização das fases anteriores, mas também pela deficiência de materiais e atividades/ações adequadas para a efetivação a curto-prazo. A prescrição legal deixa a entender que os programas deveriam acompanhar as fases de licença previa (LP), licença de instalação (LI) e Licença de Operação (LO), implicando na realização de ações educativas no diagnóstico, prospecção, escavação e monitoramento arqueológico. O artigo 8 que trata da guarda do material arqueológico coletado possui um grande potencial de geração de desenvolvimento sócio-patrimonial, criação de núcleos de pesquisa e atividades educativas e culturais a partir da interpretação pública das coleções resgatadas nos projetos, além de propiciar a continuidade de atividades desenvolvidas a partir dos programas de educação patrimonial. Na prática, o cumprimento desta determinação tem sido parcial, no entanto, mesmo a aplicação minimizada nos museus municipais e estaduais tem recebido verbas para o acondicionamento, compra de material permanente, entre outros.

A inserção da Educação Patrimonial efetivamente na Arqueologia representou um movimento importante em direção a novas perspectivas do diálogo de arqueólogos com o público, por outro lado promoveu o interesse de mais arqueólogos para as questões públicas da disciplina. Esses interesses motivaram o desenvolvimento de outras abordagens educativas, além de abordagens sócio-patrimoniais visando contribuir com a sustentabilidade de comunidades circunvizinhas aos sítios arqueológicos. Estas atividades têm promovido o conhecimento da disciplina pelo público, bem como a valorização e a preservação do patrimônio arqueológico.

2.2 Arqueologia Pública brasileira

A arqueologia pública desenvolvida no Brasil há quase duas décadas apresenta sua base na produção do campo nos países anglo-saxões, partindo tanto de abordagens mais ligadas ao processualismo, relacionado-as a Gestão de Recursos Culturais (CRM) (OLIVEIRA, 2000; BROCHIER, 2001; JULIANI, 1996) quanto a abordagens pós-processualista fundamentadas nas responsabilidades sobre as mensagens transmitidas do passado, considerando dimensões sociais e políticas envolvidas, mas também direcionadas aos benefícios públicos da disciplina, contribuindo para o desenvolvimento cultural humano e o fortalecimento dos vínculos com a herança cultural (ALMEIDA, 2002; PARDI, 2002; FUNARI, 2004; CALI, 2005; ROBRAHN-GONZÁLES, 2005).

Oliveira (2000) apóia-se em Potter Jr. (1994) para apresentar uma abordagem de gestão de recursos culturais, baseada no envolvimento dos profissionais enquanto arqueólogos públicos entendendo que a gerência não é do vestígio arqueológico em si, mas sim do conjunto de técnicas e interesses utilizados para compreender o passado (Oliveira, 2000:202). Segundo Potter Jr (1994) *apud* Oliveira (2000:203) “o que gerenciamos é a nossa sociedade contemporânea e seus vários interesses, não os recursos culturais”.

As estratégias de gestão são compreendidas como fundamento à preservação do patrimônio arqueológico a partir de uma perspectiva que considere a pesquisa, a proteção e o envolvimento comunitário, dentro de uma estrutura de planejamento baseada no zoneamento territorial (OLIVEIRA, 2000). O autor apresenta dos tipos de estratégias de gestão utilizadas no Brasil, a primeira ligada ao planejamento ambiental de empreendimentos desenvolvida por Caldarelli (1993; 1999; 1999-2000) que propõe um zoneamento através de áreas de potencial alto, médio ou baixo de ocorrência arqueológica, utilizando-se de variáveis ambientais e culturais.

Juliani (1996) apresenta um modelo de zoneamento arqueológico para áreas urbanas que pode ser aproveitado também em áreas mais abrangentes dados aos efeitos de uso do solo constante para várias atividades. O instrumento fundamental do zoneamento seria a elaboração de uma carta temática na qual o território definido para análise deve ser delimitado. Os três elementos principais que devem ser considerados são: a) significância

arqueológica; b) inventário e cartografia arqueológica; c) potencial arqueológico e preservação do solo.

O conceito de significância é fundamental dentro desta perspectiva, já que atende às prescrições legais que prevêem a necessidade de estabelecer a relevância dos recursos ambientais e culturais (Resolução Conama 01/1996).

Embora Juliani (1996) considere os critérios de significância volúveis dados os interesses e prioridades públicas, podem-se designar válidos as significâncias enumeradas no **Quadro 1**. As zonas criadas a partir do inventário e cartografia arqueológica devem, deste modo incluir a significância, potencial e risco arqueológico.

A outra estratégia de gestão apresentada por Oliveira (2000:205) baseia-se no enfoque patrimonial onde o fundamento ético é pressuposto como preocupação na preservação das liberdades de escolha futura, ou seja, “não deve haver condução forçada que leve as gerações futuras a uma falta de opção”. Neste sentido, deve ser transmitido o patrimônio a partir de um conjunto de recursos a serem utilizados livremente. A gestão patrimonial parte do princípio da legitimidade no espaço público construído por compromisso, onde a ênfase é dada à utilização dos saberes locais, ao reconhecimento dos sujeitos envolvidos no processo de negociação da relação de produção rentável e à mobilização dos recursos da ciência para a preservação e continuidade. Deste modo, a gestão patrimonial é compreendida como um longo processo de construção de envolvimento comunitário e principalmente da reeducação dos gestores públicos do patrimônio (OLIVEIRA, 2000:205-206).

Algumas experiências neste enfoque direcionam-se para à conservação *in situ* do patrimônio arqueológico. Um modelo deste enfoque são as estratégias aplicadas em parques onde se articulam envolvimento comunitário, pesquisa científica, desenvolvimento turístico, projetos educativos e atividade conservacionista considerando manejo de fauna, controle de erosão e combate a exploradores (OLIVEIRA, 2000:205-206). Este modelo foi aplicado ao Museu do Homem Americano São Raimundo Nonato, São Miguel das Missões (RS), Praça do Sambaqui da Beirada – Saquarema (RJ) (OLIVEIRA, 2000:206-207).

Por sua vez, Brochier (2004) fundamenta a gestão também baseada no engajamento social, no entanto compreende que a pesquisa é indissociável de seu contexto público apoiado nas considerações de Funari (1999-2000:82) e Tamanini (1998) ao afirmarem que “a perspectiva humanista e pública da arqueologia, relevante nos aspectos multiculturais da coletividade, na atuação e no engajamento do arqueólogo *com* o povo e comunidades,

considerando ainda que não há trabalho arqueológico que não implique patrimônio e socialização do patrimônio e do conhecimento”(TAMANINI, 1998 *apud* BROCHIER, 2004:26). Aponta a Arqueologia Pública no Brasil como uma área de atuação do arqueólogo enquanto cientista e educador envolvido na construção da cidadania popular e coletiva (OLIVEIRA, J. 2002 *apud* BROCHIER, 2004).

Embora sua visão de arqueologia pública aproxima-se mais de uma prática e construção da cidadania, Brochier (2004) utiliza a arqueologia conservacionista, entendida como parte da arqueologia pública. Ao correlacionar acessibilidade/visibilidade, fragilidade/potencialidade e ambiente/uso do solo, procurando gerar formas de diagnóstico, análise de fatores de degradação, técnicas de avaliação de prioridades e criticidades e propostas de zoneamento, visando dar subsídio a planos de manejo e a formatação de programas preservacionistas, científicos e públicos elementos usados como estratégias de gestão. Entretanto, também contribuiu à elaboração de oficinas de interpretação pública (JAMESON, 1997) com funcionários das Unidades de Conservação do Litoral Paranaense área de pesquisa do autor. A gestão pública do patrimônio arqueológico foi refletida por Pardi (2002) e Cali (2005) dentro de uma perspectiva pós-processualista abordada por Hodder (1990) onde se interpreta o passado em relação ao presente, em uma relação dialética dentro da qual ao interpretar-se o passado este vira história, podendo ser utilizado como ideologia. Neste sentido, as abordagens nesta linha usadas pelos autores são a ideologia, a identidade, o social e a educação (CALI, 2005:18; PARDI, 2002:75). Ambos os autores desenvolvem perspectivas voltadas à gestão pública do patrimônio cultural nas esferas municipais e estaduais. Pardi (2002) através da análise das referências documentais sobre o inventário de sítios arqueológicos e demais informações sobre o patrimônio arqueológico e CALI (2005), por sua vez, foca-se na gestão realizada na esfera municipal através de instituições e planos de gerenciamento municipais voltados à identificação, preservação, pesquisa e promoção,

A partir da mesma abordagem utilizada por Cali (2005) e Pardi (2002), Funari (2001a, 2001b, 2004, 2006) vem desenvolvendo reflexões sobre o papel do arqueólogo profissional, explicitando as problemáticas históricas e políticas da conservação e gestão do patrimônio arqueológico. Por outro lado, tem contribuído na reflexão interdisciplinar da arqueologia pública com a educação.

Almeida (2002) utiliza-se da abordagem de Hodder (1999) para entender que as construções do passado são formadas por uma rede de valores e saberes que pertencem ao

tempo presente. Deste modo, o passado é uma construção do presente por que não é um lugar distante no tempo, esperando que alguém o descubra. Neste sentido, do ponto de vista da autora, os indivíduos constroem sua visão do passado a partir do olhar no presente, deste modo o público elabora as interpretações do passado, permeadas por noções e conceitos apreendidos ao longo da vida. (ALMEIDA, 2002:3). A partir desta reflexão, transformar a visão que os não-arqueólogos têm da disciplina, dentro de suas próprias representações, surge como um caminho para abandonar a verticalidade das relações entre especialistas e leigos. (ALMEIDA, 2002:2). Para Almeida (2002:9), “a arqueologia pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público, ou seja, mais do que uma linha de pesquisa dentro da disciplina, a Arqueologia Pública”. O compromisso profissional, neste sentido, passa por mostrar ao público uma Arqueologia que seja instrumento na construção da memória, da história, da identidade e cidadania.

O trabalho desenvolvido por Almeida (2002) ampliou a interdisciplinaridade da arqueologia com a educação a partir da utilização da Arqueologia para introduzir o método científico no ensino fundamental, contribuindo para a formação intelectual e para a construção de uma imagem mais adequada da Arqueologia. Esta perspectiva adotada pela autora demonstra o potencial da arqueologia para contribuir com o desenvolvimento humano.

Outra perspectiva de arqueologia pública (ROBRAHN-GONZÁLES, 2005:46) entende que os benefícios públicos que a Arqueologia poderia trazer, junto às comunidades dependem fortemente da solidez e credibilidade científica das pesquisas. O desafio do arqueólogo está, por sua vez, em estabelecer um significado científico e histórico às ‘coisas do passado’, aos objetos retirados das escavações que podem ser utilizados como ponte entre a experiência do público e um mundo passado reconstruído a partir de inúmeras outras evidências. Deste modo, segundo Robrahn-Gonzáles (2005:46) o arqueólogo necessita de uma equipe interdisciplinar que possa transitar em todos os campos do conhecimento e esferas sociais de atuação, cabendo a ele não apenas fornecer dados de pesquisa, mas principalmente fornecer seu olhar sobre o passado, para que profissionais nas áreas de antropologia, sociologia, história, educação, publicidade, marketing, turismo, entre outras possam trabalhar de forma séria e criativa. Neste sentido, Robrahn-Gonzáles (2005) denomina arqueologia pública como uma ciência aplicada, correspondendo ao amplo leque de contribuições que a

Arqueologia pode oferecer no fortalecimento e valorização das comunidades atuais, sendo assim acredita que possa se falar em ‘arqueologias públicas’ ao invés de arqueologia pública. A autora apresenta experiências de trabalhos desenvolvidos em arqueologia pública abrangendo os campos da educação, divulgação, valorização cultural e preservação.

3. “VAMOS CRIAR UM SENTIMENTO ?” – O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO SÍTIO TOPO DO GUARAREMA: UMA PROPOSTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO CONTEXTO DA GESTÃO DE RECURSOS ARQUEOLÓGICOS

O panorama atual da Gestão de Recursos Arqueológicos no Brasil, como visto no capítulo anterior, vem se caracterizando por um aumento significativo das demandas pela pesquisa arqueológica em todo o país fruto, em sua maior parte, das pressões exercidas pelos ideais desenvolvimentistas e conservacionistas imersos na realidade global das últimas décadas. Se por um lado, os anseios da sociedade pelo crescimento econômico têm levado a uma verdadeira “ebulição” de empreendimentos pelo território nacional, por outro, surgem apelos (científicos e públicos) para que estas mudanças não tragam consigo, a destruição de valores apropriados e reapropriados por esta mesma sociedade. Questões como desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade, educação ambiental ou sócio-ambiental, gestão participativa, entre outros, confrontam com as metas de crescimento da sociedade, e obviamente com os interesses de grupos específicos, inclusive estrangeiros. Essa espécie de “contradição interna” permanece explícita na legislação que tem levado, segundo Plog (1978), ao avanço da temática ambiental e arqueológica, sem implicar na supressão dos propósitos desenvolvimentistas, o que reforça ainda mais o papel dos arqueólogos ligados à GRC nos processos de planejamento da Nação, considerando que estes sempre foram e serão processos políticos. (Plog, op.cit. p. 422).

Esta situação da arqueologia brasileira reflete a conjuntura posta na primeira década do século XXI construída a partir das transformações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais desenvolvidas no mundo ocidental globalizado. Como visto, esta tem levado a mudanças na agenda dos temas e problemas prioritários à análise dos cientistas sociais (Gohn, op cit:7-8). Neste sentido, as ciências têm revisto sua posição e sua agenda social diante da

fragmentação das fronteiras entre as nações, obrigando as mesmas, a uma ‘redefinição’ da questão da cultura, sociedade e etnicidade, sendo vital que se coloque a diversidade histórica e cultural e o reconhecimento do outro como metas na formação dos indivíduos enquanto cidadãos (Gohn, 2005, Silva & Grupioni, 2004). A perspectiva de valoração da diversidade histórica e cultural propiciaria eliminar muito dos preconceitos para com outras culturas e estabelecer bases para um entendimento mais amplo do futuro da sociedade através do exercício da cidadania (Waldman, 2003; Ribeiro, 2003; Silva & Grupioni, 2004, Neves, 2004).

As Ciências, desta forma, vêm buscando também superar as barreiras da especialização das disciplinas e das divisões do saber e produzir uma ciência unificada da sociedade (Spriggs, 1983:3 *apud* Funari, 1998:9), focada, sobretudo na cooperação interdisciplinar e nas possibilidades de diálogo entre os especialistas e a sociedade. A Arqueologia neste sentido vem buscando se inserir nesta perspectiva, refletindo sobre “a impossibilidade de desentranhar a pesquisa dos interesses sociais”, na medida que os próprios estudiosos “são o produto da cultura e suas interpretações do passado são influenciadas pelo meio cultural” (Funari, 1998 citando diversos autores).

Como ressalta Funari,

“Uma abordagem crítica foi, assim, formulada por cientistas sociais, e, ainda que os arqueólogos se tenham atrasado para desenvolver um senso crítico (Mazel, 1999, p.11), Norbladh (1989, p.28) não hesitou em afirmar que o principal objetivo dos arqueólogos consiste em ‘promover uma reflexão constante sobre as condições sociais e humanas e isto implica em desenvolver uma crítica social contemporânea’ (Funari, op cit., p.11)

Não há, neste sentido, como dissociar o valor científico da disciplina com o seu valor público, afinal, como argumenta Little, a disciplina precisa a todo o momento perguntar a si mesma. Por que fazemos arqueologia? E esta pergunta possui muitas respostas válidas. Uma resposta ‘politicamente correta’ pode ser que nós fazemos arqueologia e ganhamos dinheiro com isso, porque a arqueologia provê benefícios não somente para a pesquisa arqueológica profissional, mas também para muitos participantes e públicos valorizando-a e usando-a (Little, 2002). A inevitável aproximação dos arqueólogos com as questões sociais públicas vem sendo desenvolvida pelo campo da arqueologia pública. Este campo tem se dedicado a

discutir sobre o valor da pesquisa arqueológica e do conhecimento sobre o passado humano, buscando definir os benefícios públicos da ciência arqueológica (Lipe, 2002, Little, 2002, McManamon, 2002). Deste modo, a disciplina compartilha da agenda social da Educação e das Ciências Humanas, Sociais e Naturais preocupadas com a conjuntura social atual e a formação de cidadãos (Copeland, 2004; Stone & McKenzie, 1990; Moe, 2002).

Dentro das agendas sociais das várias disciplinas das Ciências Sociais, Humanas e Naturais a Educação tem sido proclamada como uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na era da informação. Ao mesmo tempo, também é conclamada a ajudar na diminuição das desigualdades sociais e do estado de miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos, visando criar uma sociedade mais justa e igualitária baseada na criação de novas formas de distribuição de renda e justiça social (Gohn, 2005:7). Conforme Brandão (2005:9) não há, neste sentido, uma única forma nem um único modelo de educação, a escola também não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo. (Gohn, op.cit) Com isto a Educação reestrutura-se reformulando o campo da educação não-formal. Para Gohn (*ibidem*), a educação não-formal aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais e organizações não-governamentais (Gohn, 2005, Brandão, 2005). Mas também englobaria ainda outras entidades e instituições como: Museus, Parques e Empresas de Consultoria em Arqueologia (ações educativas), etc

No contexto da arqueologia brasileira ligada a gestão de recursos arqueológicos a educação não-formal é delineada pelas políticas públicas estabelecidas pela legislação arqueológica. A partir da Portaria 07/1988 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional prevê a realização de ações educativas não-formais no contexto de projetos de arqueologia de salvamento. Posteriormente, a Portaria 230/2002 definiu como política pública a exigência do desenvolvimento da educação não-formal nos projetos de arqueologia ligados ao Licenciamento Ambiental de empreendimentos nocivos ao patrimônio arqueológico. A educação não-formal foi caracterizada pelo IPHAN como Educação Patrimonial que no

entender deste trabalho pode ser visto de duas formas. Primeiro, enquanto denominação genérica utilizada pelo Instituto para caracterizar educação não-formal no contexto do patrimônio cultural, incluindo o arqueológico. Segundo, a definição utilizada pelo órgão estabelece a forma de educação não-formal a ser aplicada para o patrimônio cultural, utilizando-se o método da Educação Patrimonial.

Na abordagem usada nesta dissertação utilizaremos a primeira forma de entendimento exposta (vista, portanto, de forma abrangente e não pré-condicionada a um método específico), acreditando-se que existem diversas estratégias que podem ser utilizadas em projetos não-formais em arqueologia. Deste modo tratando-se de uma proposta de educação não-formal ligada à pesquisa arqueológica preferimos trabalhar com a perspectiva da arqueologia pública através dos benefícios públicos da disciplina. Os benefícios públicos são bastante variados e vêm sendo pesquisados e discutidos por diversos autores, enfocando inclusive o entendimento da opinião pública sobre o valor do conhecimento do passado (Ramos & Duganne, 2000, Pokotylo & Guppy, 1999). O suporte dos benefícios públicos da arqueologia advém da pesquisa arqueológica e torna-se pano de fundo da mesma (Little, 2002, Lipe, 2002). “Os valores da pesquisa [arqueológica] suportam a autenticidade que é a base para os benefícios públicos”(Little, 2002:3). Deste modo, “há pelo menos dois modos em que a pesquisa serve como uma base essencial para o entendimento público do passado humano e interesse público de como o passado pode ser estudado”(Lipe, 2002:20).

Lipe (2002:20-21) argumenta que a arqueologia possibilita ao público confrontar-se com a evidência material atual do passado através das estruturas, artefatos e outros remanescentes que têm sobrevivido durante muitos anos. A pesquisa arqueológica não somente revela tais vestígios materiais, mas também os autentica e estabelece um contexto (histórico) no qual podem ser entendidos. A pesquisa desta forma torna confiável a existência e os fatos do passado. Este é o principal modo de aproveitar o conhecimento sobre o passado muito distante, e este se soma ao conhecimento histórico e à história oral como uma fonte de pesquisa das evidências sobre o passado recente.

No entanto, “os benefícios públicos estende-se para além da pesquisa arqueológica, usando sítios e artefatos para propostas tais como: educação, coesão (auto-afirmação) comunitária, entretenimento e desenvolvimento econômico” (Little, 2002:3). Estas propostas vêm sendo desenvolvidas no contexto da arqueologia pública anglo-saxão como abordagens de interesse público e interpretação pública discutidas no capítulo 1.

Com respeito à pesquisa arqueológica realizada no contexto da Avaliação de Impacto Ambiental possui delimitações impostas entre outros, pelo cronograma (tempo); recursos financeiros; os tipos de empreendimentos e suas especificidades técnicas; dificuldade ou impossibilidade de retorno à área (Caldarelli, 1999-2000:59), etc.

Entretanto, com relação à elaboração de programas e ações educativas não-formais neste contexto, verifica-se igualmente a necessidade de uma avaliação abrangente e integrada dos aspectos condicionadores da pesquisa científica e dos elementos que irão auxiliar a demarcação da forma e abrangência dessas ações, tendo em conta os seguintes componentes gerais:

- ❖ Características do empreendimento e suas peculiaridades técnicas, espaciais e temporais;
- ❖ Os contextos de informação (ambiental, arqueológico, etno-histórico, etc.) e a planificação ou o design da pesquisa;
- ❖ Comunidades impactadas ou envolvidas e os públicos potenciais;

Considera-se que a partir de tais caracterizações, em conjunto com análises das potencialidades e fragilidades verificadas na interação entre os três componentes (e demais especificidades do projeto), torna-se possível elaborar avaliações das significâncias científica e pública dos bens de interesse arqueológico e cultural. Esta análise integrada permitiria estabelecer, entre outros, quais os benefícios públicos da pesquisa arqueológica e quais as melhores estratégias para alcançá-los. Tal abordagem procuraria avaliar notadamente os aspectos de significância pública¹⁸ da pesquisa arqueológica para desenvolver estratégias de diálogo com o público enfocando um ou mais benefícios públicos da pesquisa arqueológica. Na definição das significâncias públicas podem ser utilizadas também outras significâncias do registro arqueológico como: étnica e histórica. Brochier (2004:45), em seu trabalho de diagnóstico e avaliação de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação, utiliza o termo significância patrimonial neste sentido mais amplo, correspondendo:

“ao potencial histórico, étnico e público dos recursos culturais, considerando sua capacidade de valorização e incorporação ao sistema social circundante, a promoção de

¹⁸ Conforme Juliani (1996) a discussão de significância pública de sítios arqueológicos inclui as possibilidades de seu uso na educação sobre os padrões de comportamento no passado, sobre a maneira como eles podem ser estudados e sobre os benefícios derivados para o público no estudo e conservação de recursos arqueológicos. O objetivo é fazer a arqueologia tanto pública como publicamente relevante.

identidades locais (laços de pertencimento) e apropriação consciente de bens patrimoniais, além de permitir desenvolvimentos socioeconômicos sustentáveis”.

Para a avaliação das significâncias Brochier (2004:46) propõe a necessidade de descrever explicitamente quais os atributos que foram considerados na análise, de forma a tornar claro que tipo de recursos, contextos ou itens serão contabilizados. Utiliza então uma proposta totalizante e interdependente dos termos significância científica e patrimonial, de maneira que uma não poderia ser definida sem correspondência a outra (“qualquer registro que apresente significância científica, também apresentará significância patrimonial e vice-versa”, variando, no entanto, o peso relativo das significâncias entre os diferentes atributos considerados). Assim, as diferenças nas avaliações das categorias compreenderiam a análise de “pesos” em determinados *atributos de significação*. Em seu trabalho em Unidades de Conservação adota 7 atributos de significação (**Quadro 9**), a saber: diversidade intrínseca (variabilidade cultural em um sítio); diversidade regional (variabilidade cultural comparativa entre sítios); quantidade e qualidade de materiais; presença de estruturas arqueológicas, perceptibilidade do registro; localização e acesso e; entorno ambiental. Um atributo importante, e considerado à parte devido à complexidade das análises, refere-se à determinação do estado de conservação dos sítios arqueológicos estudados. Posteriormente, Brochier adota outros tipos de atributos dependendo da área considerada, como por exemplo, a presença de comunidades próximas, infra-estruturas de apoio, paisagem de entorno, potencialidades de áreas ainda não estudadas, etc. Com isso desvincula a avaliação de significâncias daqueles atributos que estejam restritos apenas aos bens arqueológicos propriamente ditos.

Quadro 10 - Atributos de significação para a avaliação dos registros arqueológicos, com a indicação das possibilidades de soma de pontos que serão utilizados na definição da Significância Geral.

Atributos	Significância Científica	Significância Patrimonial	Significância Geral
Diversidade intrínseca	De 1 a 3	De 1 a 3	De 2 a 6
Diversidade regional	De 1 a 3	De 1 a 3	De 2 a 6
Quantidade e qualidade dos materiais	De 1 a 3	De 1 a 3	De 2 a 6
Estruturas	De 1 a 3	De 1 a 3	De 2 a 6
Perceptibilidade	De 1 a 3	De 1 a 3	De 2 a 6
Localização e acesso	De 1 a 3	De 1 a 3	De 2 a 6

Entorno ambiental	De 1 a 3	De 1 a 3	De 2 a 6
Total de pontos	De 7 a 21	De 7 a 21	De 14 a 42

Considera, finalmente, que a determinação desses atributos e sua pontuação (Alta, média, baixa, etc) deve ser a mais “livre” possível, aberta à opinião pública e à crítica científica, de forma que seja constantemente renovada e contrastada, em interação dinâmica, jamais estática.

Neste último aspecto, verifica-se a dificuldade da aplicação de um conceito dinâmico e totalizador de significâncias no contexto dos EIA-Rimas onde o recurso analisado e pesquisado, poderá não existir mais. No entanto, do ponto de vista de sua significância pública, onde a materialidade é muitas vezes substituída pelo conhecimento contextualizado, tal proposta pode constituir importante instrumento de planejamento para propostas de arqueologia pública.

Assim, tendo em consideração o enfoque da avaliação dos benefícios públicos a partir das análises das significâncias arqueológicas envolvidas, neste capítulo serão descritas as atividades e apresentadas algumas reflexões sobre uma experiência de arqueologia pública realizada no contexto da execução de programas de mitigação atrelados ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos. Neste sentido, tendo por referência a prescrição legal já referenciada no capítulo anterior e o contexto atual das diretivas públicas federais (em especial os desmembramentos públicos da Portaria IPHAN 230/2002), foi desenvolvido Programa de Educação Patrimonial vinculado ao Projeto de Resgate do Sítio Arqueológico Topo do Guararema, Município de Guararema, SP (Scientia, 2006a). O projeto foi viabilizado por meio de contratação de empresa especializada em trabalhos arqueológicos, constituindo em atividades vinculadas à Arqueologia de Contrato ou, como mais apropriadamente se convencionará chamar nesta dissertação, associadas ao contexto da *Gestão de Recursos Arqueológicos*.

Por sua vez, remete ainda a possibilidade de demonstrar tendências e propostas para projetos de Educação não-formal ligadas à Gestão de Recursos Arqueológicos, contribuição esta que irá se somar aos inúmeros trabalhos já desenvolvidos ou em desenvolvimentos no país.

3.1 O Sítio Arqueológico Topo do Guararema: histórico do processo de Licenciamento Ambiental da LT Tijuco Preto –Cachoeira Paulista II, Vale do Paraíba - SP¹⁹

A problemática do resgate do Sítio Topo do Guararema iniciou-se com a localização dos primeiros indícios culturais na praça da Torre 42/2 e respectivo acesso, efetuada durante as atividades de prospecção e monitoramento arqueológico realizadas no decorrer da obtenção da Licença de Implantação (LI) do 2º circuito da Linha de Transmissão (LT) 500Kv Tijuco Preto – Cachoeira Paulista II. O sítio encontra-se implantado em topo (alongado) de morro, distando cerca de 100 m da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul e junto à área urbana do município de Guararema (**Figura 1**).

Figura 1—Imagem com a localização do sítio Topo do Guararema, com destaque para a proximidade do Rio Paraíba do Sul e da área urbana do Município de Guararema. (fonte: Scientia, 2006a).

A partir dos procedimentos de delimitação foi possível uma primeira caracterização das dimensões do sítio, bem como, da provável espessura da camada arqueológica (medidas

¹⁹ Parte das informações descritas aqui foram retiradas do relatório final de campo (Scientia , 2006)

de 80 x 60m e profundidade do refugio em cerca de 30 cm). Nos trabalhos subsequentes de delimitação e escavação o sítio atingiu uma extensão de 100m (no eixo N-S) por 68m (eixo E-W), representando uma área de aproximadamente 5.700 m² e profundidade média por volta de 40 cm. O substrato geológico compõe-se de rochas metamórficas e a cobertura vegetal é constituída atualmente por eucaliptos (reflorestamento) e gramíneas altas. As principais alterações antrópicas estavam representadas pelo uso da área para reflorestamento e seus acessos, a presença de torres de energia de Furnas S.A, além de um aceiro destinado à manutenção dessas torres pré-existentes. As perturbações mais recentes no terreno foram constatadas apenas durante os trabalhos de monitoramento da abertura/melhoria de acessos, que por sua vez, acabaram por revelar os primeiros vestígios culturais na área.

Foto 1 – Área de implantação do sítio arqueológico Topo do Guararema. Em primeiro plano (baixa encosta), terraço fluvial do rio Paraíba do Sul. No alto do morro (eucaliptos), pode-se visualizar o local das escavações e a disposição lateral da LT de Furnas (torres pré-existentes).

Foto 2 – Vista do local de implantação do sítio arqueológico Topo do Guararema após a fase de limpeza e corte parcial de eucaliptos.

Na raspagem superficial da lateral do acesso efetuada por maquinário (entre o acesso e a futura praça da torre) e, posteriormente, nas sondagens subsuperficiais de delimitação do sítio, foi possível verificar uma boa densidade de vestígios cerâmicos e materiais líticos. Em alguns pontos percebeu-se o aparecimento de conjuntos de fragmentos cerâmicos passíveis de reconstituição, indicando deste modo, a ocorrência de áreas relativamente preservadas do ponto de vista do potencial informativo. Análises preliminares do material coletado apontaram para vasilhas de contorno simples, não decoradas, com presença de antiplástico exclusivamente mineral. Tais características confrontaram-se, a princípio, com as cerâmicas até então registradas para o Vale do Paraíba Paulista (Scientia, 2003), considerando que não apresentavam atributos nem da tradição Tupiguarani, nem da tradição Aratu (Scientia, 2004:12).

Com efeito, considerou-se o sítio como de alta relevância científica, e cuja integridade física estaria deste modo, seriamente comprometida em virtude das futuras obras de locação da torre 42/2. Com a impossibilidade técnica do deslocamento da torre, as medidas conservacionistas cabíveis foram então direcionadas para mitigação dos impactos através de um projeto de resgate arqueológico compatível com as particularidades do sítio e com as atividades técnicas envolvidas na implantação do empreendimento.

As características básicas do sítio e seu contexto de estudo foram apresentados no Projeto “Resgate do Sítio Topo do Guararema, Município de Guararema, SP”, encaminhado ao IPHAN (Scientia, 2004), onde podemos destacar as seguintes peculiaridades relevantes:

- ❖ - Trata-se do único sítio registrado no traçado do empreendimento;
- ❖ - Sua implantação em área de topo, de acesso difícil, contraria as expectativas gerais sobre a escolha dos locais mais prováveis para antigos assentamentos indígenas;
- ❖ - A cerâmica registrada no sítio não se assemelha às cerâmicas dos sítios indígenas (Aratu e Tupiguarani), ou de sítios históricos registrados no vale do Paraíba Paulista.

Tais aspectos, por sua vez, determinaram as primeiras problematizações para a definição das propostas gerais do estudo e, por consequência, das abordagens metodológicas capazes de atendê-las. Quanto aos objetivos do projeto foram definidas as seguintes perspectivas:

- ❖ Promover o resgate dos vestígios culturais remanescentes do Sítio Arqueológico Topo do Guararema, localizados na faixa de servidão e acesso à Linha de Transmissão, evitando sua destruição pela implantação da Torre 42/2.
- ❖ Entender os motivos de o sítio arqueológico encontrar-se implantado em local tão pouco favorável ao assentamento humano.
- ❖ Conhecer a cultura material produzida e utilizada pela população que se assentou no local.
- ❖ Compreender os aspectos da organização sócio-cultural dessa população, a partir das evidências culturais deixadas no espaço interno do sítio arqueológico.
- ❖ Estimar a densidade demográfica do sítio arqueológico.
- ❖ Identificar o período em que se deu a ocupação do sítio arqueológico.
- ❖ Ampliar o conhecimento existente sobre as populações indígenas que ocuparam o Vale do Paraíba paulista e suas inter-relações com o conquistador europeu.

Quanto à proposta metodológica de intervenção em campo, foram planejadas estratégias de resgate tendo por base a expectativa da boa conservação e densidade das evidências, da baixa perturbação de camadas em subsuperfície e da provável contemporaneidade dos vestígios avaliados. A possibilidade de captar aspectos da organização e interações sociais no espaço interno do sítio, assim como, a densidade demográfica do assentamento, também pressupunham certa correlação temporal entre os indícios. Para tanto, tornava-se necessário evidenciar e compreender a ocorrência e distribuição dos elementos materiais remanescentes (artefatos e estruturas), situando-os em seus respectivos níveis de ocupação.

Tais considerações apontaram para o método da “decapagem por superfícies amplas” como o mais indicado para a obtenção dos resultados. Segundo Caldarelli, “a idéia por trás desse procedimento metodológico é evidenciar todo o espaço do sítio, de modo a identificar as áreas ocupadas no decorrer das atividades cotidianas da população que ali se assentou” (Scientia, 2004:19). Para a realização desse intento, os trabalhos foram orientados a partir dos seguintes procedimentos técnicos:

- Quadriculamento do sítio em unidades de $4m^2$ (quadras de 2 x 2 m);
- Escavação, por nível natural, das quadras demarcadas, até o esgotamento da camada arqueológica;
- Registro preciso dos vestígios e estruturas, plotados com o auxílio de Estação Total.

O início das atividades de campo se deu nos primeiros dias de março de 2004, entretanto, em decorrência das chuvas prolongadas, elevada quantidade e qualidade de vestígios, detecção de estruturas arqueológicas conservadas, e a diversidade de áreas intra-sítio, houve a necessidade de restringir os setores de abrangência do resgate e ampliar o prazo dos trabalhos. Outro aspecto refere-se à constatação, na área do acesso (antigo caminho de trânsito para o reflorestamento e torre da LT Furnas), de importante potencial informativo ainda preservado sob o leito, requerendo demanda por mais tempo e pessoal para a finalização dos trabalhos. Na **Figura 2 e 3** são indicadas a delimitação e topografia do sítio e, as principais classes de intervenções arqueológica realizadas.

Figura 2– Delimitação e topografia do sítio, com indicação da área da Torre, acessos e áreas escavadas (delimitadas em verde). fonte: Scientia, 2006a.

Figura 3 –Áreas escavadas e setorização dos elementos trabalhados no sítio Topo do Guararema

“Ao findar de um mês, prazo previsto inicialmente para a finalização dos trabalhos, as problemáticas de resgate se intensificaram, com a descoberta de elevada quantidade e qualidade de vestígios, detecção de estruturas arqueológicas conservadas e a diversidade de áreas intra-sítio, além do aumento da espessura da camada arqueológica e a ocorrência de extensa laje de argila queimada (possível área de cocção). Diante desse impasse, e não havendo mais condições orçamentárias para a continuidade das pesquisas, iniciou-se um processo de conversação entre o executor e o empreendedor e o IPHAN. As avaliações e negociações permitiram mudanças no cronograma físico e financeiro do projeto

estendendo o prazo para mais 75 dias, com a implantação de um sistema progressivo de liberação, de forma a adequar o cronograma da obras com as atividades de resgate arqueológico”(Scientia, 2006a).

Neste processo, houve reavaliações constantes sobre as potencialidades e significâncias do sítio, o que permitiu a inclusão de um programa de valorização e educação patrimonial.

Foto 3 – Abordagens de escavação com método de superfície ampla, área prioritária de resgate.

Foto 4 - Escavação e exposição de vestígios e estruturas. Em primeiro plano, duas estruturas de fogueiras evidenciadas.

Foto 5 - Atividades de evidenciação dos conjuntos cerâmicos e três estruturas de combustão na área do acesso à torre.

Foto 6– Atividades de escavação e registro, com o apoio dos auxiliares de campo no processo de evidência da cultura material remanescente.

Foto 7– Coleta de fragmentos de argila queimada para análises laboratoriais, efetuada por auxiliar de campo (Jovino).

Os primeiros enfoques patrimoniais do sítio, com a preparação da área para a visitação, foram direcionados aos estudantes de História da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) e arqueólogos do Instituto de Pesquisas em Arqueologia (IPARQ/UNISANTOS), instituição responsável pela futura guarda dos materiais resgatados.

Os preparativos para a criação de um espaço no sítio destinado à visitação de escolas e comunidades da cidade de Guararema começaram a ser estruturados também a partir desse período e culminaram com o manejo das áreas expositivas e a preparação da monitoria com os

auxiliares de campo, realizado entre os dias 16 e 19/09/2004. A visitação para as escolas se deu entre os dias 20 e 24/09/2004 e para a comunidade nos dias 25 e 26/09/2004.

Com o retorno das atividades de resgate (27/09), as equipes foram mobilizadas para a finalização do rebaixamento dos níveis arqueológicos nas quadras restantes ou naquelas deixadas expostas no período de visitação. Conjuntamente foram terminadas as atividades de coleta e registro no interior do sítio e seu entorno. O encerramento do sítio se deu entre os dias 02 e 13 de novembro, onde foram realizadas sondagens de verificação final e o recobrimento das áreas abertas com o próprio solo retirado das escavações. Neste processo foram deixados marcadores indicativos das áreas escavadas e de algumas estruturas ainda mantidas preservadas *in situ*.

Conforme estipulado nos direcionamentos públicos da pesquisa no dia 13 de novembro, período noturno, teve início a “Oficina de Arqueologia Preservacionista” com o objetivo de repasse de conhecimentos teóricos sobre aspectos preventivos e conservacionistas destinado aos auxiliares de campo. A oficina foi finalizada no dia 15 de novembro, encerrando então as atividades previstas no Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Topo do Guararema.

Em decorrência da existência de parcelas significativas do sítio ainda preservadas no sítio Topo do Guararema, novas perspectivas de estudo poderão ser implementadas no futuro, incluindo novos direcionamentos públicos inerentes a um sítio de grande relevância patrimonial para a região do Vale do Rio Paraíba do Sul, e notadamente, para o município de Guararema.

3.2 Inserção Ambiental -Aspectos Geoarqueológicos Regionais²⁰

Do ponto de vista geológico-estrutural, a região de Guararema está situada no encontro de duas grandes zonas de falhamentos conhecidas como falhas de Taxaquara e Serra do Jambeiro. Tais alinhamentos tectônicos, de direção NE, em associação com falhamentos da região de Jacareí (falhas de Jacareí e São José e, possivelmente grandes fraturas perpendiculares), definem os principais condicionantes estruturais do alto-médio vale do Rio Paraíba do Sul. É justamente nesta região, que o rio altera drasticamente seu curso e passa a

²⁰ Item retirado do Relatório Técnico de Resgate do Sítio Topo do Guararema. Scientia Consultoria Científica. São Paulo, agosto/2006.

correr em sentido inverso, ou seja, de NE-SW à SW-NE. A inversão do curso praticamente coincide com mudanças nas características geológico-sedimentares e geomorfológicas da bacia hidrográfica, principalmente se compararmos a área em questão, com os aspectos de formação do baixo vale.

Assim, a presença de morros cristalinos bordejando o rio Paraíba do Sul contrasta com os relevos de colinas sedimentares associados ao curso inferior, cujo substrato compõe a bacia sedimentar de Taubaté. Estas distintas associações acabam por definir compartimentos hidrográficos e paisagísticos próprios, sugerindo ainda, diversidade ecológica em termos florísticos, faunísticos e micro-climáticos. Tais aspectos precisam ser considerados nas análises arqueológicas de cunho regional, pois permitem definir sob o ponto de vista da ocupação humana, controles para o estabelecimento de inferências em termos de padrões de implantação e subsistência, incluindo a problemática relativa à presente pesquisa.

Um primeiro ponto a considerar refere-se à variação existente entre os compartimentos paisagísticos associados à bacia de Taubaté e os demais. O antigo rifteamento dessa área permitiu uma deposição sedimentar espessa a partir do início do Cenozóico, criando um importante “corredor” de áreas colinosas em meio ao Planalto Atlântico. Do ponto de vista de ocupação humana esta área apresenta-se bastante favorável à implantação de assentamentos humanos, notadamente de grupos horticultores ceramistas e históricos. Suas características também permitem prever situações de preservação de registros arqueológicos devido à existência de planícies aluvionares mais extensas, e uma capacidade erosiva mais restrita aos canais fluviais. Por sua vez, presença de zonas de morros no entorno da bacia de Taubaté e de serrarias adjacentes a Baixada Litorânea, criam possíveis limites em termos de padrões de ocupação, considerando que tais áreas podem se traduzir como “barreiras compartimentais” naturais. No entanto, estas zonas de maior declividade e vales paralelizados são áreas potenciais em termo de mobilidade (acampamentos, áreas de caça-coleta, etc.) e deslocamento (rotas ou vias de migração).

Na área de Guararema, apesar do aspecto meandrante do rio Paraíba do Sul em alguns pontos, o curso obedece a um forte controle estrutural, assim como os padrões de drenagem, que seguem as direções de foliação, xistosidade, falhas e juntas. Apenas em alguns trechos, mais amplo e abertos, situados em geral nas margens convexas, é possível definir feições de construções tipicamente fluviais, tais como planícies de inundação, meandros abandonados e algumas evidências de migrações laterais do curso. O aspecto geral de calha, também reduz a

ocorrência de terraços mais antigos e extensos. Segundo os dados do IPT (1981), os terraços modernos ocorrem principalmente na parte superior do médio Paraíba do Sul. As implicações dessas condicionantes na paisagem são evidentes, com a formação de planícies restritas, vales encaixados e a incidência de corredeiras, entre outros. O domínio dos morros apresenta amplitudes médias de 100 a 300 metros com declividades médias a altas (acima de 15%). Formam cristas sinuosas e alongadas que acompanham os alinhamentos tectônicos e, conseqüentemente, a direção das principais drenagens. Esta conformação sugere, do ponto de vista arqueológico, a possibilidade de rotas migratórias através dos vales estreitos, mas também seguindo as extensas cristas.

Em contraste, na bacia de Taubaté, a paisagem muda significativamente, apresentando extensas planícies de inundação, antigos terraços e meandros abandonados. Os terraços fluviais, que bordejam as várzeas nesta área, se elevam em cerca de 3 a 8 metros acima do nível de inundação. Um aspecto importante refere-se ao registro de eventos de erosão-sedimentação holocênicos no médio vale do Paraíba do Sul, demonstrando a existência e importantes marcos estratigráficos com significado regional (Moura & Mello, 1991). Conforme Mello *et al.*, (1995) destacam-se neste sentido: 1) a presença de um possível marcador do limite Pleistoceno-Holoceno, caracterizado como uma fase de formação de solos e sedimentação orgânica; 2) a presença de um episódio erosivo-deposicional no domínio das encostas e dos vales fluviais a partir de pelo menos 8.500 anos A.P. (não sendo possível identificar o intervalo temporal de duração) e 3) um novo episódio de sedimentação no domínio fluvial por volta de 1.000 anos A.P, provavelmente intensificado entre 200 a 100 anos pela ocupação humana na região.

As litologias predominantes correspondem a rochas granitóides e migmatíticas, ambas associadas cronologicamente ao pré-cambriano superior (IPT, 1978; 1981). Em áreas mais distantes ocorrem ainda piroxênio-granulitos e rochas metadioríticas e metabásicas. São comuns ainda as intercalações, enclaves ou ocorrências de rochas calcossilicatadas, metassiltitos, filitos e quartzo-filitos, mica-xistos e talco-xistos, anfíbolitos, quartzitos, metaconglomerados que podem indicar fontes para algumas matérias primas encontradas nos sítios arqueológicos.

O sítio arqueológico Topo do Guararema ocupa a parte superior e sub-plana de um morro elevado e alongado e está situado a cerca de 100 metros da margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Nos limites e entorno imediato do sítio, sobressaem às encostas íngremes,

notadamente aquelas com a face voltada para o rio (**Figura 4**). Nas proximidades também ocorrem morros com aspectos similares, porém, com topos mais restritos e cristas alongadas e sinuosas. Na margem oposta ao rio (margem direita), pode-se perceber o contato da planície aluvial, com terraços mais antigos e depósitos coluvionares. Os afloramentos rochosos estão dispostos, em geral, junto às margens do rio, em alfuentes e drenagens menores e nas cristas de alguns morros (predominam quartzitos). Também foram observados níveis de “paleopavimentos” detriticos (*stone lines*) sob a área do sítio e, nas encostas laterais, além da ocorrência de seixos rolados junto a uma drenagem atualmente seca. O solo apresentou coloração marrom avermelhado a rosado, sendo que localmente ocorreram níveis mais escuros, devido à presença de carvões ou camadas orgânicas. A textura variou de silto-arenosa a argilo-arenosa, com ocorrência de abundantes minerais prismáticos (ex. turmalinas), plaquetas de micas (muscovita) e grânulos de quartzo. O substrato geológico na área do sítio é composto por quartzo-filitos com variações mais ou menos xistosas.

Foto 8: Paisagem associada à implantação do sítio Topo do Guararema (circulo amarelo) nas proximidades do rio Paraíba do Sul (setas azuis), na confluência entre morros cristalinos e a planície aluvial.

Figura 4: Modelagem aproximada do relevo nas proximidades do sitio Topo do Guararema (tratamento gerado a partir de imagens do google earth).

3.3 O Município de Guararema - SP

O município de Guararema localiza-se a leste da capital, distando desta aproximadamente 75 km. Está implantado no limite entre a região metropolitana e o médio vale do rio Paraíba do Sul, o qual margeia grande parte da área urbana e rural-residencial da cidade (**vide Figura 1**). Possui limites ao sul com Salesópolis e Biritiba Mirim, ao norte com Santa Isabel e Jacareí, a leste com Santa Branca e a oeste Mogi das Cruzes com uma área total estimada em 270,50 km². A população foi estimada em 2006 em 24.818 habitantes²¹. O município é zoneado em áreas urbana, rural, mista (rural-residencial) e industrial. O parque industrial é composto por indústria alimentícia, têxtil, eletromecânica localizadas nos limites norte junto a Rodovia Presidente Dutra e petroquímica, a leste junto a área rural. Os acessos são proporcionados pelas rodovias: Presidente Dutra, Governador Carvalho Pinto, Ayrton

²¹ IBGE.

Senna da Silva, Nicola Capucci, Henrique Eroles e Euryale de Jesus Zerbini. A base econômica do município é baseada na indústria, agricultura e investimentos turísticos rurais com: hotéis, pousadas, hípicas e haras, serviços de alimentação variados.

A cidade também é utilizada como área de lazer com diversos condomínios de chácaras de recreio.

Foto 9 – Vista parcial da área urbana de Guararema. Em segundo plano, ponte da linha férrea.

3.4 O contexto etno-histórico de Guararema

Segundo o mapa etno-histórico de Nimuendaju (1981), o médio Vale do Paraíba próximo a Guararema (vide **Figura 5**) foi ocupado no período colonial por grupos Tamoio e Puri (1645 – 1697). No entanto, referindo-se ainda a este período as pesquisas envolvendo fontes etnográficas nos alertam sobre as denominações dadas pelos portugueses aos grupos indígenas, os quais muitas vezes confundiam os vocábulos e designavam etnias diferentes pela mesma designação (REIS, 1979, PREZIA, 2000, SCIENTIA, 2004). Esta situação ocasionou grande debate entre os estudiosos no início do século XX, principalmente entre os grupos Guaianá identificados no litoral do Estado de São Paulo e na região do Vale do Paraíba (REIS, 1979, PREZIA, 2000). As discussões envolviam questões lingüistas e étnicas sobre as denominações dadas pelos portugueses em fontes escritas do período colonial. Até

hoje, conforme informa Prezia (2000) a questão ainda não esta resolvida, mas havendo uma tendência de indicar o grupo Guaianá como pertencente ao tronco lingüístico Gê.

Figura 5: Mapa Etno-histórico apresentando os grupos identificados no Vale do Paraíba no período colonial. (NIMUENDAJU, 1981).

O processo de colonização européia avançou no século XVI, apesar das revoltas e guerras de grupos indígenas de diversas nações contra os portugueses e populações indígenas aliadas a estes. A escravização das populações indígenas neste período causou uma grande fuga destes grupos para o interior (sertão), ocasionando deste modo uma mudança da área original de assentamento destas populações. A proibição da escravização indígena exercida pela Coroa portuguesa e a meta de cristianizar os índios possibilitaram a criação dos aldeamentos indígenas controlados por religiosos e leigos (PETRONE, 1995 *apud* SCIENTIA, 2004). Os aldeamentos foram em muitos locais os primeiros núcleos coloniais os quais reutilizavam muitas vezes aldeias indígenas localizadas em pontos estratégicos, principalmente próximos aos principais cursos fluviais. Segundo a historiografia foi a partir deste contexto que por volta do início do século XVII foi fundado por Gaspar Vaz, sesmeiro de Mogi, o aldeamento da Escada. Este aldeamento foi o primeiro núcleo populacional criado onde hoje se encontra o atual município de Guararema. Conforme Silva (s/d), foram levados

para o aldeamento índios já catequizados, mas sem nenhuma especificação de grupos em particular. Em 1625 o aldeamento foi entregue aos padres jesuítas que empregaram a mão-de-obra indígena na lavoura, devido ao seu posicionamento geográfico, as margens do rio Paraíba e no caminho para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, tornou-se ponto de parada de viajantes alcançando pequena prosperidade. Por volta de 1652, segundo Silva (op. cit) foi construída a primeira capela no local.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, o controle do Arraial da Escada foi entregue ao índio Sebastião Silva nomeado capitão-mor em 1732. Neste mesmo ano a primeira capela foi demolida em virtude de má conservação. Dois anos depois, em 1734, chegam ao Arraial da Escada os padres franciscanos, os quais iniciam a construção de um alojamento anexo a capela que posteriormente passou a funcionar como convento. Ambas as edificações foram construídas em taipa de pilão com características da arquitetura colonial. A capela denominada inicialmente de Nossa Senhora da Conceição passou a se chamar Nossa Senhora da Escada (**Foto 10**), hoje o conjunto arquitetônico pertence ao patrimônio histórico e artístico nacional através do tombamento realizado em 25/01/1941. Segundo Silva (op. cit.) a mudança do nome da capela ocorreu para facilitar a catequização dos índios através da associação das crenças indígenas com a religião católica. A tradição popular argumenta que os grupos indígenas tinham por hábito colocar sobre a sepultura um fardel de alimentos e uma escada para que a subida da alma até o reino de Tupã se realizasse de forma tranqüila. Os padres conhecedores desta tradição teriam esculpido degraus ao redor da imagem da santa. (Silva, ibidem, 1). Outra versão popular afirma seria porque havia uma escada entre a barragem do rio e o lugar onde se ergueu a capela²².

Foto 10 – Igreja Freguesia da Escada. Sua arquitetura é tipicamente barroca, com suas paredes construídas em taipa de pilão.

²² História de Guararema. Disponível em <<http://www.explorevale.com.br/cidades/guararema/historia.htm>> acesso em: 09 de dezembro de 2007.

Para atender as necessidades religiosas das fazendas mais distantes do arraial foi construída em 1682 em uma colina, às margens do rio Paraíba do Sul, a capela de Nossa Senhora D'Ajuda²³, a qual abrigou também um cemitério, se convencionado enterrar os 'brancos' no interior do templo e os escravos atrás (**Foto 11 e 12**).

O crescente progresso do Arraial da Escada possibilitou sua elevação à categoria de Freguesia em 1846, pela Lei nº 09 de fevereiro de 1846. Porém, devido ao atrofimento de sua prosperidade e aumento de representatividade política dos núcleos vizinhos a lei foi revogada em 1850 (Lei nº 06 de 23 de maio). Somente em 1872 o arraial foi definitivamente elevado a Distrito de Paz, pela Lei nº 01 de 28 de fevereiro. Seus primeiros dirigentes foram: Benedito Antonio de Paulo, Antonio de Mello Franco e Joaquim Alves Pereira. Como vigário da nova paróquia foi nomeado o padre Miguel Piement. Neste mesmo ano, em 03 de julho a capela de Nossa Senhora da Escada²⁴ foi instituída canonicamente.

Foto 11 – Vista da área de implantação da Igreja Nossa Senhora d'Ajuda. (Fonte: PMG)

²³ É uma das construções coloniais mais antigas no Estado de São Paulo. Para alcançá-la é necessário subir 81 degraus. A Igreja possui uma imagem de Nossa Senhora D'Ajuda, em terracota, provavelmente de origem portuguesa. Em 24 de setembro de 1984 a capela foi tombada como monumento de interesse histórico pelo CONDEPHAAT.

²⁴ Esta é a única Igreja do Brasil que possui a imagem de São Longuinho, conhecido popularmente como o Santo das coisas perdidas. No centro da capela está enterrado o frei José de Santa Bárbara de Bittencourt, que faleceu em 29 de setembro de 1890. Em 1982, a Igreja passou por uma reforma definitiva quando foi construída a praça em frente. (fonte: Prefeitura Municipal de Guararema, disponível em <<http://www.guararema.sp.gov.br/home/historia.asp>>

Foto 12 – Fachada da Igreja Nossa Senhora d'Ajuda. (Fonte: PMG)

Até a metade do século XIX o principal núcleo populacional do atual município de Guararema foi a Freguesia da Escada. Com o desenvolvimento econômico do Vale em 1869, foi construída a Estrada de Ferro do Norte (ou E. F. São Paulo-Rio), por fazendeiros do vale do Paraíba. O primeiro trecho articulou-se com a linha da São Paulo Railway, localizado no bairro do Brás, em São Paulo, e chegou até o bairro da Penha (ALASCA, 2007:10).

Por volta de 1875 dona Laurinda de Souza Leite proprietária de muitas posses no arraial da Escada doou a uma ex-escrava dona Maria Florência “um quinhão de terra situado às margens do rio Paraíba, em lugar plano, distante 3,5 km do arraial da Escada, próximo ao foz do ribeirão Guararema” (SILVA, ibdem:2). Neste período, dona Maria Florência levada por sentimentos religiosos, iniciou com auxílio de outras pessoas e algumas economias suas a construção de uma capela para o santo de sua devoção, São Benedito, em uma parte do terreno recebido. Em pouco tempo foram se estabelecendo outros moradores nos arredores da capela, motivados pela inauguração em julho de 1876 do trecho da E.F.C.B. entre Mogi das Cruzes e Jacareí com passagem da estrada de ferro foi formando-se um vilarejo que recebeu o nome de "Guararema" (do tupi guarani - Pau D'Alho), devido à abundância dessa árvore naquela região. Em 1877, a ferrovia chegou a Cachoeira (Paulista), onde se encontrou com ramal da E.F. Dom Pedro II, ferrovia constituída em 1855 no Rio de Janeiro e pertencente ao Governo Imperial (ALASCA, op. cit.). As vilas que se encontravam no trajeto da linha férrea desenvolveram-se rapidamente, como aconteceu com o vilarejo de Guararema, quinze anos após sua implantação o Decreto de 08 de janeiro de 1890, transferiu a sede do Distrito da Paz da Escada para o povoado.

Foto 13 – Igreja de São Benedito - matriz de Guararema

Decorridos oito anos da transferência a vila foi elevada a categoria de Município pela Lei nº 528 de 03 de julho de 1898. Entretanto para a efetivação da lei foi necessária a construção da Câmara Municipal e da Cadeia Pública. Os prédios públicos foram rapidamente construídos, sendo inaugurados em 19 de setembro de 1899, data que se instituiu como aniversário da cidade. Posteriormente em 19 de dezembro de 1906, a Lei Estadual nº 1.038 elevou a sede municipal à categoria de cidade.

3.5 A Arqueologia do Vale do Paraíba e de Guararema

O Vale do Paraíba paulista foi um importante corredor de circulação desde os tempos pré-coloniais e históricos (Caldarelli, 2004:1). Até hoje é usado como um importante eixo de ligação dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. No entanto, a história indígena da região no período pré-colonial e próximo à entrada do elemento europeu abordada por algumas pesquisas etno-históricas apresenta lacunas e questões mal resolvidas (Caldarelli, op. cit; Reis, 1979). As pesquisas arqueológicas realizadas no Vale vêm ajudando a preencher e esclarecer algumas questões. Segundo indicam as pesquisas até pouco tempo a área havia sido ocupada por duas populações indígenas ceramistas pré-coloniais, ligadas às tradições arqueológicas: Aratu e Tupiguarani. Sítios arqueológicos e vestígios materiais da tradição Aratu foram registrados nos municípios de Aparecida do Norte (Camargo e Camargo, 1990), Natividade da Serra (Caldarelli et al., 2003), Caçapava (Caldarelli et al., 2003) e Jacareí (Bornal, 2000). A partir de datações absolutas obtidas no Sítio Caçapava 1, no município de Caçapava foi possível a confirmação da presença dessa população indígena por um período de

quase três séculos, entre o século XI e meados do século XV d.C (Caldarelli, 2003). Apesar de outras evidências da ocupação Aratu presentes em vários pontos do Vale, desde sua porção mais ao norte até o município de Jacareí, o único sítio datado até o momento é ainda o Caçapava 1.

Conforme informações dos pesquisadores, o Sítio Caçapava 1 parece ter-se revestido de especial significado simbólico para as populações indígenas, não apenas pelo elevado número de urnas funerárias, ali existentes, como pelo grande período de tempo de seu uso como cemitério. Com relação aos outros sítios localizados os dados são poucos, restringindo-se a notícias sobre escavações realizadas por arqueólogos amadores, em Aparecida, na década de 1960 (Camargo & Camargo, 1990) e ao registro de um outro sítio Aratu, no município de Natividade da Serra realizado durante uma visita feita pelos arqueólogos responsáveis pelas pesquisas arqueológicas na Rodovia Carvalho Pinto, a convite de pesquisadores do Museu Histórico de Taubaté.

Outras informações disponíveis são provenientes de estudos do sítio Light, situado às margens da represa, no município de Santa Branca (Bornal, 2000). Este sítio apresenta camada arqueológica de 30 centímetros. A presença de formas e de atributos típicos da tradição Aratu não deixa dúvidas quanto a sua filiação. Foram encontradas vasilhas esféricas com base cônica; cilíndricas de contorno infletido com base cônica, ovóides e semi-esféricas, bem como um cachimbo tubular. Além disso, aparecem, em porcentagens menores, fragmentos com decoração plástica corrugada, unglada, pintura vermelha sobre branco indicando contato com grupos Tupi-Guarani, o que demonstraria ser este sítio mais recente que o Caçapava 1.

De fato, a ocupação Aratu representada pelo Sítio Caçapava 1, iniciada no século XI, não ultrapassa a primeira metade do século XV.

A ocupação tupiguarani do vale do Paraíba, de acordo com os dados disponíveis, parece ser mais recente, começando no máximo um século antes da chegada do colonizador europeu.

De acordo com González e Zanettini (1999: 93), o sítio tupiguarani Santa Marina, situado em Jacareí, dataria do século XV. Portanto, a população tupiguarani estaria adentrando o vale quando a população Aratu estava-se retirando. É possível que esta correspondência não seja uma coincidência, e que a saída da população Aratu tenha sido

provocada pela penetração Tupi, mas apenas pesquisas mais aprofundadas em outros sítios do Vale do Paraíba, tanto Aratu quanto Tupiguarani, poderão esclarecer a questão.

O Vale do Paraíba teve, provavelmente, uma extensa ocupação Aratu, distribuída por vários dos atuais municípios, e que, quando os primeiros portugueses lá penetraram as aldeias Aratu não mais existiam.

Mais recentemente, pesquisas arqueológicas realizadas para o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Tijuco Preto – Cachoeira Paulista II, levaram à descoberta de um outro sítio arqueológico indígena, não relacionado a nenhuma das duas tradições anteriormente descritas (Aratu e Tupiguarani). Esse sítio arqueológico, denominado Sítio Topo do Guararema, representa um fato novo no quadro acima esboçado. Situa-se em região serrana, habitat explorado pelos puri e guaru. Segundo os cronistas e estudiosos, essas sociedades indígenas, caracterizadas por uma alta mobilidade, não eram produtoras de cerâmica. A cerâmica registrada no sítio topo do Guararema é simples e não apresenta atributos nem da tradição Tupiguarani, nem da tradição Aratu. O material resgatado encontra-se em análise. É possível que tenha sido um assentamento guaianá, apesar da falta de dados etno-históricos sobre a confecção de cerâmica por essa população (Caldarelli et al., 2003; SCIENTIA, 2004).

Em termos cronológicos, as datações radiocarbônicas realizadas no laboratório Beta Analytic sobre amostras coletadas no sítio Topo do Guararema demonstram a presença desses indígenas na região ao menos entre 1.010 e 1.410 AD, ou seja, no mesmo período dos sítios Aratu anteriormente citados. A recente descoberta de outro sítio cerâmico similar ao sítio Topo do Guararema em suas proximidades, a cerca de 1 km em linha reta, o sítio Lagoa Jovem, implantado em local com as mesmas características geomorfológicas e topográficas, reforça o argumento da longa permanência deste grupo na região.

Conforme Caldarelli (2004) tendo em vista que a cerâmica do Topo do Guararema é indubitavelmente uma cerâmica característica dos antepassados dos indígenas de língua Ge, historicamente registrados, as descobertas arqueológicas feitas até a presente data apontam para uma ocupação Gê em todo o Vale do Paraíba entre os séculos XI e XV de nossa era (Aratu ao Sul e Guaianá ao Norte), possivelmente adentrando o século XVI (como aponta o sítio Light), data em que os indígenas de língua Tupi teriam penetrado no vale.

Nessas áreas de solo ainda preservado devem ser buscados, como indicadores de antigos assentamentos, os bens culturais móveis deixados pelos antigos ocupantes do

território, em especial aqueles de maior durabilidade: objetos de pedra (lascada e polida) e de cerâmica. Tais objetos, que devem ter sido preservados em contextos deposicionais que permitiram seu soterramento, podem revelar ainda, através de escavações sistemáticas, estruturas que elucidem a organização do espaço interno aos sítios, indicativa de relações sociais a serem interpretadas pelos especialistas, além de fornecer informações valiosas sobre as práticas de captação de recursos de seus habitantes, no território de inserção do assentamento.

Levantamentos oportunistas e coletas de informação da comunidade de Guararema realizadas durante esta pesquisa elucidaram outros dados para a arqueologia do município.

Na localidade da Freguesia da Escada foram levantadas informações sobre vestígios materiais existentes no entorno da Igreja Nossa Senhora da Escada e ruas anexas à praça localizada em frente à igreja. Segundo os senhores Luciano de Souza Marins e Antonio Palaci Filho, moradores a mais de 20 anos da localidade eram encontrados fragmentos cerâmicos e outros materiais no local sempre após chuvas fortes que lavavam o terreno. Posteriormente, na década de 1980 foi realizada uma reurbanização na área, uma das alterações efetuadas foi a colocação de aproximadamente 1,50 metros de aterro no local da praça. Na mesma ocasião, segundo os informantes foram achados fragmentos cerâmicos e uma lâmina de machado na esquina da rua Brasília Leite Siqueira durante a pavimentação com paralelepípedo. Segundo o senhor Antonio Palaci Filho abaixo do paralelepípedo ainda existem materiais. As informações levantadas remetem provavelmente as camadas arqueológicas do aldeamento de Nossa Senhora da Escada, expostas pela erosão e alterações na topografia original do terreno. Associado provavelmente ao sítio arqueológico aldeamento da Freguesia da Escada está a ocorrência de uma pré-forma de lâmina de machado (**Foto 15**) encontrada durante a vistoria no terreno de propriedade do senhor Luciano de Souza Marins localizado na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, a cerca de 300 metros da praça. Conforme o proprietário também foram encontrados no mesmo local, fragmentos cerâmicos.

Ainda no bairro Freguesia da Escada foram levantadas outras informações sobre cultura material remanescente do processo de ocupação histórica do município, como as estruturas arquitetônicas da antiga Cadeia da vila. Segundo a senhora Maria Santana, moradora a 30 anos no local, a parede construída em taipa de pilão ainda preservada em sua casa fazia parte da edificação da Cadeia (**Foto 16**). Também conforme dona Maria Santana, ao final da rua Pedro Mauro existia o antigo cemitério da localidade. Na vistoria realizada no local indicado,

a baixa visibilidade de solo dificultou a observação, mesmo assim foram encontrados fragmentos de cerâmica no acesso ao cemitério, na área interna foram localizados fragmentos de tijolos maciços e alguns túmulos bastante alterados. A senhora também informou sobre um antigo caminho existente atrás da rua Pedro Mauro, onde havia também uma bica, utilizada para lavar roupa. Hoje este caminho não existe mais, pois foram construídas casas no local.

Foto 14 – Vista parcial das ruas no entorno da praça da Igreja Nossa Senhora da Escada citas pelos senhores Luciano de Souza Marins e Antonio Palaci Filho.

Foto 15 – Pré-forma de lâmina de machado encontrada no terreno de propriedade do sr. Luciano de Souza Marins.

Foto 16 – Parede construída em taipa de pilão ainda preservada na esquina da rua Pedro Mauro, bairro Freguesia da Escada. Segundo a sra. Maria Santa a estrutura teria pertencido a edificação da antiga Cadeia da vila.

Em outras localidades do município foram encontrados conforme o Professor Juca lâminas de machado polidas no bairro Ponte Alta e Lagoa Nova, entregues a ele por alunos. O professor também nos informou sobre a localização de cachimbos confeccionados com argila e três lâminas retiradas do rio Paraíba por de dragas. Estes materiais pertencem a uma

pequena coleção que é utilizada pelo professor durante suas aulas de história. Na entrevista realizada com a professora aposentada Maria Cecília Mendonça Meira, moradora a 22 anos em Guararema tivemos a oportunidade de registrar o achado de diversas contas decoradas de cerâmica que se assemelham a carimbos com uma variabilidade de desenhos geométricos. O material foi doado à professora por um aluno há aproximadamente 18 anos, a localização do achado é bastante imprecisa, no entanto sabe-se que possivelmente foi encontrado no bairro Vale dos Eucaliptos, localizado próximo ao centro da cidade. O pai do estudante identificou o material enquanto cavava um poço.

No início de 2005 foi localizado um sítio arqueológico, provavelmente pré-colonial na localidade do sítio dos quinze, contendo vestígios cerâmicos em superfície semelhantes aos localizados no sítio Topo do Guararema. O sítio Lagoa Jovem foi identificado por um ex-auxiliar de campo que prestou serviços na escavação do sítio Topo do Guararema (Jovino José Oliveira). O registro arqueológico foi encontrado a aproximadamente 1.200 metros do sítio Topo do Guararema, implantado em topografia semelhante.

3.6 Estruturação do Programa de Educação Patrimonial: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de arqueologia pública

O programa de educação patrimonial do sítio foi estruturado com base na avaliação de elementos envolvidos pelo empreendimento, design da pesquisa e comunidades (público potencial). Deste modo foram consideradas as peculiaridades técnicas relacionadas à montagem de torres de linha de transmissão de 500 Kv, e cronograma físico da obra (fase de instalação e operação), o contexto informacional do sítio relacionadas as problemáticas arqueológicas e etno-históricas, os vestígios e estruturas identificadas, a planificação da pesquisa (metodologia e técnica de exposição das evidências materiais do passado), cronograma físico da pesquisa e da ação educativa, bem como, as comunidades e públicos envolvidos (município de Guararema e auxiliares de campo). A partir das considerações definidas pelos elementos acima foram caracterizados os atributos de significação a serem avaliados compondo os aspectos de significância científica e pública do sítio e do projeto à elaboração da ação educativa privilegiando as possibilidades de uso das informações materializadas do passado; do método científico da arqueologia e do conhecimento

arqueológico para educação; valorização do patrimônio cultural; valorização de identidades locais e; desenvolvimento cultural humano. Nesta perspectiva foram elencados os seguintes atributos de significância científica e pública (**Quadro 11**).

Quadro 11 - Atributos de significação para a avaliação do projeto e do sítio Topo do Guararema indicando as possibilidades de elementos que podem ser utilizados para a elaboração da proposta de educação não-formal

	Tópicos / Significâncias
Científicos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Problemática arqueológica e etno-histórica regional; ❖ Metodologia de escavação empregada (superfície ampla – decapagem e níveis artificiais); ❖ Grau de preservação das estruturas e vestígios materiais identificados e expostos; ❖ Variabilidade de vestígios constituídos de conjuntos e estruturas material lítico (polido e lascado), material cerâmico (fragmentos e peças inteiras), material ósseo (restos faunísticos), estruturas de combustão (restos de antigas fogueiras) e uma laje de argila queimada (possível área de atividade de produção e queima de vasilhames cerâmicos); • Quantidade e qualidade de vestígios e estruturas localizadas. No total, foram localizadas e resgatadas mais 25 mil peças entre material lítico e material cerâmico, além de material ósseo. Foram, também, evidenciadas 17 estruturas de combustão e uma laje de argila queimada;
Públicos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Outras significâncias com correspondência pública - significância histórica (remetendo ao período específico da ocupação do município) e significância étnica (único exemplar de sítio indígena localizado no município, remetendo a ocupação indígena descrita na etno-história regional). ❖ Extensão da área escavada (aproximadamente 2.000 m²) e técnica de escavação empregada; ❖ Potencial de perceptibilidade (visibilidade) dos vestígios e estruturas arqueológicas; ❖ Ocorrência e permanência de estruturas <i>in situ</i>; ❖ Único sítio arqueológico localizado e escavado no município; ❖ O número de pessoas envolvidas nos trabalhos de campo (aproximadamente 43 pessoas, sendo 10 profissionais, entre arqueólogos e estagiários e 33 auxiliares de campo). Este número de auxiliares variou durante o período de realização dos trabalhos, no entanto este número não chegou a ser inferior a dez; ❖ Todos os auxiliares eram moradores do município de Guararema; ❖ Proximidade da área urbana (facilidade de acesso).

A avaliação dos atributos de significância científica e pública elencados no contexto do projeto demonstrou um alto potencial de utilização do sítio nas atividades destinadas à educação não-formal. Esta perspectiva direcionou o programa para abordagens de apresentação da informação arqueológica e interpretação pública, focados em uma proposta baseada na possibilidade de construção do conhecimento para o público a partir do contato com o sítio arqueológico *in situ* e suas evidências materializadas do passado.

A interdisciplinaridade entre essa perspectiva e teorias do aprendizado, elucidadas pela Educação tem possibilitado o desenvolvimento de uma abordagem construtivista para a interpretação e apresentação da informação arqueológica. Uma abordagem construtivista, como salientado por Ballantyne (1998) e Copeland (1998), baseia-se na constante construção e reconstrução de significados pelos indivíduos através da forma como eles interagem com o mundo, negociando pensamentos, sentimentos e ações. Deste modo, um construtivista afirmaria que eventos não existem “lá fora”, mas são criados pela pessoa ao fazer a construção, as quais nós experienciamos em uma interação dinâmica de nossos sentidos, percepções, memórias de experiências prévias e processos cognitivos que formam nosso entendimento dos eventos. Os indivíduos, neste sentido criam constantemente experiências e significados que contribuem para formar uma visão pessoal do mundo. Sendo assim, as experiências individuais são evidenciadas direta ou indiretamente, e incorporam informações sobre a origem através da seleção de aspectos significantes. A seleção de informações dá-se por aspectos selecionados determinados pelos valores, atitudes e experiências. A nova informação é então adaptada, e uma construção é feita, ou a construção anterior é modificada. A partir deste ponto de vista, a aprendizagem é mais efetiva quando há uma “dissonância cognitiva”, uma construção entre o que é previamente ensinado e a nova informação, o que motiva o aprendiz a questionar e explorar conceitos e derivar suas implicações. (Copeland, 2004: 134).

Nesta perspectiva a apresentação da informação arqueológica proporcionaria o desenvolvimento do confronto entre o conhecimento previamente construído e a nova informação possibilitando assim a revisão e a construção de novos significados através da apreensão do conhecimento.

O programa de educação patrimonial desenvolvido baseou-se em uma abordagem construtivista visando proporcionar o desenvolvimento cultural humano através do contato e experiência com as evidências materiais do passado e a apresentação da informação arqueológica, oferecendo subsídios para as interpretações do sítio e as evidências arqueológicas pelo público. Copeland (2004) desenvolveu um esquema ilustrando os principais processos de uma abordagem construtivista no exame dos processos de interpretação e apresentação a partir do sítio arqueológico *in situ*, conforme pode ser observado na **Figura 7**. Na literatura de arqueologia pública interpretação e apresentação são geralmente usadas como sinônimos, embora o termo “interpretação também pode ser usado

como o significado de apresentação satisfatória para o público” (Fowler, 1977:185 *apud* Copeland, 2004:135). Na perspectiva de Copeland a interpretação e apresentação são separadas dentro de duas fases inter-relacionadas e dinâmicas. A interpretação de um sítio ou artefato é vista como uma ‘construção do especialista’ que resulta em uma apresentação, enquanto a segunda fase é a construção pública, onde a apresentação é usada para construir significados pelos visitantes e participantes. A figura demonstra que no cerne do processo de apresentação há a necessidade de promover auxílio e diálogos através da interpretação de experiências dos sistemas para o entendimento da arqueologia.

Figura 7: Construções sobre os sítios arqueológicos. Fonte: Copeland (2004).

A partir desta perspectiva o programa foi dividido em três fases contendo as seguintes ações:

- ❖ Abordagens de apresentação e interpretação pública não sistemática com durante o curso da escavação arqueológica e atividade educativa;
- ❖ “O sítio em exposição” – abordagem de apresentação e interpretação pública realizada de forma sistemática durante cinco dias;
- ❖ Oficina Preservacionista – abordagem de apresentação da informação arqueológica e responsabilidade no uso do conhecimento arqueológico (aspecto de formação de possíveis técnicos). A atividade foi desenvolvida de forma sistemática com interessados.

Ao considerar ainda, os atributos de significância inter-relacionados o programa foi voltado para dois públicos. O primeiro refere-se aos auxiliares de campo contratados para serviços gerais envolvidos nas atividades de escavação (limpeza do terreno, peneiramento e rebaixamento das camadas arqueológicas). O grupo foi constituído em sua maioria por homens²⁵, de faixas etárias variadas entre 18 e 50 anos, habitantes das mais diversas áreas do município de Guararema (rural e urbana). Interessados em relação ao trabalho na prestação de serviço informal e possuíam pouco ou nenhum conhecimento sobre arqueologia.

Cabe ressaltar ainda que a motivação para escolha deste grupo como público do programa relacionou-se com questões éticas em relação às implicações geradas pela contratação de não especialistas. Neste sentido concordamos com Brochier, Fernandes e Caldarelli (2004:4) quando enfatizam que

infelizmente são comuns ainda, certos termos utilizados para designar os auxiliares de campo, tais como “braçais” ou “peões”, que acabam por restringir sua atividade a um processo ligado ao trabalho sem reflexão, puramente técnico e mecânico. Tal atitude muitas vezes é derivada da necessidade dos arqueólogos de apenas instrumentalizar o auxiliar de campo para a melhor execução de suas tarefas, esquecendo-se, assim, que tais pessoas representam uma parcela de sujeitos sociais pertencentes à comunidade de entorno do sítio, com inerente e significativo potencial para o direcionamento de programas de valorização e educação patrimonial. Sem esta compreensão, a preparação técnica desses trabalhadores restringe-se somente ao período de execução da pesquisa e ao tipo de abordagem envolvida naquele contexto, sem a continuidade do aprendizado sob uma perspectiva patrimonial, nem o

²⁵ Trabalharam como auxiliares somente duas mulheres por um curto período.

necessário repasse de maiores conhecimentos sobre aspectos preservacionistas e conservacionistas. Mais que tudo isso: perde-se a oportunidade de contar com seu potencial interpretativo para o enriquecimento da própria pesquisa.

O segundo público escolhido foram professores e estudantes do Ensino Fundamental e Médio do Sistema público de ensino municipal – crianças e adolescentes de 11 a 19 anos (em média), em fase de formação educacional formal e cidadã, habitantes das mais diversas áreas do município de Guararema (rural e urbana), interessados nos benefícios educacionais e no desenvolvimento cultural humano que pode ser propiciado pelo sítio arqueológico em questão. Estes participaram da ação denominada “Sítio em exposição”, abordagem de apresentação e interpretação pública sistemática realizada com 24 turmas de duas escolas públicas localizadas na área urbana – envolvendo turmas de 5º e 7º séries do ensino fundamental, 1º, 2º ano do ensino médio e 3º ano do magistério.

Os dois públicos abarcados possuem interesses diferenciados em relação à pesquisa arqueológica, mas, no entanto possibilitam prover dos mesmos benefícios públicos gerados pela proposta.

3.6.1 Apresentação da informação arqueológica e interpretação pública no curso da escavação

A apresentação da informação arqueológica aos auxiliares foi estruturada em momentos diferenciados do curso da escavação a partir da complexificação das informações. Em um primeiro momento, os auxiliares foram orientados na detecção de vestígios, feições e estruturas e nas manobras de percepção, evidenciação e acompanhamento dos níveis de rebaixamento e decapagem, etc. Em um segundo momento, o repasse de informação foi realizado através de discussões orientadas, suscitadas na identificação de vestígios ou mesmo a partir de questionamentos feitos pelos auxiliares. Este se caracterizou por um processo contínuo, onde o informar, o sugerir, o instigar, o contextualizar, o ouvir (vide FREIRE, 2005) e finalmente o sensibilizar foram utilizados como manobras de estímulo a interpretação sítio.

3.6.2 O sítio em exposição

Para a constituição do “o sítio em exposição” foram elaboradas avaliações das evidências materiais intra-sítio, buscando interpretar seu significado, primeiramente para a interpretação arqueológica (científica) e posteriormente para apresentação e interpretação público conforme pode ser visto no **Quadro 12**.

Quadro 12– Roteiro da proposta do “Sítio em exposição”.

Pontos de apresentação das informações arqueológicas			
Pontos	Interpretação arqueológica	Apresentação	Estratégias de Interpretação Pública
Circuito de entrada e retorno (acesso)	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção da área de entorno do sítio, em caminho que percorre o sopé de morro, a média e alta encosta; Aspectos da área de implantação do sítio arqueológico (escolhido pelo grupo que o construiu e o habitou). 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro contato com o lugar e suas referências atuais (conhecido por uns; desconhecido por outros); ❖ Os visitantes são recepcionados pelos monitores, que os conduzem ao sítio. ❖ Os monitores são imediatamente reconhecidos pelos visitantes (pois são moradores da cidade); 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aproveitamento do acesso e suas dificuldades de subida, como elemento de discussão sobre estratégias de implantação do sítio;
1 Ponto: Recepção (anfiteatro)	<ul style="list-style-type: none"> • Área no limite do sítio arqueológico; ❖ Introdução a temática da cultura material (vestígios) e arqueologia; significados e importância dos sítios arqueológicos; ❖ orientações sobre as fragilidades dos vestígios materiais, o cuidado com as áreas de escavação, questão do lixo e das áreas de passagem e monitores; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Proporcionar o primeiro contato com os arqueólogos e com o ambiente do sítio; ❖ Criação de um ambiente receptivo, direcionado para a motivação da curiosidade e de expectativas quanto à visita ao sítio arqueológico; ❖ Motivação através de questionamento dos estudantes sobre informações do passado de Guararema, seu ambiente e habitantes iniciais; ❖ Manipulação de cultura material do passado (fragmentos cerâmicos e líticos); 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Fornecer conceitos básicos para possibilitar a interpretação; ❖ Proporcionar elementos de correlação entre o contexto histórico de ocupação do município com os pressupostos e objetivos da arqueologia; ❖ Rememorar informações obtidas anteriormente sobre evidências arqueológicas encontradas e informações arqueológicas;
2 Ponto: Apresentação do sítio e do projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Área no limite entre a área escavada e preservada do sítio; • Visibilidade espacial da área; • Contexto da pesquisa arqueológica (gestão de recursos arqueológicos no Brasil – exigências legais); 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Contexto dos estudos arqueológicos desenvolvidos no licenciamento ambiental empreendimentos; ❖ Contextos específicos e etapas do trabalho da LT Tijuco Preto – Cachoeira Paulista (ênfase nas etapas realizadas pelos arqueólogos – diagnóstico, prospecção, monitoramento, delimitação e resgate); 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Proporcionar conhecimento sobre os aspectos legais relacionados ao patrimônio arqueológico; ❖ Utilização da torre já instalada como elemento comparativo do impacto realizado que poderia ser feito no sítio arqueológico.

<p>3 Ponto: Espacialidade, Contexto e Método</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área de atividade associada a área de refugio contendo estruturas de fogueiras (duas), associadas a conjuntos cerâmicos fragmentados sobre uma estrutura; • Área de refugio (descarte) com grande quantidade de fragmentos cerâmicos e lítos esparsos por toda área, associado a manchas de solo com colorações escuras; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Foram deixadas no local as estruturas demonstrando as técnicas usadas para o quadriculamento da escavação, coleta e registro (croqui); ❖ Apresentação dos aspectos de formação dos sítios arqueológicos; ❖ Apresentação dos métodos e técnicas utilizadas pela arqueologia para evidênciação da cultura material do passado; ❖ Apresentação dos métodos e técnicas utilizadas no sítio; ❖ Apresentação da noção de contexto arqueológico; ❖ Apresentação das etapas de laboratório (curadoria e análise) e guarda do material; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Proporcionar subsídios básicos para a interpretação das evidência e áreas intra-sítio; ❖ Proporcionar de correlações entre o conhecimento escolar (disciplinas) e do senso comum, com método científico utilizado pela arqueologia; ❖ Propiciar reflexão sobre o sítio e seu significado como patrimônio cultural da população de Guararema; ❖ Instigar sobre a destinação do material arqueológico após as etapas de pesquisa;
<p>4 Ponto: “Buraco de Esteio”</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Área localizada no limite entre área de atividade e área habitacional contendo evidência de buraco de esteio; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação de outras evidências materiais, inclusive indiretas; ❖ Apresentação da técnica de escavação para verificação da evidências sobre espaços específicos no sítio e sua função; ○ Noção de área de atividade; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aproveitamento das evidências indiretas (manchas no solo) para a interpretação das estruturas de casas construídas no passado; ❖ Situar as evidências em contextos mais amplos no interior do sítio, a fim de gerar inferências mais confiáveis;
<p>5 Ponto: “Laje de argila queimada”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área contendo evidência de laje produzida com argila contendo bolotas de argila e fragmentos cerâmicos entre e sobre a estrutura (possível área de produção e queima de vasilhames cerâmicos) 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação de outras evidências materiais, inclusive indiretas; ❖ Noção de possível área de atividade comunitária no espaço do sítio; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aproveitamento da evidência para a interpretação de aspectos do conhecimento tecnológico na produção de cerâmica e no cotidiano do passado;
<p>6 Ponto: “Buracos de tatu”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área contendo evidências de bioturbações (buracos produzidos por animais ou plantas) 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação da noção de dinâmica, sistêmica de sítio arqueológico; ❖ Apresentação de evidência que podem gerar problemas interpretativos das camadas arqueológicas; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A necessidade de registro e controle das características dos solos e dos terrenos, e seu uso atual;
<p>7 Ponto: “Decapagem”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área contendo fragmentos cerâmicos expostos (em processo de escavação) associados a estrutura de combustão próxima a área de habitação; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação de uma das técnicas de escavação usadas no sítio (rebaixamento discreto e decapagem); ❖ 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Alusão às dificuldades e possibilidades expostas pela técnica de escavação; ❖ Utilização de monitores locais nas explicações e práticas realizadas in loco durante a visitação;
<p>8 Ponto: “Paisagem do sítio”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área fora do limite da escavação (encosta de maior declive voltada para o rio Paraíba) 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação dos aspectos da paisagem do entorno do sítio; ❖ Visualização do rio Paraíba do sul e sua distância do sítio 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aproveitamento dos aspectos ambientais e paisagísticos do entorno como elemento de discussão sobre estratégias de implantação do sítio;

<p>9 Ponto: “visualização”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área elevada formada por resíduo de solo retirado da área escavada; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação de outra técnica de escavação utilizada no sítio (níveis arbitrários de 10 cm, com manutenção de conjuntos para controle de nível arqueológico); ❖ Apresentação da visãoêmica do sítio; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Possibilitar uma visualizaçãoêmica da aldeia, seus habitantes, questões de gênero; atividades no interior e exterior da aldeia; antiga cobertura vegetal e a captação de recursos..
<p>10 Ponto: “conjunto cerâmico e fogueiras”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área de atividade de descarte de caça e preparação de alimentos (evidência de conjuntos cerâmicos associados a restos faunísticos (ósseo), material lítico e um conjunto de quatro estruturas de combustão); 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação de mais uma área de atividade; ❖ Apresentação de fragmentos cerâmicos com diferentes tamanhos e formas; ❖ Apresentação de evidências não localizadas em outras áreas intra-sítio. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Proporcionar a noção de aproveitamento da aldeia para realizar diferentes atividades como em suas casas (local de dormir, local de cozinhar, etc); ❖ Aproveitamento dos fragmentos para correlações entre os usos dos vasilhames e sua forma e tamanho;
<p>11 Ponto: “estrutura enterrada”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área contendo estrutura escavada associada a estrutura de combustão e camada orgânica enterrada; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação da noção de estratigrafia arqueológica; ❖ Apresentação das hipóteses da interpretação da evidência; ❖ Apresentação do tipo de sítio arqueológico denominado estrutura subterrânea e os locais onde são geralmente encontrados; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aproveitamento da evidência para suscitar a noção de ambigüidade e dúvida (incerteza) em ciência; ❖ Necessidade de correlações e verificações das evidências (afirmações empíricas) a fim de gerar inferências, interpretação e conhecimento;
<p>12 Ponto: “método de datação”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área localizada no final do acesso contendo estrutura de combustão isolada. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação do método de datação por carbono 14. ❖ Apresentação da quantidade de coletas realizadas no sítio; ❖ Apresentação da forma de coleta e cuidados necessários (contaminação); ❖ Apresentação dos laboratórios que realizam análise das amostras; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aproveitamento da evidência para aprofundar discussão dos conhecimentos sobre química, biologia e ciências obtidos em sala de aula

<p>13 Ponto: “exposição arqueológica”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área localizada em trecho já escavado no acesso inferior, utilizado como espaço de exposição; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação didática e fotográfica da evolução do processo de escavação do sítio; ❖ Apresentação na primeira mesa: materiais arqueológicos retirados do sítio e outros materiais de outros sítios, com figuras ilustrativas de como eles foram fabricados e utilizados. ❖ Apresentação na Segunda mesa: figuras mostrando as etapas da pesquisa arqueológica (escavação e laboratório) e materiais utilizados na pesquisa (desde receptor GPS até pincéis). 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aproveitamento dos artefatos expostos na primeira mesa para a reflexão do conhecimento tecnológico das sociedades indígenas em relação a matéria prima, a fabricação dos artefatos e seu uso cotidiano; ❖ Aproveitamento dos materiais e figuras da segunda mesa para o entendimento do trabalho do arqueólogo; ❖ Propiciar reflexão sobre os outros usos propiciados por objetos conhecidos do cotidiano; ❖ Propiciar reflexão sobre os conhecimentos escolares em Geografia e outros materiais e os materiais eletrônicos utilizados por arqueólogos em seu trabalho. ❖ Propiciar a noção da interrelação entre a pesquisa arqueológica e o significado da exposição de materiais culturais (como no caso de um museu municipal) ;
---	---	--	--

Foto 17 – A seta vermelha indica a área de refugo contendo fragmentos cerâmicos de diferentes dimensões, em contraponto à área indicada pela seta em preto que aponta para um conjunto de estruturas de combustão encontradas sob conjuntos cerâmicos fragmentados aparentemente no local. Estas evidências estavam localizadas na parte inferior do quadrante 4, setor A, como pode ser identificado na **Figura 3**. O local foi escolhido para sua utilização no **ponto 3** do roteiro, como pode ser visto na **Figura 8**. Para detalhe das estruturas de combustão ver **Foto 4**.

Foto 18– Manutenção de bloco com evidência de “buraco de esteio” no Setor A. Demonstração da evidência antes de sua escavação como foi exposta no **ponto 4** (vide **Figura 8**).

Foto 19– Estrutura de combustão localizada no setor A, quadrante 1, associada a pequenos conjuntos cerâmicos. As quadras próximas desta estrutura (lateral direita da imagem) foram usadas para demonstrar a técnica de escavação por decapagem, no **ponto 7**. Outras estruturas isoladas foram usadas nos **pontos 11 e 12** e conjuntos no **ponto 10** (vide Foto 5).

Figura 8: Figura mostrando o roteiro do “Sítio em Exposição” e seus respectivos pontos.

Foto 20 – Vista superior da laje de argila queima, utilizada no ponto 5 do roteiro (vide Quadro 11 e Figura 8)

Foto 21– Detalhe da estrutura de laje de argila queima.

Foto 22– Vista superior do setor B, área contendo bioturbações por buracos de tatus, em associação com fragmentos cerâmicos esparsos. Ponto de exposição 6.

Foto 23— Registro das variações estratigráficas em perfil de escavação, junto a área com estrutura de combustão no Acesso Inferior. Esta área foi usada no ponto 11 do roteiro do sítio em exposição.

Foto 24— Vista aérea do acesso superior, área contendo conjunto de fragmentos cerâmicos, associados a material lítico e ósseo, utilizado no **ponto 9**.

Para efetivação da proposta de visitação e interpretação pública procedeu-se o manejo do sítio na área intra-sítio utilizando-se das áreas escavadas sem evidências para transformação em locais de parada e acessos, delimitados por fita zebra e troncos finos (**Foto 22**). Os locais que apresentavam desnível acentuado foram minimizados pela construção de passarelas com troncos de eucalipto²⁶ Na área ainda preservada do sítio (material não escavado, em profundidade) e locais de deposição de solo retirado da área de escavação foram criados e planejados acessos através de corredores delimitados por troncos de eucalipto, locais de passagem e parada a partir da criação de uma escada de acesso (**Foto**

²⁶ Os troncos utilizados foram retirados da limpeza de faixa procedida pela empreiteira.

25, 26 e 28.). Na área do em torno do sítio foram construídos um ‘portal’ com troncos e folhas de bambu que visava impedir os estudantes de visualizar o sítio. (**Foto 27**) e também um anfiteatro contendo mancos e palco feitos com troncos de eucalipto (**Foto 29**). Foram também elaboradas e distribuídas pelo roteiro lixeiras feitas com bambu para suporte de saco de lixo (**Foto 29**)

Foto 25 – Vista do início da trilha pronta.

Foto 26 – À direita, início da trilha. À esquerda, ponte feita com troncos de eucalipto.

Foto 27 – Construção do Portal.

Foto 28 – À direita, escada de acesso arquitetada na área de refugio de solo retirada da escavação.

Foto 29 – Mini-anfiteatro, com bebedouro para os visitantes. Ao fundo portal do 'tempo', pronto com a porta aberta.

Fotos 30 – Preparação da Mini-exposição na área da barraca, fechada no lado esquerdo com folhas de bambu. Em segundo plano, ponte construída para minimizar o desnível na área escada e delimitação da trilha com fita zebreada.

Fotos 31 – Primeira mesa da Mini-exposição montada exemplares da cultura material retirada do sítio durante a escavação com aporte de figuras demonstrando o processo de produção dos artefatos, entre outros.

Fotos 32 – Segunda mesa da Mini-exposição montada com materiais usados em campo e laboratório para pesquisa e análise.

Foto 33– Placa indicando o projeto.

A atividade também contou com a entrega de material impresso tipo gibi – contando a história de uma turma que visita um sítio arqueológico. A história foi elaborada com base na proposta do realizada no Topo do Guararema, com personagens inspirados na equipe de campo (auxiliares, arqueólogos e estagiários) (vide **Figura 9 e anexo**).

Figura 9– Gibi entregue a comunidade e alunos das escolas públicas que participaram da atividade.(Texto: Equipe Scientia Consultoria. Ilustração: Sérgio da Silveira).

3.6.3 Oficina Preservacionista

A oficina de arqueologia preservacionista foi elaborada visando a complementação das informações repassadas aos auxiliares de campo durante o resgate do sítio Topo do Guararema. Esta ação não constituiu apenas uma necessidade de continuidade da transmissão de conhecimentos (balizada pela própria expectativa gerada pelos auxiliares), mas também do comprometimento da equipe com questões preventivas e conservacionistas relativas ao patrimônio arqueológico. Verifica-se que nos trabalhos de campo, ao disponibilizar informações e experiências sobre técnicas e métodos arqueológicos, surgem de imediato relações de responsabilidade entre os pesquisadores e auxiliares, já que tal aprendizado implica em diferentes formas de intervenção sobre bens culturais. No entanto, em decorrência de uma perspectiva que prioriza o enfoque técnico, raramente são repassadas noções claras sobre os direitos e deveres implícitos nesse processo de aprendizado, bem como aspectos ligados à proteção, conservação e valorização dos recursos arqueológicos. Este fato muitas vezes tem levado ao surgimento de uma atitude receosa de pesquisadores sobre a possibilidade de criar expectativas e aptidões entre os auxiliares, que se sentiriam capazes de realizar intervenções arqueológicas sem a presença de um arqueólogo autorizado. Por esse mesmo motivo, em geral, não se cogita a possibilidade de certificação dos conhecimentos e experiências de campo, negando aos auxiliares um direito que lhes é facultado. No entanto, contraditoriamente, tal atitude pode revelar-se muito mais perigosa, pois implica na fragmentação do conhecimento, já que enfatiza somente a transmissão de informações técnicas, sem a necessária conscientização sobre aspectos como: legislação, papel do IPHAN, museus e arqueólogos, importância da valorização dos recursos culturais, direitos e deveres dos cidadãos e municípios sobre os bens arqueológicos resgatados, fatores de risco ao patrimônio histórico-arqueológico, noções básicas de arqueologia e pré-história brasileira, contextualização arqueológica local e regional, tratamento laboratorial após o resgate, o que se deve ou o que não se deve fazer quando da descoberta de novos vestígios arqueológicos, etc.

Para o caso do sítio Topo do Guararema, essas e outras informações foram repassadas, utilizando-se de apresentação teórica expositiva transmitida em sala de aula emprestada de

uma escola pública²⁷ do município. Os temas foram abordados com o auxílio de recursos áudio-visuais (slides, data-show, transparências, vídeos), um kit de materiais arqueológicos distintos dos trabalhados em campo (abordando desde sítios de caçadores coletores até históricos) e a entrega de uma apostila (ver anexo). Complementarmente foram realizados exercícios em fichas padronizadas.

3.7 A experiência etnográfica

A experiência desenvolvida em um projeto de arqueologia pública envolvendo a comunidade local se assemelha a uma observação participativa do pesquisador que acaba por conhecer, entender e envolver-se com o grupo social (público) participante. Autores como CHAMBERS & SHACKEL (2004) tem discutido a arqueologia pública como antropologia aplicada no desenvolvimento de trabalhos com comunidades tradicionais e não tradicionais, mostrando de que modo arqueólogos podem participar do processo usando a arqueologia como veículo para tornar a história local relevante a grupos não tradicionais. Mais que isso o envolvimento de arqueólogos com comunidades locais marginalizadas por desigualdades econômicas e sociais proporciona a inclusão e a possibilidade de mudança na perspectiva de sua própria história. Deste modo, falar em uma etnografia da experiência do sítio Topo do Guararema significa dizer quanto nós arqueólogos não somente ensinamos, mas também aprendemos.

A escavação do Topo do Guararema foi por suas dimensões um trabalho que criou vários cenários durante seu desenvolvimento. Iniciamos com algumas perspectivas de tempo, número de pessoas envolvidas, entre outros. No entanto, a significância científica e pública do sítio rompeu barreiras estabelecidas por contratos através do diálogo entre as partes envolvidas, neste caso Cachoeira Paulista, Scientia e IPHAN. Todos com os conhecimentos que lhes competem discutiram e possibilitaram a continuidade do trabalho com devida liberação de área. Com isto, foi possível estender o trabalho por mais dois meses e meio e elucidar um dos sítios mais intrigantes para a problemática arqueológica do Vale do Paraíba. Ao mesmo tempo foi possível envolver um número elevado de pessoas da comunidade na pesquisa e criar um cotidiano na cidade. Neste sentido, com certeza ficamos conhecidos por

²⁷ Escola Estadual Dr. Roberto Feijó.

comerciantes que forneciam alimentação, água e ferramentas. Além disso, começamos a fazer parte do cotidiano da cidade, partilhar de informações, percepções e por fim dar opiniões. O momento da eleição para prefeito e vereadores foi bastante propício, principalmente por nós depararmos com denominações interioranas diferentes de nossa realidade, como: “Marcelo do Carreto”, a “Ana do Brechó”, o “Laerte do Trenzinho”. Logo, nós éramos associados diretamente à arqueologia como: pessoal da arqueologia. Na verdade poucos nos conheciam, muitos ouviram falar de nós através das pessoas da comunidade que trabalhavam conosco. Neste sentido, os auxiliares de campo foram e ainda são nossos porta-vozes não só para a comunidade de Guararema, mas por onde passarem. A partir disso, podemos concordar que ao fazer arqueologia transmitimos uma mensagem entre essas de criar “heranças²⁸” ou talvez “sentimento”. A frase “Criar um sentimento” foi utilizada durante todos os cenários que se criaram no desenrolar da escavação. Ela era usada em diferentes situações para suscitar diversos assuntos. Era usada “como palavra de ordem”, “vamos lá criar um sentido, fazer logo de determinada atividade”, vamos criar um sentimento, “vamos falar sobre algo”, e finalmente em um certo sentido “vamos criar um sentido, vamos observar, pensar, refletir”. Esta é uma pequena explanação sobre alguns dos significados expostos por pessoas que participaram do trabalho no sítio, outras provavelmente contribuiriam para apontar talvez outros significados. Somam-se a esta frase outras palavras, como: “panguar” que significa “ficar a toa”, “matar o trabalho”, ou “Gente!” que significava “hora do café e do cigarro”. Em um sítio com muitos fumantes determinar a hora apropriada para isso, pode ser muito bom para o andamento do trabalho. Além de histórias que foram contadas e recontadas “O né não é um cara, que é amigo do Egdar...”.

O período de duração da escavação proporcionou criar um cotidiano de trabalho. Neste sentido gostaria de relatar o pensamento de meu amigo Samuel, ex-auxiliar que hoje faz Geografia /USP: “Era bom acordar de manhã, a gente já acordava feliz, pensando que não iria

²⁸ Segundo Chambers (2004:10) a herança é baseada em um sistema de valor que as pessoas tem sobre seu entendimento de cultura e seu passado. É o que cada um de nós individualmente e coletivamente deseja preservar e passar para as próximas gerações. No ponto de vista do autor a herança é necessária para sustentar a identidade local e um sentido de lugar, especialmente por aquelas comunidades e locais que estão ameaçados pelas transformações da economia global. A herança, neste sentido estabelece a identidade local e autentica um sentido de lugar. A herança pode significar muitas coisas para várias pessoas, podendo envolver: paisagens, arquitetura, monumentos, artefatos, locais cerimoniais (locais de convivência social). Esta herança pode ou não ser patrimônio, assim como o patrimônio pode não ser herança.

rebocar uma parede, fazer serviço pesado. Ia encontrar os amigos, escavar um sítio. Dava gosto”.

No entanto este tipo de atividade compromete o preparo físico: “Não é pra dizer nada não Tati, mas o trabalho deixou os meninos fracos. Teve gente lá em Guararema que desandou. Não agüenta mais.”

Em cada cenário da escavação tivemos números variáveis de pessoas envolvidas. No primeiro mês 20, no segundo mês 25, no terceiro e parte do quarto 43 pessoas ao final 12 pessoas. Os números demonstram a concentração de pessoas bastante elevada em uma mesma local, escavando um sítio, muitas vezes sentada ou agachada escavando sua quadra e conversando, cantando, contando “fofocas” da cidade, debatendo política local, “fazendo piadas, brincando” e na maior parte das vezes discutindo algum aspecto da arqueologia, seja sobre as temáticas de escavação, identificação de materiais, características (processo de produção dos artefatos cerâmicos e líticos).

Este cotidiano foi partilhado do começo ao fim por algumas pessoas tanto auxiliares como estagiários e arqueólogos. Alguns ficaram poucos dias, algumas semanas, outros ficaram quatro ou quatro meses e meio. O trabalho devido ao cronograma bastante apertado teve algumas folgas aos domingos, mas em boa parte das vezes isso não foi assim, fizesse chuva ou sol. Com isso também vieram gripes que passava de um para outro, o kit de medicamentos foi muito importante nesse período. Mas há de se constatar também que acompanhamos períodos: secos e frios, frio e chuvoso, quente e seco (estiagem), quente e pouco chuvoso (chuva a noite). Esta situação favoreceu e muito, as pequenas mazelas. A de se constatar que somente um foi parar no hospital. Rapidamente restabelecido.

O clima de “amizade e harmonia” possibilitou que as pessoas demonstrassem em conversas diárias “sua visão de mundo”, “sua opinião em relação a determinados assuntos”, alguns muito suscitados: arqueologia, futebol, entre outros. A troca constante de idéias não se dava somente no trabalho, mas também fora dele. Samuel nos relatou sobre os encontros diários que eram realizados no porão de sua casa, onde discutia-se as percepções sobre o trabalho em seus vários aspectos. Em outras situações eram freqüentemente abordados por amigos, conhecidos, parentes e desconhecidos sobre aquilo que estavam fazendo? E por quê? No sentido de para que serve? Afinal, muitas pessoas não conhecem a Arqueologia ou fazem uma vaga idéia associando ao Indiana Jones, entre outras possibilidades.

Certa vez, perguntei ao Samuel: O que em geral vocês respondiam? Ele respondeu: “Depende. Depende do tempo, no começo eu falava uma coisa depois foi melhorando”.

Depois desse questionamento, ele contou uma situação ocorrida no calçadão quando Jovino (outro auxiliar) chamou-o para auxiliar na explicação a um pequeno grupo de pessoas, pois ele estava meio “atrapalhado”. Na continuidade da conversa, disse: “No final do campo já estava fácil”. O discurso estava construído ou a mensagem havia sido captada?

Essa pergunta remete a outra situação ocorrida nos primeiros dias de escavação. Durante o horário de almoço a equipe técnica havia se dividido para buscar ferramentas e outros utensílios que estavam faltando, enquanto outra parte foi providenciar o almoço para toda a equipe. Neste ínterim os auxiliares que esperavam nosso retorno receberam a visita do administrador da fazenda de reflorestamento da Suzano (área em que estávamos trabalhando), informando que eles não poderiam estar ali, pois não havia autorização. A Suzano ainda não havia recebido a indenização pela faixa de domínio da linha de transmissão da Cachoeira Paulista. E perguntou: O que vocês estão fazendo?

Samuel, que estava somente a dois dias e havia recibo somente informações bastante gerais tanto de outros auxiliares, quanto dos arqueólogos, respondeu: “Tá vendo esses palitinhos aqui, debaixo de cada um tem uma pedrinha. É isso que a gente faz, fica raspando, quando acha, os cara quase ‘goza’, tira um monte de foto e põe o palitinho. Os cara são louco de pagar trinta conto e a gente não é bobo²⁹”.

De muitas conversas, discussões que se seguiam durante o trabalho, mas ‘foco’ principal e mais valioso era o próprio sítio para todos os envolvidos. A cada dia e a cada nova exposição outras discussões se seguiam, entusiasmos aumentavam primeiramente nos especialistas, posteriormente decodificados e devidamente apresentados aos técnicos³⁰. Neste sentido, no terceiro mês, os “interessados” estavam instrumentalizados para explicitar questionamentos e realizar algumas interpretações. Eles também se sentiam a vontade para isso. Desta forma, se seguiu durante o primeiro cenário.

²⁹ O autor dessa fala considero-a imprópria, no entanto acredito que ela também demonstre muitos significados por sua naturalidade.

³⁰ Acreditamos que durante a escavação eles assumiram um papel de técnicos em arqueologia em formação.

Fotos 34 – A seta preta indica o auxiliar Francisco dando continuidade a raspagem com enxada com sorriso largo após a descoberta da lâmina de machado apontada pela em vermelho. O achado no início da escavação era motivo de destaque em a equipe “quem achou o que”.

Foto 35, 36, 37, 38, 39 e 40 – Pelas datas impressas nas imagens podem se ver diferentes momentos e paisagens da escavação do sítio. A foto 40 mostra o cão de guarda do sítio “Vacinha”³¹ – chamada desta forma por que comia muito, semelhante ao “Vacão” Leandro que comia a marmitta dele e geralmente mais 3 ou 4, de quem não estava com fome ou tinha deixa muita comida.

Foto 41, 42 , 43– As paisagens e o cotidiano de trabalho

Foto 44– Leandro e “vacinha”, após receber tratamento e ser adotada.

³¹ Quando a “Vacinha” chegou ao sítio esta com sana generalizada e muito magra. Após a autorização da coordenadora levamos, ao veterinário para tratamento e ela foi adotada pelo Leandro (Vacão).

O segundo cenário teve início na metade do mês de setembro, onde houve diminuição da equipe ocasionada pela parada no trabalho de escavação para montagem da torre e realização da ação educativa “O sítio em exposição”³².

Nesta ocasião participaram desta etapa: Laercio (coordenador), Tatiana (arqueóloga), Caetano (estagiário) e os auxiliares: Rafael, Samuel, Jaziel, Marcelo, Leandro, Luís Cláudio, Junior, Francisco, Geraldo, Jovino e Luan. Os auxiliares que participaram desta etapa foram selecionados entre um grupo maior, o critério de escolha foi o interesse demonstrado por cada um deles no transcurso da escavação. Neste sentido, gostaria de citar que até aquele momento Samuel havia lido dos livros solicitados por ele ao coordenador e a mim. Além de terem se destacado na vontade, na “ância” contínua de aprendizado algumas mais tímidas e outras mais explícitas.

O manejo do sítio foi efetuado por uma proposta conjunta da equipe onde se somaram a discussão de idéias, sobre como poderiam ser aproveitados os espaços (portal, passarela, anfiteatro, tornar aproveitável do resíduo de solo depositado) a criatividade e conhecimento técnico paisagístico e de jardinagem (aproveitamento máximo dos recursos naturais disponíveis já destinados a perda (troncos de eucalipto e bambu). Este foi um momento de grande entusiasmo e ansiedade de toda equipe de ver concretamente o resultado do uso das evidências e espaços do sítio para uma proposta educativa. Trabalhamos intensamente durante alguns dias preparando toda a proposta. Ao ver o resultado todos encheram-se de orgulho pelo bom trabalho. A etapa seguinte no entanto causa mais “medo” e ansiedade. A pergunta freqüente era: O que eles vão achar? E esta questão foi discutida em vários aspectos depois de cada apresentação e interpretação pública realizada. Em algumas discussões foi demonstrada a “revolta” por parte dos auxiliares-monitores (ou interpretes) sobre pequenos grupos de adolescentes desinteressados das turmas de 1º e 2º ano do ensino médio. Em outras foi enfatizada a participação e o interesse de turmas de 5º série por exemplo e sua “energia” para absorver e buscar informação, correlacionar e interpretar. A apresentação em vários pontos de

³² A atividade “O sítio em exposição” atendeu 24 turmas, sendo 12 da Escola Estadual Prof. Ivan Brasil e 12 da Escola Estadual Dr. Roberto Feijó. As séries escolhidas para participar da visita foram definidas a partir de diferentes faixas etárias distribuídas no ensino médio (5º, 8º e 1º ano) visando proporcionar diferentes experiências por parte dos alunos compatibilizando os conhecimentos escolares com o desenvolvimento cognitivo e o raciocínio científico. Por outro lado vislumbrou também avaliar a receptividade e o interesse de diferentes faixas etárias pelo conhecimento arqueológico. Durante a atividade, houve a preocupação de utilizar uma linguagem diferenciada para cada faixa etária e adequada ao seu conhecimento escolar.

elementos correlacionados ao conhecimento escolar propiciou uma participação intensa dessas turmas, principalmente no momento lúdico do percurso após terem sido apresentados as evidências e informações arqueológicas associadas. A música foi um instrumento muito bom para estimular a imaginação. Neste aspecto, marcou a equipe a visita da 5ª série A do Colégio Estadual Rejeite Feijó. “Esta turma, desceu do ônibus correndo, subiu o morro correndo, chegou na área de recepção (anfiteatro) em polvorosa. Após “acalmados”, beberam água, descansaram. Quando iniciamos a atividade e durante todo o roteiro, os alunos concentraram toda a energia em prestar atenção (ficaram mudos), participavam muito de forma clara, discutiam entre si. Entre esses alunos nos marcou especialmente “um japonezinho” que foi o primeiro a subir correndo e olhar tudo, super ansioso. Durante a visita ele mudou completamente, ao terminar a atividade no retorno ao ônibus, a turma liderada pelo “japonezinho” teve que ser contida na descida do morro pelo uso de um galho de árvore que delimitava a velocidade da descida pelos monitores.”

Foto 45– Chegada da 5ª série A ao portão da propriedade onde foram recepcionados pelos monitores.

Foto 46 – Acompanhamento dos monitores da turma de 5ª série A da Escola Estadual Dr. Roberto Feijó após visita ao sítio.

Fotos 47 e 48 – 9º ponto do roteiro – Momento lúdico – o refugio de solo foi utilizado como um mirante de observação da área visita nos pontos anteriores, para isso foi preciso a construção de uma escada. Para tornar mais a “visualização”, imaginação mais interessante, começávamos a estimular dizendo: Vamos tentar imaginar como era essa aldeia quando as pessoas moravam aqui (aí iniciava a música). Foram usados cantos que remetiam a vozes de homens, mulheres e crianças que buscavam estimular a pensar, como poderia ser o cotidiano daquelas pessoas naquele espaço, naquele tempo.

A criatividade empregada no roteiro fez surgir estruturas ecologicamente corretas e bem estruturadas. O portal construído alcançou o propósito de gerar curiosidade nos visitantes. Assim como o mini-anfiteatro contendo bancos semi-circulares e um palco foram muito adequados para o descanso após a subida para beber água, como para a introdução a visita, onde o tempo de permanência era entre 15 e 20 minutos.

Nesta parte foram desenvolvidas estratégias de motivação através de questionamento dos estudantes sobre informações do passado de Guararema, como: a fundação do município (período, por quem), e também sobre o período pré-colonial (meio ambiente, ocupação indígena). As perguntas foram formuladas de diferentes formas de acordo com a série atendida, deste modo as questões enumeradas abaixo correspondem a exemplificação da motivação efetuada.

Perguntas:

Vocês conhecem a história de Guararema? Quando ela foi fundada?

Será que antes da chegada dos portugueses havia alguém morando nessa região?

Quem foram esses habitantes iniciais? Onde moravam?

Como é possível saber que essas pessoas moraram aqui?

Será que eles deixaram materiais (vestígios)?

Fotos 49 e 50 – Local do início da visita à esquerda vista do portal e à direita mini-anfiteatro, durante o momento de descanso.

Após as interpelações, discussões e sínteses desenvolvidas pelos estudantes nas primeiras questões davam a base para a continuidade dos questionamentos e diálogo. Notavelmente a maioria das turmas atendidas possuíam um amplo conhecimento sobre o passado da cidade. O que a princípio surpreendeu a equipe. No entanto, posteriormente descobrimos através dos próprios alunos e monitores que o professor de História do Colégio Ivan Brasil trabalha junto à disciplina de história pré-colonial nacional e local, utilizando-se também de um pequeno kit formado por achados fortuitos de materiais arqueológicos líticos (lâminas de machado) e cerâmicos (cachimbo, fragmentos de vasilhas tupi-guarani). Após encerrada a primeira etapa da motivação, iniciava-se a segunda etapa com explicações e questionamentos referentes à cultura material e arqueologia. Nesta fase foram utilizados fragmentos de cerâmica (bordas, bases, paredes com e sem decoração) e artefatos líticos (lâminas de machado e raspadores) para estimular através da interação com objeto (cultura material) a curiosidade, a criatividade e o senso crítico. Um fato que surpreendeu a equipe foi que a maioria dos alunos de 5º série cheiravam os fragmentos cerâmicos, por outro lado, esta interação demonstrou que as crianças estavam bastante a vontade e abertas a participar da atividade proposta.

Perguntas:

O que são vestígios?

O que são vestígios materiais?

Que tipos de vestígios poderíamos encontrar?

Como seria possível estudar outras sociedades que habitaram o Brasil, no passado antigo e recente?

Alguém sabe o nome da ciência que estuda o homem através de seus vestígios materiais?

Muitas turmas, principalmente da Escola Ivan Brasil respondiam prontamente as questões.

Dava-se então continuidade questionando:

Perguntas:

E o local onde estes grupos viveram e deixaram seus vestígios, como se chama? Explicava-se, a partir deste ponto, que o local que eles passariam a visitar era um sítio arqueológico (repassa de algumas questões gerais sobre a arqueologia regional). Ao final da motivação foram realizados questionamentos visando reflexir se as crianças haviam entendido os temas introdutórios.

Perguntas:

Afinal, a arqueologia estuda ossos de dinossauros?

E ossos de capivara sobre uma fogueira antiga?

A arqueologia estuda ruínas de menos de 100 anos de idade?

A arqueologia estuda pedras lascadas e cacos de panelas ou tesouros de grandes civilizações?

Este foi o momento de maior agitação, principalmente de turmas de 5º série que discutiam entre si quando havia divergências. Os estudantes de outras séries atendidas utilizavam inclusive de elementos discutidos para justificar suas afirmações.

Ao final desta etapa, os visitantes foram comunicados sobre os cuidados que deveriam ser tomados, já que o sítio arqueológico é ‘frágil’ e os materiais estariam expostos. Deste modo, foi combinou-se: jogar o lixo (papel de bala, etc) nas lixeiras espalhadas no roteiro; caminhar nas trilhas delimitadas e atender as orientações dos monitores e principalmente não subir na torre. O que ocasionou tamanha decepção dos pequenos visitantes. Notavelmente, todos os estudantes seguiram as regras ‘combinadas’, principalmente os alunos mais ‘agitados’ antes do início das atividades.

Ao passar pelo “portal do tempo” os visitantes tinham, então, a primeira visão do sítio arqueológico, motivada por uma intensa curiosidade para saber o que havia do outro lado, como era aquela lugar. No segundo ponto era feita a apresentação do sítio (denominação, explicações sobre o projeto contexto do Licenciamento Ambiental). Aspectos da proteção de sítios arqueológicos no Brasil e o porquê da aproximação com as leis ambientais. O porquê da escavação como forma de resgate. Como este sítio foi localizado (etapas do trabalho de arqueologia de contrato e legislação - Portaria 230 IPHAN). A importância de ser realizado este trabalho. Com alunos da 5º série utilizava-se a visualização da torre (que estava a poucos metros) para explicar, O que os arqueólogos estão fazendo em Guararema (título também do gibi entregue ao final da visita).

Fotos 51 e 52 – Chegada ao segundo ponto, apresentação das informações sobre a pesquisa.

No ponto seguinte eram abordados os métodos e técnicas da Arqueologia, através da área de escavação, questionado por que foi escolhida uma determinada área para escavar e por que os arqueólogos escavam em uma área mais abrangente que o local destinado apenas aos pés da torre?

Enfatizou-se a visualização do tamanho total do sítio, indicando que parte deste ainda estava sob os pés dos visitantes. Questões básicas sobre o processo de formação do registro arqueológico. Por que o material arqueológico está enterrado? Por que os vestígios são desenterrados e inicialmente deixados (cada peça) em seu local. Neste momento, era realizada uma comparação com a realidade conhecida pelos visitantes, utilizando-se de relações entre o sítio arqueológico e uma casa imaginária, recentemente demolida.

Mostravam-se os vestígios arqueológicos (lítico e cerâmico). Como o sítio era escavado, através de “camadas de bolo”, com cuidado, para não destruir as evidências. Transmitia-se a noção de associação e contexto arqueológico ao visitante; que o arqueólogo estuda sempre o conjunto das evidências para interpretar um sítio arqueológico. Técnicas utilizadas (quadriculamento para escavação e coleta, registro das evidências por fotografia, desenho, Estação Total, etc). Para onde vai o material depois da escavação? Uma introdução sobre as atividades de laboratório, curadoria e análise, enfatizando as técnicas de reconstituição a partir de fragmentos. Outros tipos de vestígios diretos e indiretos: restos de fogueiras (estruturas), manchas no solo, carvões esparsos, etc. Assim como, o acondicionamento do acervo em uma instituição museológica. Esta questão suscitou manifestação pelos alunos quanto ao destino do material, bem como por que ele não ficaria em Guararema, causando indignação em alguns grupos.

Foto 53 e 54— 3º ponto do roteiro. Explicação sobre o conjunto de estruturas de fogueira. Turma de 8º série Escola Estadual Dr. Roberto Feijó

No quarto ponto eram enfocadas outras evidências encontradas. Noção de área de atividade. Este ponto foi explicado por um monitor. Explicação de uma evidência de “buraco de esteio” O que é? Como podemos saber que é um buraco de estaca e não uma raiz?. Estas evidências eram explicadas pelos monitores com suporte dos arqueólogos.

Foto 55 e 56– Apresentação da estrutura de “buraco de esteio” fornecida pelos monitores Leandro e Marcelo para as respectivas turmas de 8º série da Escola Estadual Dr. Roberto Feijó e Ivan Brasil.

Na sequência eram observadas outras evidências encontradas no sítio. Outra possível área de atividade, a estrutura de laje de argila queimada. Primeiramente, levantava-se o questionamento do que poderia ser aquilo. A partir das respostas, era efetuada a apresentação da interpretação do sítio a partir dos conjuntos de vestígios, suas associações e sua espacialidade. Deste modo, conduzindo os visitantes a pensarem nas demais evidências observadas anteriormente. Apresentava-se a interpretação prévia da laje de argila queimada como referente ao processo de confecção dos vasilhames cerâmicos, abordando o processo deste a coleta da matéria-prima até a queima.

Foto 57– Evidência de Laje de Argila queima, suscitando interpretações pela turma de 5º série da Escola Estadual Dr. Roberto Feijó.

No ponto seguinte apresentava mais elementos que devem ser observados pelo arqueólogo durante a escavação as evidências de bioturbações, buracos produzidos por animais ou plantas. O que são? Observação direta de buracos de tatu e raízes de eucalipto no sítio. E porque o arqueólogo deve estar atento para identificá-las. Interpretações erradas. Deslocamento de material. Noção de que o sítio arqueológico está em constante transformação.

Foto 58— Evidências de buracos de tatu.

No oitavo ponto, era exposta e demonstrada pelos monitores uma das técnicas de escavação utilizadas no sítio, a decapagem. Como se faz uma escavação por decapagem? Instrumentos usados no rebaixamento de camadas de solo e evidenciação de materiais culturais. Este ponto atraía bastante os visitantes, surgindo diversos questionamentos sobre os atrativos e as dificuldades da escavação.

Foto 59 e 60 – 7º ponto do roteiro – apresentação da técnica de escavação “decapagem” fornecida pelos monitores Jovino e Marcelo.

Na parada seguinte, os visitantes eram convidados a observar aspectos da paisagem do local de implantação do sítio, e altitude do topo em relação ao leito do rio Paraíba do Sul. Os alunos aproveitavam, este momento para tirar dúvidas e fazer outros questionamentos aos monitores e arqueólogos.

Foto 61 – Observação da paisagem do em torno do sítio pela turma de 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Prof. Ivan Brasil.

No décimo ponto era apresentada mais uma área de atividade e outras evidências, como conjuntos cerâmicos. Para demonstrar as diferenças entre tamanhos e formas de

vasilhas eram indicados os fragmentos das vasilhas, buscando estimular a percepção através da relação com a realidade de suas casas. Eram mostradas as evidências de quatro fogueiras, material cerâmico, lítico e ósseo e perguntado aos visitantes que local poderia ser aquele. Uma área de atividade de descarte de caça, por exemplo. Quais evidências estão presentes.

Foto 62, 63, 64 e 65 – Discussão sobre as características dos conjuntos de fragmentos cerâmicos e sobre as demais evidência exposta na área.

Já ao final do roteiro eram continuamente apresentadas outras evidências, desta vez, uma fogueira encontrada em um local bastante abaixo das outras estruturas e evidências, camadas estratigráficas. Neste ponto, eram explicadas duas hipóteses levantadas sobre as evidências encontradas naquele local. A partir da visualização das camadas estratigráficas, era explicada a primeira hipótese sobre a antiga superfície do terreno, no momento da ocupação

do sítio arqueológico. Perguntava-se a opinião do visitante. A segunda hipótese era explicada com base em outro tipo de sítio arqueológico encontrado no planalto de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, as estruturas subterrâneas. Explicava-se o que eram e como foram construídas; explicava-se também ao final que, para testar as duas hipóteses, era necessário escavar mais o local.

Foto 66 – 11º ponto - Apresentação de outra evidência arqueológica e o perfil estratigráficos.

Já no décimo segundo ponto era abordado o método de datação por carbono 14. Era explicitada a importância de se localizar em um sítio restos de fogueira contendo carvões preservados, explicitando didaticamente o método datação. Foram informadas a quantidade de coletas realizadas no sítio; como era feita a coleta; cuidados necessários; para que laboratórios eram enviadas as amostras.

Foto 67 – 12º ponto do roteiro. Apresentação do método de datação absoluta por carbono 14. Turma de 1º ano Escola Estadual Prof. Ivan Brasil

O último ponto constituía-se da mini-exposição, nesta as turmas eram atendidas pelos monitores, estagiários e arqueólogos. A mini-exposição possuía uma parte com fotos mostrando a evolução do processo de escavação, desde o início até aquele momento. Primeira mesa: materiais arqueológicos retirados do sítio e outros materiais de outros sítios, com figuras ilustrativas de como eles foram fabricados e utilizados. Segunda mesa: figuras mostrando as etapas da pesquisa arqueológica (escavação e laboratório) e materiais utilizados na pesquisa (desde receptor GPS até pincéis).

Fotos 68, 69, 70, 71, 72 e 73 – Apresentação da informações contidas na mini-exposição e vista da área interna e externa.

Na saída foi entregue aos visitantes o Gibi produzido pela equipe como o título “*O que os arqueólogos estão fazendo em Guararema*”. O gibi teve por objetivo ilustrar e divertir as turmas que puderam visitar o sítio arqueológico, ao mesmo tempo explicar e demonstrar às turmas que não puderam fazer a visita como é a escavação de um sítio arqueológico e os conceitos passados durante a visita, incentivando a valorização do patrimônio arqueológico local. Já que conta a história de uma turma de escola do município de Guararema que vai visitar a escavação arqueológica que está sendo realizada na cidade. Os personagens do gibi representavam (através de caricaturas) a própria equipe que participou da escavação do sítio (auxiliares de campo, estagiários e arqueólogos). O reconhecimento das pessoas no gibi tornou-o mais interessante.

Foto 74 – Entrega do gibi e agradecimento pela participação. Turma do 1º ano Escola Estadual Prof. Ivan Brasil..

Foto 75– Turma do 5º série da Escola Estadual Prof. Ivan Brasil lendo o gibi após visita ao sítio.

No último cenário criado na Oficina Preservacionista foi possível, considerando o trabalho realizado e os demais elementos como: o grau de envolvimento adquirido e os conhecimentos repassados num nível prático e teórico produzimos um certificado de participação dos auxiliares especificando as tarefas realizadas por cada um (escavação, monitoria, etc), e o tempo de permanência. A certificação emitida, encarada acima de tudo como um direito, não pretendeu em nenhum momento criar uma falsa noção de capacitação, que autorizaria o auxiliar a praticar intervenções arqueológicas de qualquer natureza, como constantemente frisado na oficina. Do contrário, permitiu asseverar e valorizar o papel dessas pessoas no processo de construção do conhecimento arqueológico de suas localidades, bem como proporcionar-lhes o reconhecimento de seu valor como sujeitos sociais co-participantes do discurso contemporâneo sobre o passado, e, portanto, bem distante da noção de trabalho braçal à qual, em geral, ficam enquadrados.

Foto 76 e 77 – Desenvolvimento de exercícios e aula expositiva.

4. ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

No desenrolar deste trabalho procuramos desenvolver reflexões sobre arqueologia pública vislumbrando seu surgimento emergente no processo de profissionalização da Arqueologia. A arqueologia pública desenvolveu-se a partir do contexto da necessidade que a comunidade arqueológica sentiu de lidar e se posicionar frente à conjuntura atual, buscando defender os interesses científicos e públicos. Neste sentido, o debate em torno das questões públicas da disciplina correlacionam ambos os interesses à medida que não conseguimos dissociá-los. As temáticas públicas de legislação, gestão, ética e educação discutidas no contexto americano e brasileiro envolvem tanto propósitos especificamente científicos como sociais. Isto significa que para atender a propósitos científicos necessitamos também comprovar sua relevância pública para a sociedade atual. Na era da informação o pragmatismo impera nas relações sociais (GONH, 2005), estabelecendo as significâncias e relevâncias para o presente. A conjuntura atual fez com que as Ciências necessitassem rever seu papel (FUNARI, 1998) rompendo com posturas antigas e revendo conceitos. É neste contexto que surgem novas tendências teóricas que voltam seus olhares para outras fontes e problemáticas. Assim somam-se novamente os interesses científicos e públicos.

O panorama da arqueologia brasileira, revistado no capítulo dois demonstrou a trajetória e o patamar atual da disciplina que em nosso ponto de vista chega a um momento bastante favorável para refletir e se posicionar frente as suas questões públicas. No transcorrer desde o período formativo da pesquisa moderna (PROUS, 1992) até a primeira década do século XXI a Arqueologia brasileira cresceu e criou a base necessária para seu *stabliment*. No entanto, neste mesmo período vem arrastando problemas reforçados pelo contexto atual da disciplina. A arqueologia pública enquanto um campo de debate e preocupada também com questões políticas e públicas (JAMESON, 2004, FUNARI, 2004) tende a contribuir neste aspecto. Neste sentido, problemas relacionados ao caráter profissional da disciplina também são de interesse público. A forma como lidamos com nosso objeto de estudo compete às

questões relacionadas com nossa ética de conservação (McGimsey, 1995). Deste modo, problemas no âmbito profissional relacionam-se diretamente com demandas éticas da disciplina tanto profissionais quanto de preservação (McGISEMY, 1972). Ao mesmo tempo em que envolvem outros subterfúgios da própria condição profissional. A existência da disciplina hoje esta diretamente voltada para demonstração dos benefícios que esta ciência proporciona para sociedade, nos aspectos científicos, educacionais, desenvolvimento econômico entre outros (LITTLE, 2002, LIPE, 2002). Mas nos parece ‘meio incoerente’ ao mesmo tempo em que necessitamos buscar espaço para beneficiar o público, este mesmo ou outros públicos exercem poder sobre as relações profissionais. Este é sem dúvida o contexto social, onde a ética é muitas vezes quebrada ou não levada em conta. Este além de ser um jogo social torna-se um jogo político, onde defender interesses demanda fortalecimento. Por sua vez, fortalecimento e organização fornecem reconhecimento e este possibilita não só defender, mas alcançar interesses (JELKS, 1995). A arqueologia pública é um campo político por que se preocupa com os aspectos políticos nos quais está envolvida a disciplina. Questões políticas internas, neste sentido são de interesse tanto profissional quanto público por que competem a ética e esta correlaciona-se a proteção dos recursos arqueológicos.

Deste modo, queremos dizer que é seja chegada a hora da arqueologia brasileira não mais crescer, mas se fortalecer. A Sociedade de Arqueologia Brasileira vêm trabalhando com este objetivo desde o final da década de 1970 e através de seus congressos demonstrando sua contribuição como sociedade científica. O *stablishment* da disciplina já explicitou a dificuldade de se misturar especificidades profissionais com científicas. É seja chegada à hora da arqueologia pública no Brasil voltar-se para discutir os problemas profissionais da disciplina e irradiar esta proposta para toda comunidade arqueológica. A SAB como a sociedade que congrega a maioria desses profissionais poderia fomentar este debate. A Arqueologia Brasileira precisa se fortalecer através de uma organização profissional para que consigamos a tão almejada regulamentação profissional. Estabelecer caminhos e possibilidades dentro do quadro da arqueologia hoje para que favoreçamos a classe e isso se reflita na ciência e na sociedade. Os arqueólogos enquanto profissionais isolados não possuem força no diálogo com a sociedade, nem muitas vezes as condições necessárias para tal. O reconhecimento da significância científica pela sociedade depende da visibilidade e o desenvolvimento de um nível de excelência nas pesquisas que por sua vez se ampara, sem dúvida, no estabelecimento de princípios éticos para o arqueólogo profissional no Brasil tanto

nos aspectos conservacionistas quanto profissionais (científicos). Entretanto, este também deve ser cobrado e exercido por toda comunidade arqueológica que é formada por: arqueólogos autônomos, professores universitários, consultores científicos, técnicos em arqueologia, estudantes de pós-graduação, servidores de órgãos federais, estaduais e municipais e donos de empresas de consultoria. Cada um desses grupos possui seus próprios interesses, mas deve defender os interesses comuns ligados a ciência arqueológica o que nos constituem enquanto classe. A classe deve se fortalecer com o intuito de que a Arqueologia Brasileira alcance o reconhecimento necessário e ocupe seu espaço. Disso depende o futuro da Arqueologia. Para que seja um arqueólogo que avalie nossos projetos de pesquisa no órgão federal, para que minimizemos a destruição dos sítios arqueológicos e não percamos a informação valiosa gerada sobre o passado. Para que possamos usá-las e gerar realmente benefícios para a sociedade, valorizando identidades locais, promovendo o desenvolvimento cultural humano, possibilitando que “se crie sentimento”.

Nossa trajetória neste trabalho nos possibilitou reflexões, comparações, identificando caminhos e exemplos de tornar tanto a Arqueologia pública quanto publicamente significativa e tudo isso, com certeza, depende de nós, arqueólogos. É preciso que olhemos para a arqueologia e consigamos “Criar um sentimento”.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ADDYMAN, P. Reconstruction as interpretation: the example of the Jorvik Viking Centre, York. IN: GATHERCOLE, p. & LOWENTHAL (eds). **The Politics of the Past**. London: Routledge, 1994.
- AFONSO, M. C. O ensino de pré-história no curso superior: a experiência na Universidade de São Paulo. TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro:UFRJ/MN, 1994.p. 27 – 30.
- AGOSTINI, C. - **Cachimbo de escravos e a reconstrução das identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX**. Monografia de Bacharelado, Faculdade de Arqueologia, UNESA, Rio de Janeiro, 1997.
- ALENCAR, José A. Mesmices e novidades: identidades, diversidades. IN: CALABRE, Lia & LOPES, H. Antonio (org). **Diversidade Cultural Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2005.
- ALMEIDA, A. - O aldeamento dos índios Purus. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, I (XI), 1935: 57-61.
- ALMEIDA, F. F. M. de - Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, DNPM/DGM, **Relatório Anual do Diretor**, 1958: 90—91.
- ALMEIDA, M. O Australopiteco Corcunda: as crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola. São Paulo. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.
- ALMEIDA, M. O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública. **Revista Habitus**. Goiânia, v. 1, n. 2. jul/dez. 2003. p.275 – 295..
- ALVARES, R. de Cássia. Arqueólogos do Contemporâneo: uma experiência alternativa. IN: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. , p. 131-143, 1991.

- ANDRADE, A.L. Técnicas construtivas e sistemas estruturais no Vale do Paraíba. **Arquitetura**, 19, 1978.
- ANDRADE, M. Calçada do Lorena: o primeiro caminho para o mar. **Memória** (Eletropaulo), 3 (7), 1990: 17-26.
- ANDREATTA, M. D. & CHERMANN. Evidências arqueológicas da região da Serra de Itapety, Mogi das Cruzes, São Paulo. In: **Resumos do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, R 146, 1997b.
- ANDREATTA, M. D. & CHERMANN. Sítio arqueológico histórico Capela de Santo Alberto: escavação, reconstrução, restauro. In: **Resumos do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, R 145, 1997a.
- ANDREATTA, M. D. Serra do Itapety. **América**, Revista da FAU-UBC, 1993: 20-25.
- AVÉ-LALLEMENT, R. - **Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980.
- AZEVEDO, A. de - Aldeias e aldeamentos de índios. **Boletim Paulista de Geografia**, 33, 1959.
- BALLANTYNE, R. Interpreting 'visions'. Addressing environmental education goals through interpretation. IN: UZZEL & BALLANTYNE. (eds) **Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation**. London: Satationey Office. 1998.
- BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista Usp. Dossiê antes de Cabral Arqueologia Brasileira I**. São Paulo, n. 1, p. 23-51, (dez,jan, fev), 1999-2000.
- BASTOS, R. & TEIXEIRA, **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: IPHAN, 2005.
- BASTOS, R. Preservação Arqueológica em Santa Catarina Tendências Contemporâneas e o IPHAN. **Revista do CEPA**. Santa Cruz, v.23, n. 29. p. 103- 153, jan/jun.1999.
- BIRT, P. "The Burra": Archaeology in a small community in South Australia. CHAMBERS, E. & SHACKEL, P. **Places in mind: public archaeology as applied anthrhropology**. New York. Routledge. 2004.
- BORNAL, W. G. Sítio Light:Reconhecimento Arqueológico – **Relatório Final**. Jacareí, 2002.

- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOWER, M. Marketing Nostalgia: na exploration of heritage management and its relation to human consciousness. IN: COOPER, A, FIRTH, J. & WHEATLEY, D. (eds). **Managing Archaeology**. London: Routledge, 1995.
- BRANCANTE, E.F. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo, Cia. Lithographica Ypiranga, 1981.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BROCHIER, L.L. Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense. 2004. 165f. **Dissertação Mestrado**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004
- BRUNO & VASCONCELLOS. A Proposta Educativa do Museu de Pré-história. **Revista de Pré-História**. São Paulo, v. 7. 1989.
- BRUNO, E.S. - **Viagem ao País dos Paulistas**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.
- BRUNO, M. A importância dos processos museológicos para a preservação. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, Suplemento 3, 1999.
- BRUNO, M. C, GUEDES, S. P. L de C, AFONSO, M. C & ALVES, M. C. Um olhar museológico para arqueologia: a exposição Pré-História Regional de Joinville. IN: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. n. 1, p. 113-129, 1991.
- BRUNO, M. C. A pré-história nos museus: uma contribuição à educação. TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 1994. p. 8 – 13.
- CALDARELLI S.B. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.3, p. 347-369, 1999. Suplemento.
- CALDARELLI, S. & BRUNO, M. C. Arqueologia e Museologia: experiência de um trabalho integrado. Pesquisas e exposições Instituto de Pré-história da USP. **Revista de Pré-história**. Instituto de Pré-História da Usp, vol. 4, n. 4. 1982.

- CALDARELLI, S. B. & SANTOS, M. Arqueologia de contrato no Brasil. IN: **Revista Usp. Dossiê antes de Cabral Arqueologia Brasileira I**. São Paulo, n. 1, p. 23-51, (dez,jan, fev), 1999-2000.
- CALDARELLI, S. B. (org.). **Projeto de salvamento do patrimônio arqueológico da faixa de domínio da Rodovia Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, São Paulo – Relatório Final**. Santos, DERSA/IPARQ/SCIENTIA, 2002. 2 vol.
- CALDARELLI, S. B. Arqueologia como profissão. IN: **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, agosto. 1997 (cd-rom).
- CALDARELLI, S.B. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista – SP-070 – Rodovia Carvalho Pinto**. São Paulo, DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A., 2003.
- CALDARELLI, S.B. Caminhos de penetração na Capitania de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, 31, 1981.
- CALDARELLI, S.B. **Diagnóstico Arqueológico Projeto UPGR – Gasoduto São José dos Campos-Mauá; Ampliação da Petroquímica União, município de Mauá; Ampliação da Polietilenos União, município de Santo André, SP**. São Paulo, SCIENTIA, 2005a.
- CALDARELLI, S.B. **Projeto: Resgate do Sítio Arqueológico Topo do Guararema, Município de Guararema, SP**. São Paulo, Scientia Consultoria Científica, 2004.
- CALDERÓN, V, JÁCOME, Y & SOARES, I. **Relatório do Projeto de Salvamento Arqueológico**. Convênio Chesf/A. A.PH.BA, Salvador, 1977.
- CAMARGO, C. e CAMARGO, V. - Arqueologia do Vale do Paraíba – escavações arqueológicas em Aparecida. **Cadernos Culturais do Vale do Paraíba**, 5. Caçapava, 1990.
- CARDIM, F. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil**. São Paulo, Nacional/MEC, 1954.
- CARTA DE GOIÂNIA: Posição dos arqueólogos brasileiros frente à política do Patrimônio Arqueológico Nacional. **III Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB**. Goiânia: IGPA/UCG, 1985.
- CARVALHO, Isabel C. de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASAL, A. de - **Corografia Brasílica**. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP, 1975.
- CHAMBERS, E. Archaeology, Heritage, and Public Endeavor. CHAMBERS, E. & SHACKEL, P. **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. New York. Routledge. 2004.

- CHMYZ, Igor (coord). Projeto Arqueológico Itaipu: **Primeiro relatório** das pesquisas realizadas na área de Itaipu. Convênio Itaipu-IPHAN, Curitiba, 1976.
- CHMYZ, Igor (coord). Projeto Arqueológico Itaipu: **Quarto relatório** das pesquisas realizadas na área de Itaipu. Convênio Itaipu-IPHAN, Curitiba, 1979.
- CHMYZ, Igor (coord). Projeto Arqueológico Itaipu: **Segundo relatório** das pesquisas realizadas na área de Itaipu. Convênio Itaipu-IPHAN, Curitiba, 1977.
- CHMYZ, Igor (coord). Projeto Arqueológico Itaipu: **Terceiro relatório** das pesquisas realizadas na área de Itaipu. Convênio Itaipu-IPHAN, Curitiba, 1978.
- CHMYZ, Igor. As realidades sociais e políticas da arqueologia de salvamento no Brasil. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, v. 5, p. 01-16, 1986.
- CHMYZ, Igor. Editorial. **Cadernos de Arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes Populares, UFPR, Paranaguá, 1(1):3-6, 1976.
- CHMYZ, Igor. José Loureiro Fernandes e a Arqueologia Brasileira. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, v. 10, p. 43-105, 2006.
- COPELAND, T. Constructing history: all our yesterdays. IN: LITTLEDYKE, & HUXFORD (eds). **Teaching the Primary Curriculum for Constructive Learning**. London: David Fulton.1998.
- COPELAND, T. Presenting archaeology to the public: constructing insights on-site. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 132 – 144.
- CUSTÓDIO H. B.. Normas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro em face da Constituição Federal e das normas ambientais. In: CALDARELLI, S. B. (org.) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 91-94.
- DAVIS, Hester. Comunicação pessoal. s/d. IN: FROST, K. E. S. Archaeology and public education in North American: view from the beginning of the millennium. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 59 – 84.
- DIAS, Jr., O.F. - A Cerâmica neo-brasileira. **Arqueo-IAB, Textos Avulsos**. Rio de Janeiro, IAB, 1, 1988:3-13.
- DIAS, O. Experiência pessoal no ensino de pré-história e arqueologia no terceiro grau. TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro:UFRJ/MN, 1994.p. 35 – 37.

- FAGAN, B. Strategies for Change in Teaching and Learning. **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.
- FAULKNER, N. Archaeology from below. **Public Archaeology**, 2000 (1): 21-33.
- FOWLER, D. D. Cultural Resources Management. **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 5, p. 1-50, 1982.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 31^a. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2005.
- FROST, K. E. S. Archaeology and public education in North American: view from the beginning of the millennium. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 59 – 84.
- FUNARI, P. P & ROBRAHN-GONZÁLEZ. Editorial. **Revista Arqueologia Pública**. São Paulo, nº 1, p.1, 2006.
- FUNARI, P. P. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: P.P.A. FUNARI, P. P. (org.) **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998. p.07-34.
- FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.
- FUNARI, P. P. Public archaeology in Brazil. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 202 – 210.
- FUNARI, P.P. Como se tornar arqueólogo no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p.74-85, dezembro/fevereiro, 1999-2000.
- FUNARI, P.P. Os Desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil IN: **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, n. 41, pp. 23-32. 2001b.
- FUNARI, P.P. Public archaeology from a Latin American perspective. In: **Public Archaeology** 1, 4, pp. 239-243. American Anthropological Association. 2001a.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Editora Autores Associados: Cortez Editora, 1983.
- GEETZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIESBRECHT, R.M. - www.estacoesferroviarias.com.br, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GONÇALVES, José R. S. **A retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1996.

- GONÇALVES, José R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, R. & CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GONZÁLEZ, E. M. R. e ZANETTINI, P. E. **Jacareí às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no Sítio Santa Marina**. Jacareí, Mênaco Siani/Prefeitura Municipal/Fundação Cultural de Jacareí, 1999.
- GOULDING, C. Interpretation and presentation. IN: LESAK, A & YEOMAN, I (eds). **Heritage Visitor Attractions: an Operations Management Perspective**. London: Cassell, 1999.
- HALL, Stuart. **Identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARRIS, L. Underwater Heritage and the diving Community. IN: LITTE, B (org). **Public Benefits of Archaeology**. University Press of Florida. 2002.
- HAYASHI, Marli G. Paulo Duarte, um Dom Quixote Brasileiro. **Tese de doutorado**. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HERSCHER, Ellen. & McMANAMON, Francis. Public Education and Outreach: the obligation to Educate. . IN: LYNOTT, M. J. & WYLIE, Alison. **Ethics in American Archaeology: challenges for the 1990s**. Society for American Archaeology. 1995. p. 42 – 44.
- HIRATA, E. DEMARTINI, C, PEIXOTO, D. & ELAZARI, J. Arqueologia, Educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento. **Dédalo**, vol. 27, p. 11 – 46, 1989.
- HODDER, Ian. **Theory and practice in archaeology**. London; New York : Routledge, 1996.
- HOLANDA, S. B. de - Caminhos do Sertão. **Revista de História**, USP, 15 (57), 1964: 69-11.
- HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.
- IBGE - **Enciclopédia dois Municípios Brasileiros**, vol. X, XVIII e XXIX. Rio de Janeiro, IBGE, 1957.

- JAMESON, J. H. Jr . Introduction: What this book is about. IN: JAMESON, J. H. Jr (ed). **Presenting Archaeology to the public: digging for truths**. London: Altamira Press, 1997. p. 11 – 20.
- JAMESON, J. H. Jr. Public archaeology in the United States. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 21 – 58.
- JELKS, E. B. Professionalism and the Society of Professional Archeologists. IN: LYNOTT, M. J. & WYLIE, Alison. **Ethics in American Archaeology: challenges for the 1990s**. Society for American Archaeology. 1995. p. 14 – 17.
- JULIANI, L.C.O. – Condicionantes Ambientais da Ocupação Rural Histórica do Vale do Paraíba. In: DERSA, IPARQ-UNISANTOS, SCIENTIA – Projeto de Salvamento do Patrimônio Arqueológico da Faixa de Domínio da Rodovia Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, São Paulo, **Relatório Final**, vol. II. Santos, 2002.
- JULIANI, L.J.C.O. Avaliação de impactos ambientais de empreendimentos urbanísticos e medidas mitigadoras aplicáveis. In: Caldarelli, S. B. (org.) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 71-79.
- JULIANI, L.J.C.O. Gestão Arqueológica em Metrópoles: uma Proposta para São Paulo. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- KAMIDE, E.H.M. (Org.) - **Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968-1998**. São Paulo, IOE, 1998.
- KASHIMOTO E. M. O uso de variáveis ambientais na detecção e resgate de bens pré-históricos em áreas arqueologicamente pouco conhecidas. In: Caldarelli, S. B. (org.) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 91-94.
- KERSTEN, Márcia S. de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História: bens tombados no Paraná 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.
- KING, Thomas F. **Cultural Resource Laws & Practice: An Introductory Guide**. London: Altamira Press, 1998.
- KING, T. - It's an Adverse Effect to Destroy an Archaeological Site! **SAA Bulletin**, 1(January); 3 (March), 2000.

- KINTIGH, K. W. - The effectiveness of subsurface testing: a simulation approach. **American Antiquity**, 53(4), 1988:686-707.
- KIPNIS, R. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. In: CALDARELLI, S. B. (org.) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 34-40.
- KNIVET, A. - Notável viagem que, no ano de 1851 e seguintes fez Antonio Knivet da Inglasterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 41, 1878.
- KRAKKER, J. J., M. J. SHOTT & P. D. WELCH. Design and evaluation of shovel - test sampling in regional archaeological survey. **Journal of Field Archaeology**, 10, 1983:469-480.
- KRASS, C. What Is the Archaeology Curriculum? **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.
- LAGENBUCH, J.R. - **A estruturação da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.
- LAKATOS, M & MARCONI, M de Andrade. Metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LEONE, M. P., POTTER, Jr & SHACKEL, P. Toward a critical archaeology. *Current Anthropology*, vol. 28, nº 3, p. 251 – 302. 1987.
- LERY, J. de - **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo, Martins, 1972.
- LIGHTFOOT, K. G. Regional Survey in the Eastern United States: the strengths and weakness of implementing subsurface testing programs. **American Antiquity**, 5 (13), 1986: 484-504.
- LIMA, T. Patrimônio Arqueológico: ideologia e poder. **Revista de Arqueologia**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 19-27, 1988.
- LIPE, W. A. & LINDSAY, Jr. (ed). Proceedings of the 1974 Cultural Resource Management Conference, Federal Center, Denver, Colorado. **Museum of Northern Arizona**, Technical Series, nº 14, 1974.
- LIPE, W. A. A conservation model for American archaeology. **The Kiva**. Nº 39, p. 213 – 245, 1974.

- LIPE, W. Archaeological Education and Renewing American Archaeology. IN: BENDER & SMITH (org) **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.
- LIPE, W. Public Benefits of Archaeological Research. IN: LITTE, B (org). **Public Benefits of Archaeology**. University Press of Florida. 2002. 21-28.
- LITTE, B. Archaeology as a Shared Vision. IN: LITTE, B (org). **Public Benefits of Archaeology**. University Press of Florida. 2002. 3-19.
- LOWIE, R. H. - The indians of eastern Brazil. **Handbook of South American Indians**, 1. Washington, Smithsonian Institution, 1946.
- LUTUFO, C. A prática pedagógica da arqueologia no ensino de 1º, 2º e 3º graus: o desafio da preservação do patrimônio cultural do Brasil. TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 1994, p. 38 – 47.
- LUTUFO, C. A. Arqueologia e Educação: uma experiência com turmas de segundo grau de colégios da rede particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro. **Dédalo**, pub. Avulsa, vol. 1, p. 93 – 97, 1989.
- MACDAVID. From “Traditional” Archaeology to Public Archaeology to Community Action. IN: CHAMBERS, E. & SHACKEL, P. **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. New York. Routledge. 2004.
- MACDONALD, S. **Behind the Scenes at the Science Museum**. Oxford: Berg, 2002.
- MAGALHÃES, B. de - **Expansão territorial do Brasil colonial**. São Paulo, Nacional, 1978.
- MAIA, T & HOLLANDA, S. B. de - **Vale do Paraíba, Velhas Fazendas**. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1975.
- MAIA, T. & TOM - **O Vale Paulista do Rio Paraíba – Guia Cultural**. Vale Livros. Aparecida/SP, 2000.
- MARANCA, S. Salvamento em sítios arqueológicos do Estado de São Paulo – Projeto Ilha Solteira. **Coleção Museu Paulista**, série Ensaios, vol, 2 nº 1, p. 71- 93, 1978.
- MARQUES, D. C. Museu e Educação: reflexões acerca de uma metodologia. IN: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. 4 , p. 203-206, 1994.
- MAWE, J. - **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1978.

- McGIMSEY III, C & DAVIS, H. The Old Oder Changeth; Or, Now That Archaeology is in the Depp End of the Pool, Let's Not Just Tread Water. **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.
- McGIMSEY III, C., LIPE, B. & SEIFERT, D. SAA, SHA, SOPA, AIA Discuss Register of Professional Archaeologists. **Bulletin SAA**. 13 (3). 1995.
- McGIMSEY, C. III. **Public Archaeology**. New York : Seminar Press, 1972.
- McMANAMON, F. Heritage, History, and Archaeological Educators. IN:LITTE, B (org). **Public Benefits of Archaeology**. University Press of Florida. 2002. 31-45.
- McMANAMON, F. P. Discovering sites unseen. **Advances in Archaeological Method and Theory**, 7, 1984:223-292.
- McMANAMON, F. Professional Education and Training for Public Service Archaeology. **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.
- MEIGHAN, C. W. **Archaeology for money**. California: Wormwood Press, 1986.
- MELLO, P. J. C. Levantamento arqueológico para fins de diagnóstico de bens pré-históricos, em áreas de implantação de empreendimentos hidrelétricos. In: Caldarelli, S. B. (org.) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 17-21.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 20, 1984.
- MERRIMAN, Nick . Introduction: diversity and dissonance in public archaeology. IN: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 01 – 17.
- MÉTRAUX, A. - The Puri-Coroado linguistic family. **Handbook of South American Indians**. Washinton, Smithsonian Institution, 1946.
- MILLER, J. The Government Sector: Reforming the Archaeology Curriculum to Respond to New Contexts of Employment. **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.
- MKR/COMGAS – SDGN Interligação Jacareí-Guararema– Relatório Ambiental para Solicitação de LI. São Paulo, MKR, 2005.
- MOE, Jeanne M. Project Archaeology: putting the Intrigue of the Past in Public Education. IN:LITTE, B (org). **Public Benefits of Archaeology**. University Press of Florida. 2002. 176-192.

- MONTEIRO, J. M. - **Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- MORALES, W. F. - **A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII**. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2000.
- MORATTO, Michael J. & KELLY, Roger E. - Optimizing strategies for evaluating archaeological significance. **Advances in Archaeological Method and Theory**, 1: 1-30, 1978.
- MOYER, T. “To have and enjoy the liberty of conscience”: community-responsive Museum outreach education at the Bowne House. IN: CHAMBERS, E. & SHACKEL, P. **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. New York. Routledge. 2004.
- MÜLLER, N. L. - Apontamentos sobre o “habitat” rural no vale do Paraíba (Estado de S. Paulo). **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, 10 (1), 1958: 183-220.
- MULLINS, P. African-American Heritage in a Multicultural Community: an Archaeology of race, culture, and consumption. CHAMBERS, E. & SHACKEL, P. **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. New York. Routledge. 2004.
- NANCE, J. D. & B. F. BALL - A shot in the dark: Shott's comments on Nance and Ball. **American Antiquity**, 54(2) 1989:405-412.
- NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. IN: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: Mec:MARI: UNESCO, 2004. p. 171 – 192.
- NIMUENDAJU, C. - **Mapa Etnohistórico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
- NOGUEIRA, M^a Alice & NOGUEIRA, Cláudio M. M. *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA, J. E. Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania. **Ciudad Virtual de Antropologia y Arqueologia, 2002**. Disponível em <http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/jorgeeremites.htm> acesso em: 02 de novembro de 2002.
- OLIVEIRA, M.S.C. **Os Sambaquis da Planície Costeira de Joinville, Litoral Norte de Santa Catarina: Geologia, Paleogeografia e Conservação In Situ..** Dissertação

- (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. 310 p.
- ORTIZ, J.B. - **São Francisco das Chagas de Taubaté**, vol. 1 e 2, 1988.
- PARDI, Maria Lucia F. Gestão do patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação. **Dissertação de mestrado**. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2002
- PASIN, J. L. - **Algumas notas para a História do Vale do Paraíba**. Vale Livros, 1996.
- PATTERSON, T. C. Algunas tendencias teóricas de la pos-guerra en la Arqueologia estadounidense. **Boletín de Antropología Americana**, nº21, p. 5 -23, 1990.
- PETRONE, P. - **Aldeamentos paulistas**. São Paulo, EDUSP, 1995.
- PETRONE, Pasquale - **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo, EDUSP, 1995.
- PINTO, A.A. - **História da Viação Pública em São Paulo**. São Paulo, 1903.
- PLOG, F. Cultural Resouce Management and The “New Archaeology”. IN: REDMAN, C.L. et al. (ed.). **Social Archaeology**. Academic Press, 1978.
- POHL, A. Patrimônio Cultural e Representações. IN: MILDRE, S. (org). **Educação Patrimonial: perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.
- POKOTYLO & GUPPY. Public opinion and archaeological heritage: views from outside the profession. **American Antiquity**. Washington, v. 63, n. 3. 1999. p. 400-416.
- POTTER, P. B. Jr. The Archaeological sit as an Interpretive Environment. IN: JAMESON, J. H. Jr (ed). **Presenting Archaeology to the public: digging for truths**. London: Altamira Press, 1997. p. 35 – 44.
- PRAETZELLIS, A. Neat Stuff and Good Stories: Interpreting Historical Archaeology in Two Local Communities. IN: LITTLE, B (org). **Public Benefits of Archaeology**. University Press of Florida. 2002.
- PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Unb, 1992.
- PRYOR, F. Look what we’ve found: a case study in public archaeology. **Antiquity**, nº 63, p. 51 -61, 1989.
- PYBURN & CRESSEY. Community Relations: What the Practicing Archaeologist Needs to know to work effectively with local and/or descendant. **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.

- REIS, P. P. dos. **O Indígena do Vale do Paraíba**. Coleção Paulística, 16. São Paulo, Governo do Estado, 1979.
- RENFREW, Colin & BAHN, P. **Arqueología : teorías, métodos y prácticas**. Torrejón de Ardoz (Madrid): Akal, 1993.
- RIBEIRO, Wagner. Em busca da qualidade de vida. PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 400-417.
- ROHR, Pe. J. A. A pesquisa arqueológicas no Estado de Santa Catarina. **Dédalo**, nº17/18, p. 49-65, 1973.
- ROHR, Pe. J. A. O sítio arqueológico da Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú. **Anais do Museu de Antropologia**, vol, 17, p. 5-76, 1984.
- ROHR, Pe. J. A. O sítio arqueológico do Pântano do Sul: SC-F-10. **Governo do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 1977.
- ROHR, Pe. J. A. Os sítios arqueológicos do Vale do Rio D’uma – escavações de salvamento no Sambaqui da Balsinha I – Imbituba – SC. **Revista Paulista de Arqueologia**, vol. 2, nº 2. São Paulo, Instituto Paulista de Arqueologia, 1983.
- ROHR, Pe. J. A. Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina: I – exploração sistemática do Sítio da Praia da Tapera. II – os sítios arqueológicos do município de Itapiranga. **Pesquisas, Antropologia**, nº 15, 1966.
- RÚSSIO, Waldissa. Cultura, patrimônio e preservação: Texto III. IN: ARANTES, A. A. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: brasiliense, 1984.
- SAMPAIO, T. - São Paulo no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 1900-1901, 6, 1902: 159-205.
- SANTOS, M. do C. M. M. dos. A problemática do levantamento arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo, FFLCH-USP, 2001.
- SCATAMACCHIA, M. C, CERA VOLO, S, DEMARTINI, M. C. a “Caverna do ódio”: um exemplo de utilização social do sítio arqueológico. IN: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, nº 2, p. 115-121, 1992.
- SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**, 1958: 18.
- SCHEUER, Herta L.- **Estudo da Cerâmica Popular do Estado de São Paulo**. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Cultura, 1976.

- SCHIFFER, M. & GUMMERMAN, D. (ed.). **Conservation Archaeology**. New York: Academic Press, 1977.
- SCHMITZ, P. I. Conteúdos de pré-história brasileira para 1º, 2º e 3º graus. TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 1994.p. 21 – 24.
- SCHMITZ, P. I. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. **Revista de Arqueologia**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 11-18, 1988.
- SCHULDENREIN & ALTSCHUL. Archaeological Education and Private Sector Employment. **Teaching Archaeology in the Twenty-first century**. Society for American Archaeology. Washington. 2002.
- SCIENTIA - **Avaliação Arqueológica da área do Aterro Sanitário de Caçapava, São Paulo – Relatório Técnico**. São Paulo, 2002.
- SCIENTIA - **Projeto: Prospeção arqueológica na área de intervenção do SDGN Interligação Guararema-Jacareí, SP**. São Paulo, SCIENTIA, 2005b.
- SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Projeto Resgate do Sítio Topo do Guararema, Município de Guararema, SP**. São Paulo, 2004.
- SERRA, Olympio. Questões de identidade cultural. IN: ARANTES, A. A. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: brasiliense, 1984.
- SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Introdução: Educação e Diversidade. IN: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: Mec:MARI: UNESCO, 2004. p. 15 – 23.
- SILVA, João Augusto. Guararema Histórico. Prefeitura Municipal de Guararema. P. 1-2. s/d. Disponível em <http://www.guararema.sp.gov.br/home/historia.asp>. Acesso em 9 novembro de 2007.
- SILVA, R.de A. - São Paulo nos tempos coloniais. **Revista de História**, 6, 21 e 22, 1955.
- SIQUEIRA, A. S. A experiência de ensino da pré-história no 1º grau em Belo Horizonte . TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 1994.p. 25 – 26.

- SOUZA, Alfredo M. de. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas**. Instituto Anchieta de Pesquisas. Série Antropologia, n. 46. 1991. 11-136.
- SOUZA, S. M. & SALLES, A. D. Conteúdo de pré-história no ensino do terceiro grau: um desafio também na área biomédica. TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro:UFRJ/MN, 1994.p. 31 – 34.
- SPRIGGS, M. Another way of telling: Marxist perspectives. IN: SPRIGGS, M.(ed) Marxist perspectives in Archaeology. Cambridge, Cambridge University Press, p. 1 – 9. 1983.
- STONE, Peter G. & MACKENZIE, Robert (eds). The excluded past : archaeology in education. London; New York : Routledge, 1994.
- STONE, Peter G. Presenting the Past: a framework for discussion. IN: JAMESON, J. H. Jr (ed). **Presenting Archaeology to the public:digging for truths**. London: Altamira Press, 1997. p. 23 – 34.
- TAMANINI, E. Museu, arqueologia e poder público: um olhar necessário. In: P.P.A. Funari (org.) **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998. p.179-220.
- TAMANINI, E. Museu, Educação e Arqueologia: prospecções entre teoria e prática. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.3, p. 339-345, 1999. Suplemento.
- TOMIYAMA, F.H.T.- **Sítio Taboão – arqueologia histórica do Vale do Parateí – Mogi das Cruzes, SP**. S.Paulo, Dissertação de Mestrado, USP/FFLCH/MAE, 2002.
- TRIGGER, B. G. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**.São Paulo: Odysseus, 2004.
- VASCONCELOS, C. de Mello. A pré-história brasileira no livro didático. TENÓRIO, M. C & FRANCO, T. C. **Seminário para Implantação da Temática de Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro:UFRJ/MN, 1994.p. 14 – 20.
- WALDMAN, Maurício. Natureza e Sociedade como espaço da Cidadania. PINSKY, Jaime & PINSKY,Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 545-561.
- WILDESEN, L. E. Cultural Resource Management: a personal view. **Practicing Anthropology** 2, vol. 2, nº 10, p. 22-23, 1980.

- WILLEY, G r. & SABLOFF, J. **A History of American Archaeology**. 3 ed. New York: W. H. Freeman and Company. 1993.
- ZALUAR, A.E. - **Peregrinação pela Província de São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975.
- ZAMORA, Oscar M. Fonseca. A Arqueologia como História. **Dédalo**. São Paulo, nº 28, p. 39 – 62, 1990.

6. ANEXO 1: GIBI – PROGRAMA DE ÍNDIO (O QUE OS ARQUEÓLOGOS ESTÃO FAZENDO EM GUARAREMA?)

**7. ANEXO 2 – APOSTILA: OFICINA DE ARQUEOLOGIA
PRESERVACIONISTA**

OFICINA DE ARQUEOLOGIA PRESERVACIONISTA DO SÍTIO TOPO DO GUARAREMA

PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO TOPO DO GUARAREMA,
MUN. GUARAREMA, SP

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA

ELABORAÇÃO: LAÉRCIO LOIOLA BROCHIER
TATIANA COSTA FERNANDES

SÃO PAULO, 2004

FUNDAMENTOS DE ARQUEOLOGIA

A Arqueologia pode ser considerada uma ciência que estuda o PASSADO a partir do conjunto de VESTÍGIOS MATERIAIS deixados por SOCIEDADES HUMANAS.

As sociedades humanas produzem CULTURA. A cultura pode ser compreendida como a forma peculiar de cada povo viver, conviver e sobreviver. Também está relacionada à memória das coisas vividas e aprendidas e até, ao próprio ambiente natural que essas sociedades escolheram para viver.

Muitos aspectos das sociedades podem ser estudados pelos arqueólogos, dentre os quais:

Outro conceito: “A arqueologia é o estudo da CULTURA MATERIAL que busca compreender as relações sociais e as transformações na sociedade” ³³

O campo de estudo da arqueologia envolve um período bastante extenso, que vai desde o surgimento do homem no planeta terra, a cerca de 5 milhões de anos, até a história recente de nossa própria sociedade.

³³ FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003. pg 15.

Para o caso do Brasil e das Américas, as datas mais antigas giram em torno de 40.000 anos, época em que se imagina que grupos originários da Ásia adentraram no Continente Americano pelo chamado Estreito de Bering. “Nesse período, um rebaixamento do nível dos oceanos deixou emersa uma larga faixa de terra entre a Sibéria e o Alasca. Os primeiros imigrantes foram, portanto, asiáticos, (...) e transmitiram aos seus descendentes vários traços característicos das populações ditas amarelas, como, por exemplo, grupo sanguíneo exclusivamente do tipo O, cabelo preto e liso, pouca pilosidade [pelos], etc”³⁴.

No entanto, existem ainda muitas controvérsias sobre qual o caminho que esses primeiros habitantes teriam tomado (**Figura 1**).

Figura 1: Possíveis rotas de migração de seres humanos no continente americano. A teoria mais aceita indica a passagem pelo estreito de Bering (rota mais ao norte).

É bom lembrar que os vestígios de ocupação humana nas Américas são bem mais recentes se comparados aos existentes na África, Ásia e Europa. Nestes continentes inclusive foram encontrados vestígios de outras espécies humanas, tais como os *Australopithecus*, os *Homo erectus* e *Homo neanderthalensis* (Homem de Neandertal).

Já o homem atual, ou seja, o ***Homo sapiens sapiens***, surge no planeta terra a cerca de 180.000 anos (África) e, sendo assim, os mais antigos habitantes do território

³⁴ Prous, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, 1992.

brasileiro já pertenciam a nossa própria espécie. Eram, portanto, fisicamente idênticos às raças atuais, apresentando variações decorrentes apenas de adaptações ambientais.

Texto para pensar:

“A imagem que normalmente fazemos dos primeiros habitantes de nosso país é ainda muito falsa. Imaginamos o Brasil ocupado por povos primitivos, selvagens, que permaneceram atrasados, pobres e ignorantes, enquanto o resto do mundo se desenvolveu. (...) Os índios teriam usado sempre as mesmas armas, caçado os mesmos animais, vivido nas mesmas pequenas aldeias, com poucas dezenas de pessoas, até a chegada dos invasores europeus e da “civilização”.

“Os arqueólogos têm demonstrado, no entanto, que essa imagem não corresponde à verdade. Os primeiros colonizadores do Brasil, que desbravaram terras que nenhum homem havia ainda tocado, aqui chegaram há muitos milênios. Traziam uma tecnologia simples, é verdade, mas adaptaram-se muito bem a um ambiente hostil, multiplicaram-se, espalharam-se por vários tipos de terras e, pouco a pouco, desenvolveram culturas diferentes, ricas, variadas. E sua longa história, que ainda conhecemos mal, parece ter sido tão agitada e cheia de transformações com a história dos demais povos do planeta.”³⁵

“Para se ter uma idéia da magnitude da diversidade dos povos indígenas [no Brasil], na atualidade existem aproximadamente 200 povos distinguidos por suas línguas, totalizando mais de 350.000 pessoas, podendo chegar até 500.000 (...). Estes povos podem ser constituídos por um pequeno grupo vivendo em uma única aldeia ou por milhares vivendo em aldeias diferentes e ocupando imensos territórios. Quando Cabral chegou ao Brasil, uma só língua poderia ser falada por até mais de 1 milhão de pessoas de uma mesma cultura, que residiam em aldeias separadas e tinham histórias distintas e poderiam também se considerar diferentes entre si. O leitor deve ter em mente que esse processo tão complexo e variado de diferenciação social começou com poucas pessoas ao tempo das primeiras ocupações da América do Sul e, vários milênios depois, ao tempo em que Cabral chegou aqui, eram milhões a ocupar praticamente todos os espaços do Brasil. (...)”³⁶

Outro Texto:

³⁵ texto de GUARINELO, 1999.

³⁶ FUNARI E NOELLI. Pré-história do Brasil. São Paulo, Contexto, 2002. pg 65-66.

“Difícil dizer quantos eram os índios antes do Descobrimento. Calcula-se que havia entre 2 e 6 milhões de indivíduos. Mas um palpite otimista não adianta muita coisa. Só piora: quanto maior a estimativa, mais desoladora nos parece a realidade dos primeiros habitantes do Brasil. Atualmente, eles não passam de 350 mil, o equivalente a três Maracanãs lotados. Você sabe o que isso quer dizer? É possível que, ao longo de nossa história, os índios tenham sido dizimados ao ritmo de um milhão por século!

A tragédia indígena não se mede só pelo número de mortos. Tal massacre esconde uma perda ainda mais dramática.. Etnias inteiras foram riscadas do mapa, levando consigo sua cultura e a contribuição que poderiam ter legado à identidade do país. Embora ainda haja agrupamentos que resistem ao contato com não-índios e mantenham intactos seus costumes, os cerca de 215 povos restantes representam um quinto dos mais de mil que existiam antes de Cabral.

Certas aldeias são, até hoje, totalmente desconhecidas dos indigenistas. Este, porém, não é o desconhecimento mais grave do "homem branco". Muita gente ignora a importância da imensa riqueza cultural dos índios e faz de conta que eles não existem. Quer uma prova? Duvido que você acerte esta pergunta: quantas línguas são faladas no Brasil? Se respondeu "uma, o português" e achou que está abafando, passou foi longe. Há cerca de 170 línguas e dialetos nativos em uso no país.

Você acha que é preciso ir à Amazônia ou ao Parque Indígena do Xingu para saber o que se passa nas tribos? Pois saiba que pode haver aldeias debaixo do seu nariz. Os únicos estados onde não há povos indígenas são Piauí e Rio Grande do Norte. Um pouco de atenção e você se dá conta de que a influência indígena está em toda parte, até nesse texto! É só voltar ao primeiro parágrafo: Maracanã vem do tupi-guarani e é o nome dado a uma espécie de papagaio³⁷.

O que são Vestígios Materiais ou Cultura Material?

São objetos materiais que foram produzidos, transformados ou consumidos pelo homem no passado, e que tenham sobrevivido no presente para que possam ser estudados.

Entretanto, a arqueologia não se preocupa apenas com objetos materiais (**artefatos**), mas também com o contexto em que os materiais são apropriados pelo homem,

³⁷ texto retirado do site: <http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/indios>

tais como os elementos da paisagem (**ecofatos**) e os aspectos da flora e fauna que acompanham a cultura material desenterrada pelos arqueólogos (**biofatos**).

Vestígios diretos: Chamaremos vestígios diretos os testemunhos materiais presentes nos níveis arqueológicos. Podem ser visíveis (macrovestígios) ou não (microvestígios). Os vestígios mais frequentemente encontrados nos sítios são de matérias quase indestrutíveis: pedras (instrumentos, elementos de muros, pedras de fogueiras, etc.), e cerâmica quando bem queimada (para os períodos mais recentes exclusivamente). Imagina-se a pobreza de nossa informação a respeito dos homens pré-históricos, comparando-a à que teria um arqueólogo do futuro, achando na terra exclusivamente objetos de plástico³⁸.

Tipos de vestígios arqueológicos diretos mais encontrados:

- ❖ Materiais de pedra;
- ❖ Materiais de cerâmica;
- ❖ Pinturas rupestres
- ❖ Vidros, louças, alguns metais;
- ❖ Carvão de Fogueiras e vestígios queimados;
- ❖ Alicerces de construções;
- ❖ Ossos, madeiras e fibras vegetais sob condições ambientais especiais...

Os vestígios de conservação regular são os que se podem encontrar em determinadas condições, no entanto, não-excepcionais: carvões de lenha (conservados em zonas não erodidas, de preferência secas), conchas e ossos (em solos poucos ácidos, ou onde ocorre forte mineralização), obras rupestre (paredes abrigadas do intemperismo, em abrigos secos ou em desertos). Microvestígios indicadores de clima e vegetação, como pólenes fósseis, perduram em condições de pouca oxidação.

Os vestígios muito perecíveis, como restos vegetais não queimados e tecidos orgânicos em geral, resistem em ambientes muito especiais: no gelo, (mamutes siberianos), seca intensa e permanente desde a deposição, regiões encharcadas ácidas (homens das turfeiras da Europa do Norte).

Vestígios Indiretos

³⁸ texto retirado de PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília:UNB, 1992.

Chamaremos vestígios indiretos objetos ou estruturas ausentes do lugar onde se poderia esperar que existissem (vestígios negativos), ou que sugerem a existência de outros objetos ou atividades, cujas marcas diretas não são encontradas no sítio (vestígios sugestivos).

Daremos para os vestígios negativos o seguinte exemplo: uma ruptura de homogeneidade (cor, textura) de sedimento em determinado ponto pode revelar o local onde um poste, agora desaparecido, foi cravado e cujo “negativo” é ainda percebido. Ainda a brusca interrupção de uma extensão de vestígios densos, que indica o lugar onde uma parede limitava uma área de ocupação.

Vestígios sugestivos são, entre outros, pilões ou mós, que indicam a coleta de vegetais a serem triturados, mesmo se estes não foram encontrados durante a escavação. A ausência de esqueletos femininos no cemitério coletivo sugere a existência de rituais distintos em função do sexo dentro de determinada sociedade.

A NOÇÃO DE ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA

*Os vestígios de um sítio não aparecem isoladamente, mas em conjunto cujo sentido procuramos desvendar. Assim, uma estrutura arqueológica é um **conjunto significativo** de vestígios. Nesse aspecto, um buraco escavado dentro de um solo endurecido e avermelhado é um vestígio, e carvões pré-históricos são outros vestígios; mas o preenchimento, por carvões, de uma fossa, endurecida pelo calor, forma uma estrutura de combustão, neste caso, uma fogueira. Os vestígios se explicam um pelo outro, numa totalidade inteligível. Tratando-se de arte rupestre, a identificação de constantes permite evidenciar estruturas. Por exemplo, a associação preferencial entre certos temas, certas cores ou até posições topográficas.*

A arqueologia moderna é caracterizada, em grande parte, pela passagem do simples estudo dos vestígios de cada época para uma busca de estruturas a serem interpretadas. Em consequência, a coleta dos vestígios durante as escavações é feita dentro de técnicas que permitem determinar as relações entre todos os elementos do quebra-cabeça arqueológico. Enquanto algumas estruturas são perceptíveis ainda in situ (sepultamentos, por exemplo), muitas são discretas e somente aparecem no laboratório quando são analisados os vestígios e sua posição nas plantas.³⁹

³⁹Texto retirado de PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília:UNB, 1992. p.25-26.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO

REFERE-SE AO CONJUNTO SIGNIFICATIVO DE VESTÍGIOS MATERIAIS EM UM DETERMINADO LOCAL, QUE NOS DÁ PISTAS SOBRE AS ATIVIDADES HUMANAS QUE OS PRODUZIRAM.

Assim um sítio pode ter sido no passado “um lugar onde moravam pessoas, como uma cabana de palha e madeira, uma caverna ou um monte artificial. Mas pode ter sido também um cemitério ou um depósito de lixo, ou um lugar ocupado por pouco tempo para realizar uma caçada, por exemplo, ou para se pintar uma parede. Um mesmo sítio, além disso, pode ter sido ocupado várias vezes por povos diferentes e com cultura distintas.”⁴⁰

Um sítio arqueológico pode apresentar, dependendo de suas características e condições de conservação, inúmeras pistas sobre as atividades humanas desenvolvidas em um determinado local:

ÁREAS DE ATIVIDADES QUE PODEM SER PERCEBIDAS EM UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO (adaptado de MARSUL, 1996)

⁴⁰ GUARINELO, 1999.

Cabe ressaltar ainda que para a perfeita compreensão da função de um sítio arqueológico e suas diferentes áreas de atividades, torna-se necessário avaliar seu entorno ambiental e cultural. Ou seja, precisamos estudar o meio ambiente em que está inserido e sua relação com outros sítios arqueológicos existentes ao redor.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DE SÍTIOS

Sítio superficial: os vestígios estão expostos e visíveis na superfície do chão atual. Geralmente estão localizados em zonas altas sujeitas à erosão, ou em áreas remexidas pelo arado.

Sítio em estratigrafia: Os vestígios estão dentro do solo ou sedimento.

Sítios sob abrigo: quando aproveitam as proteções naturais, tais como cavernas e abrigos rochosos.

Sítios a céu aberto: qualquer sítio instalado em zonas abertas, como por exemplo topos e encostas (laterais), regiões planas e baixas (sítios de terraços fluviais).

Sítios construídos: construídos por acumulação ou escavação de solo ou outros materiais (sítios tipo aterro, casa subterrânea, sambaqui)

CLASSIFICAÇÃO PELA FUNÇÃO DO SÍTIO:

Sítios habitação: são sítios que apresentam evidências de relativa permanência em um determinado local, podendo ser estáveis ou ocasionais (estes também chamados de sítios acampamento).

Sítios de Descarte: seu refugio se constitui de depósitos de lixo, geralmente alimentar e de resíduos de objetos não mais utilizados.

Sítios oficinas: constitui locais utilizados exclusivamente para a aquisição e transformação de matérias primas, permitindo a fabricação de elementos e utensílios de determinados grupos (ex. oficina lítica, sítio açougue).

Sítios cerimoniais: sítios com vestígios associados exclusivamente a atividades ritualísticas, tais como enterramentos, igrejas, etc.

DIVISÕES GERAIS DE ESTUDO

Existem duas divisões básicas utilizadas nos estudos arqueológicos brasileiros: a Arqueologia Pré-Histórica e a Arqueologia Histórica.

A **Arqueologia Pré-Histórica** trata dos vestígios deixados pelos habitantes do Brasil em épocas anteriores à “descoberta” (portanto, anteriores ao ano de 1500). As pesquisas de arqueologia pré-histórica no Brasil freqüentemente abrangem datas de até 12.000 anos.

A **Arqueologia Histórica** refere-se às pesquisas feitas em locais ocupados por indígenas, europeus, caboclos, africanos, etc., durante e após a época de colonização do Brasil. Esta arqueologia, embora possa se utilizar de textos escritos como fonte de informação, em geral, estuda áreas onde existem relatos históricos bastante incompletos. Assim, estudos vêm sendo desenvolvidos no subsolo de grandes cidades, nas sedes de antigas fazendas, em quilombos, campos de batalha, navios naufragados, fortes, entre outros, permitindo que se conheça inúmeros aspectos do cotidiano que, via de regra, não constam dos documentos históricos oficiais.

DIVISÕES UTILIZADAS PARA CARACTERIZAÇÃO CULTURAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BRASILEIROS

Páleo-índio: Compreende achados datados de pelo menos 12 mil anos atrás e sendo de culturas adaptadas a condições naturais bem diversas das atuais. Algumas culturas podem ter convivido com grandes animais atualmente extintos (preguiça gigante, tigre dente-de-sabre, etc.).

Arcaico: Relativo a grupos que, em geral, não conheciam a técnica da cerâmica (ou não a utilizavam), com datas variando entre 12.000 e 4.000 anos atrás. Podem ser subdivididos em Arcaico do interior (áreas interioranas do planalto) e Arcaico do Litoral (regiões costeiras). Geralmente estão associados a populações nômades que praticavam a caça, pesca e coleta. Seus instrumentos mais comuns são artefatos de pedra lascada, como raspadores, pontas de flecha, furadores, etc.

Culturas ceramistas: Relativo ao aparecimento da cerâmica nos diversos grupos culturais. Geralmente estão associadas a populações maiores e sedentárias (permaneciam em seu território por longos períodos). As datas para as culturas ceramistas iniciam-se aproximadamente a entre 4.000 e 2.000 anos atrás. A cerâmica costuma estar associada à prática da agricultura e, em alguns casos, ao sepultamento dos mortos

Arte Rupestre: Corresponde aos vestígios de pinturas e gravuras encontradas em afloramentos rochosos, abrigos, grutas, cavernas, etc. A arte rupestre no Brasil costuma ser estudada à parte, devido à dificuldade de correspondência das pinturas com as camadas arqueológicas existentes nos abrigos ou nas proximidades dos suportes rochosos.

OUTROS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO

A arqueologia pode ser considerada um verdadeiro “leque de ciências”, pois seu estudo é essencialmente interdisciplinar. Para chegar aos seus objetivos os arqueólogos recorrem a conhecimentos de outras áreas, tais como história, geografia, geologia, física, química, anatomia, antropologia, ciências sociais, biologia, etc., e adapta esses conhecimentos à interpretação dos vestígios arqueológicos. Com o aprimoramento dessa interdisciplinaridade e com o acúmulo de novas técnicas e conhecimentos, criam-se vários campos de investigação paralelos, tais como:

ETNOARQUEOLOGIA: consiste no estudo das comunidades tradicionais e das populações indígenas atuais, com objetivo de levantar hipóteses para a compreensão de problemas arqueológicos. Exemplos: formação de um sítio arqueológico, técnicas de produção de utensílios e uso de instrumentos.

ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL: Consiste na reprodução de instrumentos pré-históricos e sua utilização para a verificação das técnicas de fabricação e dos correspondentes vestígios de seu uso.

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA: Técnica arqueológica visando à recuperação dos restos materiais encontrados em meios aquáticos.

GEOARQUEOLOGIA: Associa os conhecimentos das chamadas “Geociências” (geologia, geomorfologia, geografia, geodésia, etc.) com os estudos arqueológicos, procurando aprimorar as formas de localização, formação, avaliação e interpretação do registro arqueológico e do meio ambiente associado.

DATAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Os métodos de datação podem ser RELATIVOS ou ABSOLUTOS. Descreveremos apenas os mais utilizados:

DATAÇÃO RELATIVA:

Tipologia: dá a noção da Antigüidade pela comparação com objetos do mesmo tipo, em sítios arqueológicos diversos.

Áreas de dispersão: através de rotas conhecidas de migração, comparando as diversas etapas em sítios arqueológicos do avanço de determinados povos.

Estratigrafia: pela superposição de camadas de solo ou sedimentos e sua correlação em um mesmo sítio, ou entre diferentes sítios

DATAÇÃO ABSOLUTA:

1. *Carbono 14*: O C14 é absorvido em quantidades conhecidas pelo ser vivo é perdido após sua morte, em tempo e quantidade variáveis, mas que podem ser medidos em laboratórios.

Pode-se usar a técnica do carbono-14 desde que a amostra contenha carbono: objetos de madeira, carvão, ossos, tintas que derivam de plantas etc. Essa técnica é capaz de datar objetos com até 50 mil anos. A partir disso, a radiação remanescente do carbono-14 torna-se muito baixa para poder ser detectada com precisão suficiente. Abaixo de 300 anos, por outro lado, a diminuição do carbono-14 pelo decaimento é muito pequena, e também não é possível determinar a variação na sua concentração⁴¹.

2. **Termoluminescência**: método físico para datação da cerâmica arqueológica. Baseada no calor (energia) recebido quando a cerâmica é queimada nas fogueiras.

As datações absolutas podem ser indicadas em relação ao presente usando as letras AP (Antes do Presente) seguida da variação de margem de erro para mais ou para menos (ex. 4.400 ± 100 AP). Em arqueologia também pode ser utilizado o sistema de data com base na era cristã, ou seja, colocando-se a sigla a.C. (antes de Cristo) que para o caso do exemplo anterior (4.400 ± 100 AP) temos que transformar diminuindo ± 2.000 anos na data, ou seja, $4.400 - 2000 = 2400 \pm 100$ a.C. (lembre-se, é a mesma data, o que muda é a referência ➤ AP ou a.C.)

Texto para pensar:

“Uma outra preocupação muito importante para os arqueólogos é de descobrir a época exata em que viveram tais povos. Para isso, utilizam-se de duas técnicas fundamentais. A primeira delas se chama estratigrafia e se baseia na noção de que, num mesmo sítio, os restos humanos tendem a se acumular verticalmente. Isso significa que os restos mais antigos estão sempre embaixo daqueles mais recentes.

Escavando cuidadosamente cada camada, o arqueólogo pode ler esse “livro e estabelecer uma cronologia relativa, ou seja, descobrir que povos chegaram primeiro ao sítio e em que ordem se sucederam. Se feita corretamente, a escavação permite separar os mais antigos dos mais recentes, mas não dá ainda, uma datação precisa.

⁴¹ <http://www.conciência.com.br>

Há quanto tempo? Há quanto anos, séculos ou milênios viveram os primeiros povos no território que é hoje o Brasil? São questões de grande importância que só agora começam a ser respondidas. Para isso, os arqueólogos utilizam métodos especiais, desenvolvidos pelas ciências físicas nos últimos quarenta anos.

O principal método de datação é denominado carbono 14 e se baseia numa interessante descoberta. Todos os seres vivos, todas as plantas e animais possuem em seus corpos uma quantidade, embora pequena, de carbono radioativo, que absorvem ao respirar e se alimentar. Quanto os seres morrem, no entanto, a radiação vai, naturalmente diminuindo, e é possível medir essa diminuição.

Um pedaço de osso ou de madeira encontrado numa escavação pode ser enviado a um laboratório para medir a quantidade de carbono radioativo. O resultado do exame será o conhecimento de quando as árvores ou o animal viveram e, assim, de quando viveu o povo que se utilizou deles.”⁴²

O CONHECIMENTO ATUAL SOBRE A PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA⁴³

De 12.000 a 40.000 anos AP

*Estudos indicam que o clima, a vegetação, a fauna e o relevo possuíam características diferentes das atuais, sendo que os primeiros grupos, denominados **Paleoíndios**, vivenciaram e se adaptaram a essas modificações ambientais.*

Texto:

“Um dos debates mais intensos sobre o surgimento do homem americano diz respeito ao tempo de sua chegada ao continente. Até meados do século passado, os achados arqueológicos que ofereciam dados mais antigos sobre a presença humana nas Américas derivavam de materiais encontrados no Novo México, EUA. Trata-se da cultura Clóvis, assim batizada com o mesmo nome do sítio arqueológico em que foram encontrados artefatos produzidos por pessoas que habitaram a região entre 10.500 e 11.400 anos atrás. Esse grupo era formado por caçadores de grandes animais, tais como mamutes e mastodontes, que eram abatidos por pontas de pedra lascada bastante afiadas, cuja técnica de produção permitia que fossem colocadas na ponta de um cabo.

⁴² Texto de Guarinello, 1999.

⁴³ Texto adaptado do site do Itaú Cultural sobre Arqueologia Brasileira.

Esses achados permitiram a construção do modelo teórico chamado "Clóvis-Primeiro", segundo o qual uma única leva de pessoas adentrou a América aproximadamente a 12 mil anos. Esse período correspondia a uma era geológica, o final do período Pleistoceno, em que, entre o Alasca e o estreito de Bering, formou-se um corredor de terra chamado Beríngia, graças ao rebaixamento do nível do mar, numa era glacial em que a água era retida em grande volume na forma de gelo. Além desse fato geológico, a teoria foi corroborada por outras descobertas em sítios arqueológicos nos Estados Unidos, onde os artefatos de pedra lascada encontrados eram bastante semelhantes aos da cultura Clóvis. Desse modo, passou-se a acreditar que dessa cultura descendiam os demais grupos humanos espalhados pelo continente, idéia defendida ferrenhamente pelos pesquisadores norte-americanos, que olham com ceticismo a produção científica sul-americana.

Mas a teoria de que a cultura Clóvis era a primeira e mais antiga da América, aos poucos, foi perdendo espaço diante das novas descobertas arqueológicas que atestaram uma presença humana mais remota em algumas regiões fora da América do Norte, tornando mais acirradas as discussões sobre a origem do homem em nosso continente. No final dos anos 90, trabalhos publicados por cientistas norte-americanos sobre escavações realizadas na América do Sul indicavam datas de ocupação de períodos contemporâneos aos de Clóvis.

No sítio de Monte Verde explorado pelo arqueólogo Tom Dillehay, ao sul do Chile, foram encontrados vestígios arqueológicos que sugerem uma presença humana há 12.300 anos. Os estudos da pesquisadora Anna Roosevelt sobre Pedra Pintada, sítio localizado na cidade de Monte Alegre, Pará, indicam a ocupação do homem na floresta amazônica por volta de 11.300 anos atrás. Os resultados obtidos nesse local levaram a pesquisadora apresentar um outro modelo teórico de explicação da ocupação da América, o qual foi chamado de "Clóvis em contexto". Segundo esse modelo, a cultura Clóvis não era a mais antiga ocupação no continente da qual derivam todas as demais populações americanas.

Achados em outros sítios arqueológicos espalhados pela América do Sul reforçam a teoria de uma ocupação pré-Clóvis do continente, no final do período Pleistoceno, anterior a 10 mil anos, e no início do Holoceno, nossa atual era geológica. Em Taima-Taima, sítio venezuelano, há indícios de presença humana que remontam a 15 mil anos. Na Argentina, nos sítios de Piedra Museo e Los Toldos, existem vestígios humanos de aproximadamente 13 mil anos. Os sítios de Tibitó, Colômbia, e os de Quebrada Jaguay e Pachamachay, no Peru, possuem datações antigas de até 11.800 anos. No Brasil, em Lapa do Boquête, Vale do Peruaçu, e em Lapa Vermelha e Santana do Riacho, Lagoa Santa, todos estes em Minas

Gerais, e no Boqueirão da Pedra Furada, São Raimundo Nonato, Piauí, foram encontradas evidências remotas, anteriores a 10 mil anos.

Atualmente, reivindica-se ao sítio arqueológico do Boqueirão da Pedra Furada, os vestígios mais antigos deixados pelo homem nas Américas. Datações feitas a partir de carvões originados de fogueiras e pedras lascadas indicam uma ocupação humana que remonta a cerca de 60 mil anos. Porém, entre os arqueólogos, é discutido se realmente tais vestígios foram produzidos por homens ou se são resultado de algum tipo de ação natural. Para a arqueóloga Niéde Guidon, que escava a região desde os anos 80, não há dúvidas de interpretação a respeito da ação humana nesse contexto. "Colegas americanos da Texas A & M University, EUA, analisaram as peças líticas e, como nós, as consideram indubitavelmente feitas pelo homem. Para rebater a idéia de que o carvão podia vir de incêndios naturais, fizemos sondagens em todo o vale da Pedra Furada e o carvão somente existe dentro do sítio. Incêndios naturais deixam carvão para todos os lados", explica a pesquisadora.

Para Niéde Guidon, as teorias sobre a ocupação da América dos anos 50 eram baseadas na falta de dados. "Os dados foram surgindo, mas muitos ficaram aferrados a uma teoria sem bases. Os conhecimentos sobre a pré-história da Europa, da África, mudaram e muito. A cada ano temos novos recuos para o aparecimento do gênero Homo, para as relações genéticas entre Homo e os outros grandes primatas africanos. Somente a teoria americana sobre o povoamento da América não pode ser tocada. Em alguns artigos recentes, a submissão é tal que somente o que é feito pelos americanos pode ser considerado", comenta a arqueóloga.

O arqueólogo André Prous (UFMG), que participou da missão franco-brasileira para a escavação do sítio de Lapa Vermelha IV, onde foi encontrada a Luzia, acrescenta que a determinação de um período para a ocupação do homem na América depende da descoberta de sítios arqueológicos devidamente escavados e interpretados. Diz ele, "o dia em que tivermos sítios, se é que eles irão aparecer, mais antigos e em boas condições, já com vestígios inquestionáveis, com estratigrafias claras e datações precisas, teremos dados mais seguros sobre uma presença bastante primitiva do homem em determinada região. Para isso, é preciso multiplicar os números de pesquisas, procurar supostos sítios pleistocênicos com vestígios preservados etc. Teríamos que ter uma multiplicidade de estudos arqueológicos a esse respeito, pois as pesquisas acadêmicas sobre o tema são

raras. Além disso, no final, devemos contar com boa dose de sorte para achar esses locais⁴⁴.

De 4.000 a 12.000 AP Caçadores em Ação

Entre 12.000 e 4.000 anos o Brasil começa a ser extensivamente ocupado por grupos que tinham na caça e na coleta sua principal fonte de alimentação. Começa o chamado Período Arcaico.

Grupos espalham-se pelo país através de um sistema de vida que variava entre o nômade e o seminômade, deixando seus vestígios em entradas de cavernas, abrigos rochosos, beiras de rio, topos de morros e muitos outros lugares. Alguns desses caçadores chegaram a conviver com animais atualmente extintos (paleofauna), como a preguiça gigante e o tigre-dente-de-sabre.

De 2.000 a 4.000 AP O período dos sambaquis no litoral

Os grupos de caçadores começam [no litoral] a apresentar um maior crescimento demográfico e a se tornar sedentários. As pesquisas arqueológicas nos mostram evidências de uma organização social bastante forte entre esses grupos, tornando-os capazes de gerar verdadeiros monumentos construtivos.

Um bom exemplo disto nos é dado pelos sítios sambaquis, encontrados em diferentes porções do litoral brasileiro. Ocupados por grupos principalmente de pescadores-coletores, estes sítios podem atingir mais de 30 metros de altura, contendo centenas de enterramentos humanos.

Há pelo menos 6.000 anos uma boa parte do litoral brasileiro começou a ser ocupada por grupos que se voltavam a explorar o ambiente marinho, vivendo principalmente da pesca e da coleta de moluscos, embora também caçassem e coletassem diferentes produtos vegetais. Permaneceram ali por quase 5.000 anos, mas foi entre 4.000 e 2.000 que alcançaram seu maior desenvolvimento.

O nome sambaqui vem da língua tupi (tampa = marisco, e ki = amontoado), e é mais ou menos isto que os sambaquis representam. Grupos que habitaram o litoral tinham o hábito de juntar em um mesmo lugar as coisas que faziam e comiam. Em um sítio sambaqui

⁴⁴ texto retirado do site <http://www.conciencia.br>

encontramos marcas de fogueiras, de habitações, restos de alimento e dezenas de sepultamentos. Encontramos, ainda, muitos dos instrumentos que os grupos utilizavam em suas atividades, como pontas projéteis em osso, lâminas de machado, quebra-coquinhos, agulhas, pesos de rede, anzóis e outros mais.

A intenção de acumular todos estes restos materiais em um único lugar teria tido um objetivo maior: construir o próprio sambaqui. Dia após dia, esses grupos acumulavam conchas e ossos, erguendo uma plataforma que, cada vez mais, se destacava na paisagem. Mesmo quando a plataforma atingia dezenas de metros de altura, continuavam subindo até seu topo para amontoar mais materiais.

Esse trabalho intencional teria sido repetido por muitas gerações: alguns sambaquis demoraram centenas de anos para serem construídos. É por causa de todas essas características que, hoje, alguns arqueólogos não consideram mais os sambaquis apenas como um tipo de moradia ou lugar de enterramento de mortos, mas sim como verdadeiros monumentos construtivos, que talvez tivessem servido para demarcar os territórios de ocupação dos grupos, ao longo da costa.

Através de amostras de carvão é possível aos pesquisadores saber a data em que esses amontoados estavam sendo construídos e, assim, indicar quais sambaquis foram ocupados ao mesmo tempo (ou seja, quem foi vizinho de quem).

A partir daí, os cientistas descobriram algo interessante: em um mesmo período, havia sambaquis de diferentes tamanhos sendo ocupados. É possível que a altura dos amontoados fosse considerada fator de prestígio: os moradores dos sambaquis mais altos se destacariam daqueles que estavam à sua volta.

Provavelmente os grupos que construíram os maiores sambaquis eram também aqueles que tinham maior população. Todos esses indícios sugerem ter havido naquele povo uma forte hierarquização social e política.

Essa diferença social também está bem marcada no enterramento dos mortos. Em todos os sambaquis existem enterramentos, em maior ou menor número. Alguns sambaquis apresentam uma quantidade tão grande de sepulturas, que podem ter servido apenas como cemitérios. De qualquer forma, os enterramentos apresentam significativas diferenças entre si. Os indivíduos podem ter sido sepultados sozinhos ou em grupos de 2, 3, 4 ou mais pessoas. Os corpos podiam ser colocados estendidos, como hoje fazemos, ou então dobrados em posição fetal. Alguns indivíduos foram enterrados com objetos, que provavelmente lhes pertenceram durante a vida, como delicados colares em conchas ou

dentes de animais, pontas projéteis e lâminas de machado. Estes objetos provavelmente indicam um status diferenciado que o indivíduo teria tido.

Os povos que habitaram os sambaquis foram exímios canoieiros. Isso explica a presença, nos sítios, de restos de tubarão, baleia, golfinhos, tartarugas e raias, alguns deles encontrados apenas em alto mar. Em várias ilhas brasileiras existem sambaquis, e obviamente elas só poderiam ter sido alcançadas com o uso de embarcações. Além disso, estudos realizados nos esqueletos mostram que os indivíduos tinham membros superiores mais desenvolvidos que os membros inferiores, como resultado de um uso e esforço centralizado, típico do remo.

Estes grupos também deixaram registros no campo da arte. Belíssimas peças de pedra, feitas com a técnica do polimento, foram encontradas nos sambaquis. Apresentam a forma de animais como golfinhos, peixes, aves e antas ou têm forma humana, como é o caso do famoso "Ídolo de Iguape", proveniente de um sítio no sul de São Paulo. Gravuras em rochas foram encontradas em algumas ilhas de difícil acesso, em Santa Catarina, algumas a mais de 15 km de distância da costa. As figuras são geométricas (traços, círculos, pontos), por vezes sugerindo figuras humanas.

O fato de existirem sambaquis desde o baixo Amazonas até o Rio Grande do Sul (embora estejam ausentes em algumas áreas, como boa parte do Nordeste) sugere que o caminho de expansão tenha sido o próprio mar. A rota migratória teria partido do Amazonas, que detém as datas mais antigas e uma seqüência cronológica. A expansão desses grupos teria sido bastante rápida, pois em apenas 500 anos estavam construindo amontoados no Paraná.

Por outro lado, o fato dos sambaquis guardarem características básicas comuns ao longo de todo o litoral indica que teriam mantido uma rede de contatos culturais, visitando-se entre si, mantendo algumas atividades em conjunto, realizando trocas de objetos, definindo casamentos intercomunitários, e assim por diante. Com certeza, os sambaquieiros mantinham contato também com outros grupos humanos que habitavam o Brasil naquela época, como os caçadores do planalto.

Os arqueólogos ainda não sabem ao certo o que aconteceu com esses grupos (sambaquianos), mas seus sítios desaparecem por volta dos 1.000 anos AP. É possível que tenha ocorrido algum processo interno de desestruturação. Sabe-se que mais ou menos no ano 1.000 AP alguns topos de sambaqui começam a apresentar material cerâmico relacionado a grupos cultivadores do planalto, e talvez a chegada destes grupos tenha

contribuído, em maior ou menor grau, para o desaparecimento daqueles. Questões que continuam em aberto na Arqueologia Brasileira.

De 500 a 2.000 AP

As Sociedades Ceramistas

A Amazônia constitui um importante pólo de introdução da agricultura e da cerâmica no Brasil. Em determinadas porções dessa imensa região se desenvolveram culturas complexas e sofisticadas, como é o caso da Cultura Marajoara, que ocupou a ilha de mesmo nome. Em seu período de apogeu, Marajó pode ter congregado mais de 100 mil habitantes. Entre eles havia grandes artistas, que fabricavam objetos cerâmicos ricamente decorados, incluindo vasilhas, estatuetas, urnas funerárias e adornos. Este diversificado arsenal de objetos sugere aos arqueólogos que as culturas ali presentes alcançaram uma grande complexidade social e política.

Cinco séculos antes da chegada de Cabral ao Brasil, grande parte de nosso país também se encontrava ocupado por povos que falavam línguas semelhantes e apresentavam muitas características culturais comuns. São genericamente denominados de Tupi-Guarani. Sua expansão, que provavelmente partiu da Amazônia, deu-se por todo o litoral brasileiro até chegar ao sul do país. Povos guerreiros e grandes canoeiros utilizavam as vias fluviais e marítimas para incorporar novos territórios. Quando o colonizador português aqui chegou, encontrou vários de seus grupos espalhados pela costa, como é o caso dos Tupinambá, Tupinikins e Carijós.

Em algumas partes mais altas e abertas do planalto, entretanto, outros grupos continuavam a se desenvolver, definindo formas bastante típicas de ocupação. Bom exemplo são as Casas Subterrâneas do sul do Brasil, construídas em valas abertas no solo, como proteção ao vento gelado do inverno.

Do Presente a 500 AP

O período Histórico

Com a expansão marítima européia a partir do século XV, a América é incorporada definitivamente ao mundo capitalista. A partir daí, europeus, indígenas e africanos se vem às voltas com a de um país chamado Brasil. A arqueologia avança no tempo e se dedica também ao estudo desses grupos e locais.

O TRABALHO DO ARQUEÓLOGO E AS TÉCNICAS DE CAMPO

Trabalho de campo arqueológico é a aplicação do método científico, para a retirada de antigos indícios do solo, e está baseado na premissa de que o valor histórico de um objeto não depende somente de sua própria natureza, mas principalmente, da sua associação, o que somente ordenadas escavações arqueológicas podem revelar. Para o arqueólogo, tão importante quanto o vestígio recuperado, é o seu **contexto**, ou seja, como está distribuído em relação aos outros vestígios, estruturas e, com o meio natural em que está inserido (o solo por exemplo). Portanto, diferencia-se do caçador de tesouros, que procura objetos de valor monetário e acaba destruindo o contexto arqueológico. O arqueólogo vê os objetos no conjunto, pois necessita do maior número de informações possíveis para o estudo da cultura que produziu tais objetos.

Desta forma, a retirada de qualquer objeto de um sítio arqueológico exige uma série de cuidados, os quais se não seguidos corretamente, prejudicarão seriamente o projeto de investigações. Este trabalho deve ser realizado por arqueólogos. Porém, se para o estudo e interpretação dos dados arqueólogos é necessário uma prática toda especial, qualquer pessoa com um pouco de treinamento poderá auxiliar o arqueólogo na coleta de informações. Esta ajuda pode perfeitamente se estender aos trabalhos de prospecção, escavação e laboratório, desde que sejam observados os cuidados e as orientações precisas de um profissional.

Texto para pensar:

O trabalho do arqueólogo pode, em vários aspectos, ser comparado à busca do detetive. Através dos mais variados vestígios materiais deixados pelas sociedades antigas, ele procura reconstituir o mundo que lhe é invisível, formado pelas crenças, comportamentos e idéias.

Os vestígios materiais constituem, portanto, as pistas de que o arqueólogo-detetive dispõe para reconstruir os diferentes modos de vida do passado. Encontrar estas pistas se torna o primeiro passo da investigação.

O local em que os vestígios materiais aparecem é chamado, pelos pesquisadores, de "sítio arqueológico". Mas os sítios arqueológicos são muito variados, apresentando grandes diferenças entre si: podem ser uma grande aldeia, com mais de 3.000 m², ou um pequeno acampamento de caça, com apenas 10 m².

Da mesma forma, um sítio pode apresentar grande variedade e quantidade de objetos (como fragmentos de cerâmica, ferramentas em pedra lascada e pedra polida, restos de fogueira, silos e até os buracos de estacas das cabanas), ou pode conter um único tipo de evidência (como os sítios cemitério, que apresentam apenas sepultamentos).

Antes mesmo de ir a campo, o arqueólogo pode obter uma boa idéia do quadro de possibilidades que irá encontrar fazendo uso de modernas ferramentas e tecnologias, como imagens de satélite, fotografias aéreas e mapas. Alguns sítios mais visíveis, como os sambaquis da costa ou os aterros do Pantanal, chegam a ser identificados a partir desses mapas e imagens, e os trabalhos de campo vêm confirmar sua presença. A análise periódica de imagens aéreas pode também auxiliar o monitoramento dos sítios, do mesmo modo que órgãos de proteção ambiental observam, à distância, o desmatamento da floresta amazônica e tomam as medidas cabíveis para a sua preservação.

TESTANDO HIPÓTESES NO TERRENO

Vencidas as etapas preparatórias, chega a hora do arqueólogo arregaçar as mangas e atuar diretamente no terreno, identificando e registrando os vestígios de ocupações humanas existentes numa determinada região.

De qualquer forma, é preciso reconhecer esses vestígios, o que nem sempre é fácil. Como saber se uma pedra foi quebrada de forma natural ou foi lascada pela mão humana? As equipes necessitam ser bem treinadas para reconhecer vestígios que podem ter sido feitos milhares de anos atrás e que, muitas vezes, já se encontram bastante maltratados pela ação do tempo. Além disto, os vestígios podem estar em vários lugares: na beira de grandes rios, em pontos elevados dos morros, em encostas de solo fértil, sobre ilhas ou na entrada de cavernas.

Aí conta a experiência do "arqueólogo-detetive", que precisa reconhecer os sítios existentes em sua área de pesquisa. E, para isto, o arqueólogo usa diferentes técnicas de pesquisa: desde os levantamentos iniciais mais gerais até os levantamentos intensivos, também chamados de "varredura" [ou prospecção arqueológica].

Alguns vestígios são encontrados na superfície dos terrenos e as equipes, andando pela área, reconhecem peças espalhadas pelo chão. Outros vestígios estão enterrados em profundidades que variam de poucos centímetros a alguns metros. Neste caso o arqueólogo realiza uma série de sondagens manuais, utilizando enxadas, pás e outras ferramentas semelhantes.

Tendo identificado um sítio arqueológico, o pesquisador realiza uma série de atividades, como o preenchimento de fichas de cadastro, a medição da área, descrição dos vestígios, fotografias e, em alguns casos, coleta de peças.

A busca de sítios arqueológicos constitui, entretanto, apenas uma primeira etapa da pesquisa. Muitas outras atividades de campo ainda estão por vir, sem falar nas análises e estudos de laboratório. O trabalho do "arqueólogo-detetive" vai muito mais adiante...

A ESCAVAÇÃO DE SÍTIOS

Desde o início, a noção de escavação esteve fortemente vinculada ao processo geológico de estratificação do solo, que obedece à denominada "lei da superposição": as camadas superiores do terreno seriam resultado de ações recentes, enquanto camadas inferiores e mais profundas seriam resultado de ações antigas.

A deposição de peças arqueológicas no solo obedece ao mesmo princípio geral: as encaixadas nos estratos próximos à superfície seriam relacionadas a uma ocupação humana mais recente, enquanto peças encontradas em estratos profundos pertenceriam a uma ocupação bem mais antiga.

Deste modo, os estratos se acumulam em seqüência, ao longo do tempo, dando ao sítio arqueológico a feição de um bolo, com suas sucessivas camadas de recheio.

Assim, a leitura dos estratos do "bolo" (ou estratigrafia) fornece o que os arqueólogos denominam de "cronologia relativa": qual ocupação humana veio antes, qual veio depois. A partir daí, tem-se um primeiro ordenamento na cronologia da área, definindo uma sucessão histórica das ocupações.

Durante as escavações, o arqueólogo precisa estar atento às diferentes interferências que podem alterar a deposição natural das peças. Os próprios grupos humanos que ocuparam o lugar podem ter realizado suas "escavações", abrindo valas para depositar lixo ou enterrar seus mortos. Após a partida desses grupos, entram em cena animais como tatus, cupins ou formigas, que podem revirar o terreno e com isto causar sérios transtornos aos pesquisadores. Da mesma forma, chuvas, erosões e desmoronamentos ocorrem ao longo dos anos. Por último vêm nossas obras atuais: estradas, plantações, barragens e interferências diversas, todas tendo que ser cuidadosamente reconhecidas e analisadas pelo arqueólogo.

Por esta razão, a escolha do sítio a ser escavado é feita com rigor. Escavar um sítio significa concentrar, num único local, uma grande quantidade de esforços, envolvendo equipe, tempo e, obviamente, verbas.

O arqueólogo é o único profissional treinado para comer um pedaço desse "bolo" da História. Portanto é grande a sua responsabilidade. Ocorre que a escavação, mesmo quando feita com grande cuidado, é por princípio uma atividade destrutiva: ao retirar as peças do solo, o arqueólogo está "apagando" os vestígios de nosso passado. Isto quer dizer que não é possível repetir uma escavação, e por esta razão o pesquisador precisa realizar uma documentação bastante precisa e rigorosa. Assim fichas, diários, mapas, plantas, desenhos, fotografias, filmagens e depoimentos constituem, juntamente com o conjunto de peças coletadas, os ingredientes para o estudo em laboratório.

O uso de equipamentos modernos em campo aprimorou esta coleta básica de dados. Incluem-se aqui, entre outros, os pequenos computadores (notebooks), para armazenamento de dados; os teodolitos eletrônicos (Estação Total), para elaboração da planta de escavação, fornecendo a localização exata de cada peça retirada; ou o GPS (Sistema de Posicionamento Global), para obter as coordenadas geográficas do sítio com o auxílio de satélites.

Ainda em campo são montados "mini-laboratórios", onde os objetos retirados do solo recebem uma primeira organização e tratamento. Nas poucas horas que restam, os arqueólogos revêem as anotações e registros da equipe e discutem o andamento dos trabalhos.

Existem diferentes técnicas de escavação, e a escolha irá depender tanto das características do sítio, como dos objetivos da pesquisa. De modo geral, podem ser divididas em:

1. Escavações que buscam analisar as mudanças que ocorreram entre as ocupações humanas, ao longo do tempo (também chamada de estratégia vertical). A atenção está voltada, aqui, ao estudo da estratigrafia, e não é necessário abrir grandes áreas de escavação. São as pequenas fatias do bolo exibindo desde a cobertura até o recheio mais profundo.

2. Escavações que objetivam entender formas de ocupação do espaço, recuperando as atividades realizadas no sítio por um determinado grupo (ou estratégia horizontal). Neste caso, é aberta uma extensa área de escavação, onde é possível reconhecer a estrutura e o uso que aquele espaço teve, no passado: a área de cozinha, a área de lascamento, a área de enterramento de mortos, e assim por diante. A partir daí, é possível reconhecer atividades e comportamentos relacionados ao cotidiano daquele grupo de pessoas.

Muitas vezes os arqueólogos combinam estas duas estratégias, promovendo escavações que forneçam informações tanto no plano vertical quanto no horizontal.

É de praxe, ainda, que o arqueólogo deixe no sítio uma porção intacta, sem ser escavada. É chamada de área-testemunho. Estará, assim, permitindo uma retomada das pesquisas no futuro, a partir de novas abordagens e talvez dispondo de tecnologias mais avançadas. Isto porque, muito antes de ser pesquisador, o arqueólogo é um cientista voltado à preservação da herança cultural humana. Deve partilhar o bolo com todos!

ASPECTOS DE ARQUEOLOGIA PRESERVACIONISTA OU CONSERVACIONISTA

A maior parte do território brasileiro está situado em zona tropical úmida, sendo este fator predominante nas condições de má conservação dos sítios arqueológicos.

A acidez dos solos tropicais, alternância de estações secas e úmidas, os fenômenos naturais, a erosão generalizada devido à ação do homem, a abundância de animais cavadores, a ação de raízes, etc., provocam remanejamento e alteração constante dos vestígios arqueológicos e seu contexto.

Assim, grande parte dos sítios arqueológicos brasileiros, mesmo aqueles situados em Reservas Naturais, apresentam inúmeros fatores de degradação atuantes e que necessitam de estudos e levantamentos, planos de recuperação, conservação e monitoramento e fiscalização.

O Brasil tem um importante e rico patrimônio arqueológico representado por milhares de sítios arqueológicos espalhados por todas as regiões desse país, muitos dos quais certamente ainda nem foram descobertos e estudados. Entretanto, embora os sítios sejam considerados um bem cultural da nação, a população em geral ignora a importância desses registros ou o estado atual em que se encontram. Como consequência, temos uma triste história de constantes destruições ou “mutilações” de sítios arqueológicos, principalmente a partir do início do séc. passado. Atualmente, com a atuação dos órgãos de defesa do patrimônio cultural, e a legislação ambiental brasileira o quadro é um pouco mais otimista, embora muito distante do que seria necessário. Com isso, verdadeiras páginas de um livro ainda não escrito, são simplesmente rasgadas e destruídas por puro desconhecimento ou descaso.

Texto:

“Trataremos da preservação desse patrimônio, patrimônio que é pouco valorizado aqui no Brasil, em função, principalmente, de sua pouca monumentalidade (com exceção de sítios com arte rupestre ou quando se encontram enterramentos humanos, os sítios arqueológicos passam completamente despercebidos. Quem liga para uns caquinhos de cerâmica?) e da não identidade cultural da população atual com a pré-histórica (a arqueologia pré-histórica no Brasil é marcada pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, diferentemente do que ocorre em alguns países vizinhos, como Peru e Bolívia, por exemplo).

Um outro problema é que esse patrimônio é extremamente frágil: uma vez que os sítios arqueológicos encontram-se no sub-solo ou na superfície e qualquer atividade que impacte o solo irá, necessariamente, causar algum dano ao patrimônio.

Existem dois principais agentes destrutivos, ambos humanos. Um são as grandes obras de engenharia, como a construção de estradas, usinas hidrelétricas etc, onde as ameaças ao patrimônio são facilmente perceptíveis. O outro, a intensificação agrícola que causa uma destruição mais lenta, mas atinge um âmbito muito maior, pois cada vez há mais porções de terras que se abrem à agricultura mecanizada.

Há outra atividade humana destrutiva que não devemos esquecer: a exploração econômica do sítio (no caso dos sambaquis, por exemplo, ou das cavernas de calcário).

Sendo definido e protegido pela Constituição Federal de 1988 (Artigos 20, 23 e 216), o patrimônio cultural, onde se inclui o patrimônio arqueológico, conta ainda em seu favor com dois conjuntos de leis:

- *Um mais antigo, que trata especificamente do patrimônio cultural (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e históricos);*
- *e outro mais recente, tratando da proteção ambiental, mas que apresenta várias referências ao patrimônio arqueológico (podemos citar, entre outras, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; Lei 7.347 de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético,*

histórico e turístico; Decreto nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre a inclusão no orçamento de projetos e obras federais de recursos destinados a prevenir ou corrigir prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras, Decreto nº 99.540, de 21 de setembro de 1990, que institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional)

Tanto a legislação ambiental como aquela sobre o patrimônio "refletem o contexto histórico em que foram elaboradas. A legislação sobre patrimônio cultural (de 1937 e de 1961) não estava preocupada com a possibilidade de ações lesivas ao patrimônio como as que se impuseram após as décadas de 1960 e 70 com os grandes projetos desenvolvimentistas, tanto no que se refere a sua envergadura quanto a sua quantidade" (Santos, 2001:38).

É a partir dessa época (década de 1970), primeiramente nos EUA, que a arqueologia começa a experimentar um desenvolvimento sem precedentes, com o surgimento da chamada Gestão de Recursos Culturais, quando começou-se a perceber que, assim como alguns recursos naturais, os restos arqueológicos são frágeis, estão expostos ao perigo e, diferentemente de outros recursos culturais, representam aspectos únicos, finitos e não renováveis da herança cultural. Esses recursos, portanto, devem ser tratados e gerenciados para assegurar sua sobrevivência (Kerber, 1994).

Esse fato causou uma mudança na profissão de arqueólogo, que passa de estritamente acadêmica para uma ocupação do 'mundo real', na qual a legislação e a política pública são um dos componentes principais.

Assim é que a Gestão de Recursos Culturais se torna responsável pelo emprego da vasta maioria dos arqueólogos, e serve como principal fonte de financiamento para muitas das pesquisas conduzidas no país.

Aqui no Brasil isso ocorreu a partir da assinatura da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama nº 001/86), em 23/06/1986, onde foram estabelecidas as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso da Avaliação de Impacto Ambiental. Ou seja, dependendo da magnitude da obra de engenharia a ser realizada, seria necessário que se fizesse um diagnóstico da área a ser impactada pelo empreendimento, bem como se propusesse medidas para a proteção do patrimônio a ser afetado.

Um ponto central é que a proteção não significa necessariamente preservação, pois, na prática, nem todos sítios arqueológicos podem ser preservados, não podem nem mesmo ser estudados com um grande nível de intensidade, uma vez que é impossível escavar todos os sítios de uma área, ou escavá-los totalmente.

Não existindo uma alternativa para o empreendimento, como mudar o traçado de uma rodovia, ou a localização de uma barragem (o que não impediria, necessariamente, que se atingisse outros sítios - a solução, radical, seria a não execução da obra) a proteção pode, como costuma, ser a mitigação dos efeitos adversos através da escavação do sítio ou, na realidade, de uma porção dele antes de sua destruição ou perturbação. Assim, o sítio e a maior parte do seu conteúdo é perturbado ou destruído pelo projeto de impacto enquanto uma amostra (idealmente representativa) é coletada e analisada, conservando-se, assim, as informações contidas no sítio.

O gerenciamento gira, portanto, em torno de decisões relacionadas a qual sítio preservar (deixar intacto), qual conservar (escavar e interpretar), e qual permitir a destruição.

Apesar de perante a Lei todos os sítios serem protegidos, nem todos têm igualmente o mesmo potencial. A chave, aqui, está no que chamamos de 'significância', ou seja, o valor que é dado pela sociedade, ou grupos dentro dela, e que é estabelecido somente dentro de contextos particulares, contextos estes proporcionados pela economia, padrões estéticos, conhecimentos comuns ou tradicionais da sociedade. Uma vez que somente os recursos 'significantes' tendem a ser protegidos (a determinação de que um sítio não seja significativo constitui uma licença para impactá-lo), o tópico de determinar-se a significância do sítio arqueológico tem sido amplamente debatido.

Como pode ser visto, o papel do arqueólogo não se restringe mais ao entendimento da pré-história (ou da história, dependendo do caso) mas está também intimamente ligado à preservação do patrimônio⁴⁵.

⁴⁵ texto retirado do site <http://www.conciencia.br>